

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

Maria Fernanda Diogo

**DE BALDE E VASSOURA NA MÃO:
os sentidos do trabalho para as mulheres
que exercem suas funções no setor de limpeza e conservação
em uma empresa prestadora de serviços em Santa Catarina.**

**FLORIANÓPOLIS
2005**

Maria Fernanda Diogo

**DE BALDE E VASSOURA NA MÃO:
os sentidos do trabalho para as mulheres
que exercem suas funções no setor de limpeza e conservação
em uma empresa prestadora de serviços em Santa Catarina.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kátia Maheirie

FLORIANÓPOLIS
2005

SUMÁRIO

Resumo	iv
Abstract	v
Introdução	01
Capítulo 1. Constituição do sujeito	10
Capítulo 2. Trabalho como categoria de análise	19
2. 1. Precarização, desemprego e a dinâmica da inclusão/exclusão	27
2. 2. A dimensão subjetiva do trabalho	31
Capítulo 3. Gênero como categoria de análise	37
3. 1. A história das mulheres no setor produtivo nacional	39
3. 2. A articulação entre as categorias gênero e trabalho	44
Capítulo 4. Caminho percorrido	52
4.1. A escolha do contexto da pesquisa	55
4.2. A escolha dos sujeitos da pesquisa	57
4.3. Coleta das informações: as entrevistas	58
4.4. Tratamento das informações	59
Capítulo 5. Análise dos dados	61
5.1. Uma breve descrição dos aspectos populacionais e sócio-econômicos da Grande Florianópolis	61
5.2. Um breve relato sobre os sujeitos e suas histórias	62
⇒ Mariana	62
⇒ Joana	63
⇒ Laura	64
⇒ Rosa	65
⇒ Lúcia	65
⇒ Ana	66
5.3. Categorias analisadas	67
⇒ A gênese da escolha da profissão de limpeza e conservação	67
⇒ O cotidiano do trabalho de limpeza e conservação: os sentidos vivenciados	80
⇒ O cotidiano do trabalho doméstico	99
⇒ Como e o quê o sujeito projeta no seu futuro, no trabalho e fora dele	106
Considerações finais	114
Referências bibliográficas	121
Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	128
Apêndice 2 – Roteiro de questões para as entrevistas	130

RESUMO

Esta dissertação buscou compreender os sentidos do trabalho para mulheres que exercem funções de limpeza e conservação em empresa prestadora de serviços na Grande Florianópolis. Sua espinha dorsal foi a perspectiva histórico-dialética, entendendo o sujeito como social e historicamente determinado, constituído e constituinte do contexto no qual está inserido. Foi realizada uma pesquisa de campo de metodologia qualitativa, na forma de estudo de caso. As entrevistas realizadas buscaram encontrar o movimento destas mulheres nos processos de escolha da profissão de limpeza e conservação, os sentidos atribuídos a este trabalho, bem como quais os projetos por elas engendrados. O método de análise foi progressivo-regressivo, baseado na teoria sartreana, buscando destacar a objetivação das subjetividades nos sentidos vertical – contemplando a singularidade na intersecção com a coletividade – e horizontal – levando em consideração as dimensões de passado, presente e futuro, numa perspectiva histórico-dialética. A análise do material obtido demonstrou que a gênese desta escolha foi motivada pela necessidade econômica aliada à baixa escolaridade. Nos sentidos atribuídos a este trabalho destacaram-se aspectos depreciativos e desvalorizantes, sendo este descrito como cansativo, mal remunerado e socialmente não-reconhecido. O trabalho demonstrou ser importante e central na vida destas mulheres, mas algumas características das relações estabelecidas o tornam fonte de insatisfação e sofrimento psíquico. Além do trabalho remunerado, o serviço doméstico também é cotidianamente realizado, gerando sobrecarga e cansaço. Este foi sentido como “fatalidade” – consequência de “ser mulher”, repetitivo, interminável e, sobretudo, “heróico” – valorizando a dignidade da submissão e abnegação daquela que o exerce. Quanto à dimensão de futuro, algumas mulheres entrevistadas engendram projetos de deixar a área de limpeza e conservação; outras percebem seu futuro enquanto impossibilidade e preferem não fazer planos; e somente uma narrou ter em seu projeto permanecer nesta área. Esta profissão foi sentida como pouco atrativa e a mudança de emprego fica na dependência de outra possibilidade de inserção profissional.

Palavras-chave: trabalho; gênero; sentidos do trabalho.

ABSTRACT

This project has tried to understand the meaning of labor for women who work with cleaning and conservation for service providers in the great Florianopolis area. Its spinal cord was the historic-dialectic perspective, understanding the subject as social and historically determined, constituted and constituency in a context in which one is inserted. A field research was done in qualitative methodology, in a case-study format. The interviews tried to find the movement of these women in the choice processes of cleaning and conservation profession, the feelings attributed to this job as well as which projects they have produced. The method of analysis was progressive-regressive based on Sartre's theoretic, trying to highlight the objectivity of subjectivity in vertical meanings – contemplating the singularity in intersection with the collectivity – and horizontal taking into consideration the dimensions of past, present and future in a historic-dialectic perspective. The material analysis obtained has shown that the genesis of this choice was motivated by the need and poor schooling. The meanings attributed to this job are multiple and often presented in an ambivalent way but depreciative and devalued aspects are highlighted, described many times as tiring, badly paid, and socially unrecognized. The work has shown to be important and central to these women's lives but some characteristics of the established relation turn it into a source of dissatisfaction and psychic suffering. Besides the paid work, the house work is done everyday. This is felt as a "fatality" – a consequence of "being a woman", repetitive, tiring, unending and above all "heroic" – valuing the dignity of the submission and of the self-denial of the woman. When of the future's dimension some interviewed women develop projects to leave the segment of cleaning and conservation; other perceive their future as an impossibility and chose not to make plans; and only one then has shown to have in her project to remain in this segment. This profession is felt as of little attraction and the job change happens as soon as another work segment possibility appears.

Key-words: work; gender; meaning of labor.

INTRODUÇÃO

Todo projeto de pesquisa está íntima e profundamente vinculado à história de vida e trabalho do pesquisador, pois as questões formuladas numa pesquisa são engendradas nos processos de formação pessoal, acadêmica e profissional deste. Como diz Sousa Santos (1997, p. 52), “... o objeto é a continuação do sujeito por outros meios. Por isso, todo conhecimento científico é auto-conhecimento”.

Esta pesquisa, pois, veio ao encontro das inquietações produzidas ao longo de minha trajetória, principalmente em decorrência de trabalho realizado recentemente na chefia do Departamento de Recursos Humanos de uma grande empresa de prestação de serviços nas áreas de limpeza, vigilância e serviços especiais, com sede em Florianópolis/SC. Nesta, fui responsável pelos processos de recrutamento, seleção e treinamento do pessoal da matriz. O maior número de vagas abertas referia-se ao recrutamento e seleção de *serventes de limpeza e auxiliares de serviços gerais* para a realização de serviços de limpeza e conservação. Estas vagas eram, em sua grande maioria, femininas. Foi intenso meu contato com as candidatas às vagas e com as funcionárias já contratadas: seus problemas domésticos e cotidianos; suas necessidades e desejos; as limitações e reflexos de sua baixa escolarização; a relação destas com o trabalho de limpeza e conservação e com a empresa etc. Deste contato, surgiram várias questões, que tomaram forma na presente dissertação de mestrado.

A conceituação desta monografia está estruturada num enfoque histórico dialético, compreendendo o ser humano “... como ser social, como sujeito histórico, produto do contexto social no qual se insere e, concomitantemente, produtor deste mesmo contexto. O homem¹ [ser humano] é, pois, *produto e produtor de história*, numa perspectiva dialética”

¹ Levando em consideração que esta pesquisa trabalha com o conceito de gênero, não se utilizará aqui o vocábulo ‘homem’ como sinônimo de ‘ser humano’. Quando for necessário utilizar citações que assim o fizerem, será ressaltado entre colchetes que ‘homem’, naquele caso, refere-se a ‘ser humano’.

(Zanella, 1995, p. 188 – grifos da autora). A perspectiva dialética, citada pela autora, é *relacional*: deve ser apreendida como *se dando* na relação das pessoas com a natureza, com as condições de partida e com os pares, numa dimensão que envolve passado, presente e futuro (Sartre, 1987).

Desta forma, os sujeitos são tomados como tendo seu desenvolvimento real sustentado por determinadas condições materiais, que se constroem na tessitura das relações estabelecidas. Não há dicotomia entre ser humano e natureza. É neste contexto que emerge a consciência humana. Nas palavras de Marx & Engels (1981):

A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens [seres humanos]; é a linguagem da vida real (p. 25). (...) Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar este assunto, parte-se da consciência como sendo o indivíduo vivo, e na segunda, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos e considera-se a consciência unicamente como *sua* consciência. (p. 26 – grifo dos autores)

Conforme aponta Figueira (1987), Marx subverte o pensamento que o antecede tornando claro que o ser humano é produto do seu próprio trabalho e de determinadas condições, ou seja, um *ser humano histórico*.

Dentre os autores que desenvolveram teorias baseadas na matriz materialista histórico-dialética, encontra-se Liev Semiónovitch Vygotski² e sua psicologia histórico-cultural. A constituição do psiquismo humano foi tema central de sua obra. Utilizei suas conceituações como base na visão de sujeito em que este trabalho está fundado.

² Por pertencer originalmente a outro tipo de alfabeto (alfabeto cirílico), a grafia do sobrenome de Vygotski nas traduções para o nosso alfabeto varia de acordo com a editora. Optei por uniformizar as referências ao autor neste trabalho pela grafia mais comumente encontrada.

Para este autor, nada é em germe³: o psiquismo dá-se como resultado da atividade das pessoas no contexto das relações sociais. “É através da atividade humana que o homem [ser humano] transforma o contexto social no qual se insere e nesse processo constitui a si mesmo como sujeito, ou seja, constitui o seu psiquismo” (Zanella, 2003a, pp. 4/5).

A psique é a expressão subjetiva dos processos cerebrais. Dado que o ser humano se constitui em relação à natureza, a psique seria parte desta, numa relação de unidade. Mas é bom lembrar que natureza e social não são dados: ambos resultam de um processo histórico, que os origina e transforma – processo este em movimento constante. Há um mundo material que antecede a existência humana. Este mundo, porém, uma vez transformado pela ação humana, deixa de ser natureza para se transformar em natureza significada e, portanto, cognoscível (Zanella, 2003b).

Outro autor que contribuiu teoricamente para a visão de sujeito que permeia este trabalho é Jean-Paul Sartre. Como Vygotski, este autor também desenvolveu sua teoria tendo como base a matriz histórico-dialética, apesar de ambos terem diferentes concepções ontológicas. Sartre (1987) postula que o sujeito caracteriza-se pela superação de uma situação, pelo que ele faz daquilo que fizeram dele. Para isso, ele realiza escolhas dentro do “campo de possíveis”, ou seja, em relação às condições objetivas que se apresentam. Mesmo que ele não se reconheça nestas escolhas, mesmo que estas sejam alienadas, o sujeito segue fazendo história.

O método sugerido pelo autor e adotado nesta pesquisa busca compreender a história e as ações dos sujeitos em relação às suas condições objetivas. Este movimento, que é “progressivo-regressivo” (Sartre, 1987), procura destacar a objetivação das subjetividades.

³ Na perspectiva histórico-dialética não há nada que seja inerente ao sujeito, não há necessidade humana posta fora ou além da própria produção humana: tudo o que é humano, é produto da ação humana.

Este método é *dialético*: ultrapassa conservando, mas a contradição ultrapassada não dá conta nem do próprio ultrapassamento, nem da síntese ulterior.

Para nós, a contradição de base é apenas um dos fatores que delimitam e estruturam o campo dos possíveis; é, ao contrário, a escolha que é preciso interrogar se quisermos explicá-los em seus pormenores, revelar-lhes a singularidade (isto é, o aspecto singular pelo qual se apresenta neste caso a generalidade) e compreender como foram vividos. É a obra ou o ato do indivíduo que revela o segredo de seu condicionamento (Ibid, p. 177).

É possível observar que, nesta perspectiva, o sujeito não é totalmente condicionado, contudo também não é totalmente livre, pois suas escolhas são limitadas, de alguma forma, por uma base material objetiva.

A partir desta concepção de sujeito, duas categorias se entrelaçam para desenhar meu objeto de estudo: **trabalho e gênero**.

O trabalho é a atividade que define o indivíduo como ser humano social e, nesta dissertação, é tomado como categoria central de análise. Este afeta sempre, de algum modo, a subjetividade do trabalhador. O trabalho transcende a atividade realizada, inscrevendo-se no corpo e na percepção de mundo daquele que o executa. As dinâmicas estabelecidas nas situações de trabalho conduzem ora ao prazer, ora ao sofrimento; podem gerar desde sentimentos de satisfação e realização até várias complicações existenciais. É, pois, imprescindível articular suas dimensões objetivas e subjetivas.

A Primeira Revolução Industrial (séc. XVIII) modificou drasticamente a maneira das pessoas desenvolverem relações produtivas e comerciais e, desde então, passamos a viver numa “sociedade do trabalho”, sendo que este define o modo como os sujeitos nela se situam. É comum nas apresentações as pessoas narrarem suas ocupações: “*sou fulano, formado em tal coisa, trabalho com isso ou aquilo*”. Estar desempregado é causa de desconforto, não somente gerado pelo aspecto econômico, mas também pelo aspecto da aceitação social.

A partir dos anos noventa, observam-se grandes mudanças nas relações de trabalho, tanto na escala produtiva como na econômica – desde a inserção de novas tecnologias e eliminação de postos de trabalho até a atual recessão econômica, que tem levado à demissão de inúmeros/as trabalhadores/as. Em decorrência disso, todas as esferas da vida cotidiana têm sofrido profundas transformações (Singer, 1996; Pochmann, 2001).

O cenário econômico brasileiro indica altas taxas de desemprego e decréscimo progressivo na renda obtida pelos/as trabalhadores/as. E este não é um fato isolado à cena nacional. Conforme Antunes (1999, p. 200), a precarização do proletariado ocorre em escala mundial: “... hoje mais de 1 bilhão de homens e mulheres que trabalham estão precarizados, subempregados (...) ou encontram-se desempregados”.

Diante deste panorama, pode-se refletir sobre a precarização do trabalho e a dinâmica da inclusão/exclusão. Conforme Wanderley (2001, p. 16), a exclusão é vista como o resultado da degradação do mercado de trabalho, não um “... fenômeno de ordem individual, mas social, cuja origem deveria ser buscada nos princípios mesmos do funcionamento das sociedades modernas”. Este, porém, não deve ser entendido como um fenômeno isolado ao subproletariado⁴: é um processo que atinge todas as camadas sociais. Pobreza e exclusão não são sinônimas de um mesmo fenômeno, porém, estão articuladas; ainda que, na maioria das vezes, observamos que a pobreza conduz à exclusão, dado que o estado de pobreza propicia grande acúmulo de precariedades.

⁴ Para Marx e Engels, o proletariado ou classe operária, engajada em sua luta contra a burguesia, era a força política que realizaria a destruição do capitalismo e a transição para o socialismo (Bottomore, 1988). A discussão relativa à definição de subproletariado é complexa e não é objetivo desta monografia aprofundá-la. De modo geral, este termo refere-se à camada de trabalhadores/as que não consegue colocação no mercado de trabalho formal, sobrevivendo às custas de trabalhos autônomos, esporádicos e informais (os chamados “bicos”) e da ajuda financeira de terceiros. Modernamente, poder-se-ia chamá-los excluídos, aqueles que estão à margem da sociedade de consumo e que não conseguem prover seu próprio sustento.

Sawaia (1995a) descreve uma categoria que pode auxiliar a compreensão dos mecanismos de sofrimento engendrados na dinâmica da inclusão/exclusão: o *sofrimento ético-político*⁵. Este está fundado na falta de amparo externo real e, também, na falta de amparo subjetivo, ou seja, na falta de recursos emocionais para agir. Este estado pode gerar a cristalização da angústia, provocando um estado de “apatia e tristeza passiva”⁶. A autora enfatiza a dimensão sócio-histórica e político-econômica desta categoria, que varia qualitativa e quantitativamente segundo a camada social, trabalho profissional, gênero e idade.

Nesta visão, não é correto dizer que danos físicos causam mais sofrimento que danos emocionais. Temos, pois, que “... desfazer o mito de que o pobre não tem sutilezas psicológicas e age como um rebanho tangido por determinações sociais e pela fome, como se os segredos da subjetividade fossem próprios de pessoas mais abastadas e intelectualizadas” (Sawaia, 1995a, p. 165).

Concordando com Sawaia, Sarti (1996) aponta que as pessoas pertencentes às camadas populares sempre foram pensadas nesta perspectiva “produtivista”, ou seja, como se sua identidade fosse ou devesse ser construída exclusivamente a partir de sua determinação social ou como se suas ações fossem ou devessem ser motivadas somente pelo interesse em satisfazer suas necessidades materiais básicas. A pobreza não pode e não deve ser encarada como a única referência a partir da qual as pessoas operam e constroem suas explicações de mundo e do lugar que nele ocupam.

⁵ Inicialmente, Sawaia (1995a, 1995b) utilizou o termo “sofrimento psicossocial” para denominar esta categoria. Posteriormente, a autora ampliou sua conceituação, passando a utilizar a designação “sofrimento ético-político”, conforme “... expressão usada por Espinosa para referir-se à alegria do sábio, in Tratado Filosófico e Político” (Sawaia, 2000, p. 26). Visando uniformizar as referências ao conceito, utilizo nesta dissertação somente a denominação ampliada “sofrimento ético-político”.

⁶ Como Sawaia (1995a, 1995b), utilizo a expressão “apatia e tristeza passiva” baseada na concepção sartreana de emoções, na qual a passividade indica uma atuação sobre si mesmo, visando atuar sobre o mundo (Sartre, 1965). Este ponto será detalhado no capítulo 2, item 2.1 – Precarização, desemprego e a dinâmica da inclusão/exclusão.

As mulheres trabalhadoras pertencem a uma categoria-chave para os estudos das questões relativas ao sofrimento ético-político e à dinâmica da inclusão/exclusão, principalmente aquelas pertencentes às camadas populares. Assim, faz-se importante ao analisar o trabalho feminino, articular a categoria trabalho aos estudos de gênero, ampliando e reformulando o conceito “força de trabalho” em outras bases.

O trabalho feminino possui algumas peculiaridades que o colocam em desvantagem em relação ao masculino. Em pleno século XXI, ainda se pode observar acentuada desigualdade salarial entre os sexos, a segregação ocupacional, a desvalorização cultural do trabalho feminino, a dupla jornada de trabalho, taxas de desemprego proporcionalmente maiores para as mulheres, discriminações quanto aos direitos sociais, discriminação horizontal e vertical dos mercados de trabalho e aumento da presença feminina em ocupações precárias.

Verificou-se nas últimas décadas expressivo aumento da participação feminina no mercado de trabalho, em todos os setores da economia, porém não se registrou diminuição significativa das desigualdades entre os gêneros. Antunes (1999) assinala que a camada trabalhadora sempre foi composta de mulheres, porém, nos últimos anos, esta proporção muito se ampliou. Isso acarretou o que o autor denomina *reconfiguração da divisão sexual do trabalho*. “Nas áreas onde é maior a presença de *capital intensivo*, de maquinário mais avançado, predominam os homens. E nas áreas de maior *trabalho intensivo*, onde é maior ainda a exploração do trabalho manual, trabalham as mulheres” (p. 202 – grifos do autor).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho, principalmente daquelas pertencentes às camadas populares, é uma questão multifacetada que merece aprofundamento.

Problematizar as condições da existência social das mulheres, sua constituição enquanto gênero feminino e sua posterior transformação em operárias [trabalhadoras] significa deixar de conceber e apreciar, como naturais, fenômenos sociais e humanos forjados na história e na concretude das condições materiais e simbólicas da ordem social. Implica

um esforço para desfatalizar algumas das tramas nas quais se enredam os/as agentes e se constroem as evidências da “naturalização” do arbitrário, possibilitando, quem sabe, fazer fluir, sob os efeitos das “asas da história”, mais do que o peso determinístico de destinos sociais biologicizados e essencializados, justificadores e legitimadores de desigualdades e injustiças entre os gêneros e as classes. (Fonseca, 2000, p. 17)

Assim, faz-se necessário analisar as transformações do mercado de trabalho também sob o olhar das relações de gênero, “... uma vez que os aspectos mencionados aqui dizem respeito a certos ordenamentos da vida social que, simultaneamente, perpetuam e modificam as pautas tradicionais histórica e socialmente atribuídas ao feminino e ao masculino” (Siqueira, 2002, p. 14).

Enveredando através da inter-relação entre as categorias trabalho e gênero, esta pesquisa teve como sujeitos mulheres que realizam atividades na área de limpeza e conservação em empresa de prestação de serviços. Tive a oportunidade de observar de forma sistematizada o trabalho exercido por algumas destas mulheres durante o período que atuei em uma empresa deste ramo. Pude constatar algumas particularidades referentes às trabalhadoras e ao trabalho executado. Em relação às trabalhadoras, de modo geral, estas são mal remuneradas; possuem baixa escolaridade e pouca qualificação profissional; sofrem com a dupla jornada e sobrecarga de trabalhos doméstico e remunerado; realizam atividades fisicamente desgastantes e pouco valorizadas⁷. Em relação ao trabalho de limpeza e conservação, este tem como característica destacar-se pelo *negativo*, ou seja, só aparece quando foi mal feito ou está ainda por fazer. Quando o trabalho é bem realizado, este não se destaca e geralmente não recebe elogios, é “invisível”. Além disso, este tipo de trabalho nunca tem um fim: assim que a limpeza de uma área é concluída e esta começa a ser utilizada, inicia-se um novo processo de limpeza e conservação. Outra peculiaridade que observei em relação a este trabalho concerne

⁷ Estas afirmações serão aprofundadas e fundamentadas no capítulo 4, item 4.2 – A escolha do contexto da pesquisa e no capítulo 5, item 5.2 – Categorias analisadas.

ao *lugar* que as “mulheres da limpeza” ocupam no imaginário da organização: estas são frequentemente concebidas como ignorantes e rudes. Na maioria das vezes é dispensado o mínimo possível de conversa com estas trabalhadoras, sendo sua presença no ambiente de trabalho constantemente ignorada, visual e verbalmente⁸.

Além disso, trabalhos na área de limpeza e conservação não requerem qualificação específica nem experiência anterior. As empresas geralmente buscam pessoas alfabetizadas, mas não exigem uma escolaridade mínima⁹. Estes trabalhos são popularmente encarados como "qualquer um faz", precisando tão somente de boa vontade.

Conforme Jacques (1996, pp. 24/25), “alguns espaços de trabalho e/ou categorias profissionais, pelas suas especificidades próprias, em geral associadas a prestígio ou desprestígio social, proporcionam atributos de qualificação e/ou desqualificação do eu”. Numa sociedade que se pauta em padrões utilitários e valorativos, como acontece na maioria das sociedades contemporâneas, o modo como o sujeito se insere no modelo vigente pode representar experiências de sofrimento e repercutir em sua vida – no trabalho e fora deste.

As mulheres trabalhadoras da área de limpeza e conservação pertencem a uma categoria socialmente desprestigiada, ocupacionalmente desqualificada e, pelo *locus* social que ocupam, estão particularmente sujeitas ao sofrimento ético-político e à dinâmica da inclusão/exclusão. Em outros termos: encontram-se enredadas numa teia soturna – são mulheres, pertencem a camadas economicamente desfavorecidas, possuem baixa escolaridade e realizam serviços socialmente desprestigiados e desqualificados. Estes fatores terão repercussões no modo

⁸ Estas afirmações também serão aprofundadas e fundamentadas no capítulo 5, item 5.2 – Categorias analisadas.

⁹ Até bem pouco tempo atrás, as empresas de prestação de serviços em limpeza e conservação não exigiam nem mesmo alfabetização para estes/as trabalhadores/as. Este quadro vem gradativamente se alterando para atender às crescentes exigências do mercado. Isso será discutido no capítulo 5, item 5.2 – Categorias analisadas.

como elas subjetivam o mundo, nos sentidos que atribuem às coisas, às pessoas e às situações a sua volta e na imagem que têm de si mesmas.

Diante dos pressupostos aqui expostos, esta pesquisa buscará **compreender os sentidos do trabalho para as mulheres que exercem suas atividades na área de limpeza e conservação em uma empresa prestadora de serviços em Santa Catarina, mais especificamente na Grande Florianópolis**. Quais razões as levaram a ocupar vagas nesta área? Quais sentidos são atribuídos por elas ao seu trabalho? Como este é vivenciado? Como se dá a relação com os funcionários da empresa para a qual elas prestam serviço? Há sofrimento embutido em suas vivências? Como ele se manifesta? Como é vivenciado o trabalho doméstico? Há sobrecarga de tarefas? Qual é o sonho profissional e o projeto de futuro que estas mulheres engendram? Quais as implicações decorrentes do novo quadro de exigências das empresas e como estas são percebidas? Estas são questões que busquei responder ao longo desta dissertação.

Este estudo teve por finalidade contribuir com a psicologia social no que se refere a um maior conhecimento sobre as experiências e os sentidos de ser trabalhadora da área de limpeza e conservação numa empresa de prestação de serviços.

A dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. Os três primeiros trazem a teoria que embasa este trabalho. No primeiro, intitulado *Constituição do sujeito*, discorro em torno de como uma pessoa chega a ser quem ela é sob a ótica da matriz histórico-dialética. Neste capítulo, abordo a importância da mediação nos processos de objetivação e subjetivação, o caráter ativo do sujeito e quais as dimensões temporais que participam de seu processo de constituição. No segundo capítulo, *Trabalho como categoria de análise*, discuto a centralidade do trabalho – como categoria e como atividade que define o indivíduo como ser humano social, numa perspectiva marxista; avalio a atual situação do mercado do trabalho,

examinando as novas formas de inserção dos trabalhadores, a precarização, o desemprego e a dinâmica da inclusão/exclusão; e discuto a dimensão subjetiva do trabalho. O terceiro capítulo chama-se *Gênero como categoria de análise*. Nele busco apresentar os estudos de gênero na perspectiva histórico-dialética; descrevo sucintamente a história das mulheres no setor produtivo nacional; e articulo as categorias trabalho e gênero, traçando um perfil da situação feminina atual no mercado de trabalho. As questões abordadas nos três capítulos teóricos desdobram-se nos rumos seguidos no capítulo que descreve o método, intitulado *Caminho percorrido*. Nele detalho o procedimento metodológico utilizado para a realização desta pesquisa. No capítulo 5, *Análise dos dados*, inicio descrevendo sucintamente os aspectos populacionais e sócio-econômicos da Grande Florianópolis, situando o leitor tempo-espacialmente, e apresento cada uma das mulheres entrevistadas. A seguir, desenvolvo a análise do material colhido nas entrevistas, baseada nas categorias propostas no capítulo do método. Por fim, as *Considerações finais* encerram esta dissertação, amarrando os fios da rede de sentidos e significados analisados e propondo possíveis continuidades para os estudos que articulam trabalho e gênero.

CAPÍTULO 1

Constituição do sujeito

A fundamentação teórica do presente trabalho, conforme descrito na introdução, está estruturada numa perspectiva histórico-dialética. Desta forma, para discutir como uma pessoa chega a ser quem ela é, utilizei uma categoria que tem filiação a esta matriz. É possível encontrar na literatura científica as categorias identidade, subjetividade, singularidade, individualidade, sujeito, entre outras. Estas diferentes nomenclaturas não são mera questão semântica, refletem conceitos e pressupostos de diferentes matrizes e como estas singularizam seus discursos. “Em toda reflexão científica e, particularmente, nas reflexões pautadas nas ciências humanas, subjaz uma concepção de sujeito, muitas vezes implícita no objeto de investigação” (Cruz, 1999, p. 180).

Muitos autores da área da psicologia social utilizam-se da categoria *identidade*. O emprego desta por teóricos das ciências sociais tem provocado várias discussões e reflexões, pois geralmente este conceito está vinculado à idéia de grupos e, assim, encontra-se atrelado a princípios de unidade, semelhança e totalidade, possuindo grande componente de fixidez. Nesta perspectiva, “identidade pressupõe a concepção de *idêntico* e, em se tratando de identidade cultural, de grupos sociais, os fatores ressaltados são as características comuns dos membros do grupo, que os tornam *semelhantes* entre si e os *diferenciam* de outros grupos” (Lago, 1999, p. 121 – grifos da autora).

Na década de 80, contribuindo para a construção de uma psicologia social latino-americana de base histórico-dialética, Ciampa (1994) se apropriou desta categoria e lhe deu novos contornos. Para este autor, as identidades são múltiplas, contraditórias e mutáveis, no entanto unas (como uma unidade de contrários na multiplicidade). Esta não é fixa, mas dá-se

num processo contínuo de identificações. Para Ciampa, identidade é *metamorfose*. “Então, o ‘ser ser o que é’ implica o seu desenvolvimento concreto; a superação dialética da contradição que opõe Um e Outro fazendo devir um outro outro que é o Um que contém ambos” (p. 71).

Assim, para a psicologia social latino-americana, a categoria identidade passou a adquirir um referencial histórico-dialético, por meio dos trabalhos de diversos autores, os quais contribuíram, cada qual a sua maneira, para o fortalecimento desta perspectiva epistemológica.

Isso significa que nascemos ninguém e vamos nos tornando alguém na medida em que vivenciamos as relações com as coisas, com os homens [seres humanos], com o tempo e com o corpo. Nos essencializamos, ou seja, constituímos nossa identidade a partir daí, e, enquanto produto das relações, esta identidade, este EU, é uma síntese inacabada, uma totalização destotalizada e retotalizada para se destotalizar novamente: a identidade é histórico/dialética. (Maheirie, 1994, p. 115)

Apesar desta nova forma de conceber a identidade ser bem distinta das idéias de fixidez e totalidade, epistemologicamente esta categoria ainda carrega grande lastro de permanência. “O vocábulo identidade (do latim *idem*, o mesmo, a mesma) propõe uma noção de estabilidade que se contrapõe a processualidade e ao caráter de construção permanente que lhe são próprios” (Jacques, 1996, p. 21).

Sawaia (1999, p. 21) aponta que o uso do conceito identidade é freqüentemente motivado por interesses antagônicos: “um de defesa do direito à diversidade e outro de defesa do ‘uno’ contra a diversidade”. Desta forma, identidade resgata a individualidade, a multiplicidade e o movimento dos fenômenos, mas, ao mesmo tempo, adquire o sentido de permanência, como refúgio e defesa contra aquilo que é estranho. A categoria identidade engendra este paradoxo. Todavia, a autora alerta que uma concepção não anula nem substitui a outra: “ambas indicam momentos do processo de identificação. O problema reside na polarização e cristalização de uma delas em detrimento da outra” (Ibid, p. 21).

Sob a égide deste paradoxo, a categoria identidade adquire contornos políticos, pois pode ser usada para legitimar diferentes discursos. Sousa Santos (2001) analisa que hoje as identidades culturais não podem mais ser tomadas como rígidas ou imutáveis, mas são resultados de processos de identificação: são, conforme o autor prefere usar, “identificações em curso”. Salientando seu aspecto político, aponta que quem se propõe a discutir sua identidade, questiona referências hegemônicas. “É, pois, crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados” (p. 135). Ainda segundo o autor, alguns grupos têm sua identidade negada porque esta não corresponde às formas hegemônicas da modernidade em construção. Assim, ressaltando o aspecto político desta categoria, Sousa Santos observa que, por vezes, “... o outro não é um verdadeiro indivíduo porque o seu comportamento se desvia abissalmente das normas da fé e do mercado” (p. 139).

Sawaia (2001c, p. 124) corrobora com esta concepção, afirmando que identidade é um conceito político vinculado ao processo de inserção social. “O clamor pela identidade, quer para negá-la, reforçá-la ou construí-la, é parte do confronto de poder da dialética da inclusão/exclusão e sua construção ocorre pela negação de direitos [para alguns] e pela afirmação de privilégios [para outros]”.

Em suma, o uso da categoria identidade engendra contradições, paradoxos e aspectos políticos, históricos e sociais que não podem e não devem ser negligenciados. “Identidade é um conceito carregado de polissemia” (Lago, 1999, p. 119).

Para compreender os sentidos que as pessoas atribuem às coisas, às pessoas, ao trabalho, enfim, às suas vivências, é importante definir uma categoria que possibilite ao pesquisador social significar, organizar, representar ou simbolizar suas percepções sobre como uma pessoa chega a ser quem ela é. Em vista do exposto, para referir-me ao modo como uma

singularidade se torna uma pessoa específica, optei por utilizar a expressão *constituição do sujeito*, evitando a polêmica existente em torno do conceito identidade. Conforme aponta Maheirie (2002, p. 42),

no atual contexto no qual se insere o debate, quando se quer descrever o processo responsável pela construção da história de alguém, ou seja, aquele que qualifica um homem [ser humano] como este e não outro, a categoria “constituição do sujeito” tem se mostrado mais eficaz, na medida em que é menos polêmica que a noção de “identidade”.

Este trabalho pensa o sujeito como um ser constituído historicamente, sendo, ao mesmo tempo, produto e produtor do contexto no qual está inserido, pautado por determinadas condições sociais, numa relação dialética. Para embasar esta visão de sujeito, utilizei vários autores com concepções ontológicas diferentes, como Sartre e Vygotski. Mantidas suas diferenças, estes autores têm em comum a matriz histórico-dialética, orientação teórica desta pesquisa.

A *atividade mediada* é um instrumento fundamental na compreensão da constituição de um sujeito, pois é através desta que uma pessoa transforma seu contexto social e se apropria de sua(s) significação(ões). O ser humano só o é em relação, sendo que sua entrada no universo da comunicação humana, no universo semiótico ou da significação, é mediada pelo outro. Assim nos formamos e constituímos: *somos todos produção social*. Este processo pode ser apreendido em termos da relação dialética entre objetividade e subjetividade. “Ou seja, a realidade objetiva vivida pelo indivíduo se torna subjetiva, a qual por sua vez se objetivará por meio de suas ações” (Lane, 1995, p. 55).

A dinâmica entre objetivação e subjetivação é o processo que caracteriza o gênero humano e cada sujeito particular. Uma criança vai se constituindo como sujeito à medida que se relaciona com as pessoas, com as coisas, com seu corpo e com seu tempo. Quando ela se apropria de sua cultura, objetiva-se nela. Esta dinâmica tem origem na necessidade do ser

humano em criar meios para sobreviver, transformando a si próprio através da atividade. À medida que surgem necessidades, vão surgindo novas subjetivações para dar conta da realidade objetiva.

A história é construída a partir das objetivações resultantes das atividades das gerações passadas, que vão sendo subjetivadas pelas novas gerações. Esta é a base do desenvolvimento histórico descrito por Marx e Engels (1981, p. 44):

A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma delas explorando os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhe foram transmitidas pelas gerações precedentes; por este motivo, cada geração continua, por um lado, o modo de atividade que lhe foi transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas e, por outro, modifica as antigas circunstâncias, dedicando-se a uma atividade radicalmente diferente¹⁰.

Sobre esta afirmação, Sartre complexifica o pensamento marxiano, descrevendo que o sujeito é, ao mesmo tempo, *produto de seu próprio produto* e um *agente histórico*, que não pode ser confundido com um produto. Assim o autor explica este paradoxo:

... os homens [seres humanos] fazem a sua história sobre a base de condições reais anteriores (entre as quais devem-se contar os caracteres adquiridos, as deformações impostas pelo modo de trabalho e de vida, a alienação etc), mas são eles que a fazem e não as condições anteriores: caso contrário eles seriam os simples veículos de forças inumanas que regeriam, através deles, o mundo social. Certamente, estas condições existem e são elas, apenas elas, que podem fornecer uma direção e uma realidade material às mudanças que se preparam; mas o movimento da *práxis* humana supera-as conservando-as. (Sartre, 1987, p. 150 – grifo do autor)

Modificando o seu contexto e modificando a si mesmo neste processo o sujeito segue fazendo história, mesmo que ele não se reconheça nela. A história é obra de *toda* atividade de *todos* os sujeitos; é, pois, obra coletiva. Muitas vezes ela lhe parece estranha à medida que ele

¹⁰ Nesta passagem fica bem clara a perspectiva marxiana em considerar o trabalho como constituinte do gênero humano, tema que aprofundarei no capítulo 2 – Trabalho como categoria de análise. À medida que o ser humano produz meios para garantir a sua sobrevivência individual e da espécie, ele se afirma como sujeito. Através da atividade, ele se insere no mundo, modificando-o e constituindo a si próprio neste processo.

não reconhece o sentido de sua empreitada no resultado total e objetivo, mas a história se faz a cada dia pelas mãos de todos (Sartre, 1987).

A *práxis* humana é mediada socialmente. É importante, pois, estudar os meandros desta mediação para compreender os processos históricos de constituição de um sujeito. Vygotski e seus colaboradores privilegiaram o estudo dos signos, principalmente dos signos lingüísticos, para a compreensão deste processo. São os signos que dão à criança a possibilidade de acesso às significações coletivas e aos sentidos pessoais. Orientada pela perspectiva vygotskiana, para compreender as dimensões do coletivo e do singular na mediação semiótica, utilizei nesta monografia *significado* para aqueles sentidos que se constituem e são compartilhados coletivamente e *sentido* para aqueles que se singularizam e são vivenciados por um determinado sujeito.

Por consiguiente, el sentido de la palabra es siempre una formación dinámica, variable y compleja que tiene varias zonas de estabilidad diferente. El significado es solo una esas zonas del sentido, la más estable, coherente y precisa. La palabra adquiere su sentido en su contexto y, como es sabido, cambia de sentidos en contextos diferentes. Por el contrario, el significado permanece invariable y estable en todos los cambios de sentido de la palabra en los distintos contextos. Las variaciones de sentido representan el factor principal en el análisis semántico del lenguaje. (Vygotski, 1992, p. 333)

Essa distinção na obra vygotskiana coloca a questão da existência de um *duplo referencial semântico* intrínseco aos processos de significação: um formado pelos sistemas construídos socialmente, relativamente fixo, e outro formado pela experiência pessoal e social de cada indivíduo, mais dinâmico e mutável (Pino, 1993).

O estabelecimento de significados e sentidos é um processo social. Ao nascer, toda criança já encontra um universo sócio-cultural constituído, um mundo significativo, cognoscível e comunicável. Estas significações guiam seu desenvolvimento, mas não de maneira determinista. "A internalização destas significações culturais implica, porém, da parte

da criança, sua re-elaboração em função dos seus próprios referenciais semânticos" (Pino, 1993, p. 22). Nesta perspectiva, a criança é encarada como produção social, mas participando na *condição de sujeito*. Ela vai apreendendo o mundo à sua volta e, neste processo, vai se individualizando. Ao invés de internalizar o social, a criança vai se individualizando porque é social, no social e na cultura.

Góes (1993) também pontua este *caráter ativo* do sujeito. Buscando caracterizar a mediação pedagógica, a autora assinala que a relação entre a ação do outro e a ação do sujeito possui caráter constitutivo, porém o que o outro faz *não* determina plenamente ou unidirecionalmente o funcionamento do sujeito. “Temos de lidar, então, com a articulação das noções de constitutividade e determinância limitada” (p. 03).

Cabe alertar que quando descrevo o caráter ativo de um sujeito nos processos de subjetivação não me refiro somente à dimensão cognitiva. “Conhecimento, ação e afetividade são elementos de um mesmo processo, o de orientar a relação do homem [do ser humano] com o mundo e com o outro” (Sawaia, 1995a, p. 164). Assim, o estabelecimento de significados e sentidos está também permeado por sentimentos e emoções¹¹. Estas manifestações da afetividade estão pautadas na vida cotidiana: tanto guiam os contatos humanos como são por estes orientadas.

Sentimentos e emoções não são pulsões naturais, nem funções unicamente orgânicas e biológicas, mas são objetivações da subjetividade, que, para além da singularidade, expressam determinações morais, éticas e ideológicas complexas. Cada momento histórico tem suas categorias orientadoras de valor que se tornam princípios organizadores dos pensamentos, dos sentimentos, das necessidades e das ações das pessoas (Sawaia, 1995b).

¹¹ Sentimentos e emoções englobam o campo da afetividade, envolvendo as relações humanas consideradas espontâneas, como formas de relação entre subjetividade e objetividade. Sendo assim, são relacionais. Sentimentos contemplam estados mais estáveis da afetividade, como amor, felicidade ou ódio. Emoções se caracterizam pelo caráter “explosivo”, como paixão, alegria, raiva (Maheirie, 2003).

Retomando Sartre (1987), sobre a questão de o sujeito ser, concomitantemente, produto de seu próprio produto e agente histórico, este não é totalmente condicionado nem simples produto social, pois possui *possibilidades de escolhas*. Estas possibilidades lhe conferem *liberdade*, liberdade para escolher e seguir fazendo história. Porém, dizer que o sujeito é livre não significa dizer que ele tem livre arbítrio sobre *tudo* o que faz, pois a realidade material e objetiva sempre o determina de alguma forma: ele é constituído a partir da objetividade, mediado pela subjetividade.

O impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante. A objetividade do mundo – o seu caráter de coisa ou objeto – e a condição humana complementam-se uma à outra; por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem as coisas, e estas seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não-mundo, se esses artigos não fossem condicionantes da existência humana. (Arendt, 1999, p. 17)

Assim, o enfoque histórico-dialético afirma que a vida em sociedade determina de alguma maneira quem somos, a forma como pensamos e sentimos o mundo e as escolhas que fazemos. O processo de constituição de um sujeito é mediado pelos signos existentes na sociedade, signos estes que são transmitidos, principalmente, através da linguagem.

Vygotski (1994) estudou com grande interesse a aquisição da linguagem pela criança, que o levou a tratar a questão semiótica a partir do signo lingüístico. Para este autor, o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual da criança acontece quando a fala e a atividade prática, antes linhas independentes no desenvolvimento, convergem. A capacitação especificamente humana para a linguagem habilita as crianças a providenciarem instrumentos auxiliares e planejarem a solução de um problema, a superarem a ação impulsiva e a controlarem seu comportamento.

Signos e palavras constituem para as crianças, primeiro e acima de tudo, um *meio de contato social com outras pessoas*. As funções cognitivas e comunicativas da linguagem tornam-se, então, a base de uma forma nova

e superior de atividade nas crianças, distinguindo-as dos animais. (Ibid, p. 38 – grifos meus)

O sujeito se constitui nas relações que estabelece em sociedade, relações estas mediadas principalmente pela linguagem. Ao estudar como uma pessoa chega a ser quem ela é, o pesquisador deve ter o cuidado de se debruçar sobre as *múltiplas dimensões* que participam da sua constituição, ou seja, um sujeito não pode ser visto somente como produto de seu passado, de suas relações passadas, mas deve ser compreendido em sua *dimensão de futuro* (Maheirie, 1994).

“Para nós, o homem [ser humano] caracteriza-se antes de tudo pela superação de uma situação, pelo que ele chega a fazer daquilo que se fez dele, mesmo que ele não se reconheça jamais em sua objetivação” (Sartre, 1987, pp. 151/152). O sujeito posiciona-se em relação às suas condições objetivas, tentando superá-las em relação ao *campo dos possíveis* (Ibid), escolhendo uma possibilidade entre as tantas que se apresentam em seu caminho, circunscritas pelas condições materiais de sua existência. O campo dos possíveis compreende, portanto, também uma dimensão futura.

Sartre denomina *projeto* esta busca humana de superação de uma situação objetiva. “Simultaneamente fuga e salto para frente, recusa e realização, o projeto retém e revela a realidade superada, recusada pelo movimento mesmo que a supera” (Ibid, p. 152). O autor alerta que o projeto não deve confundir-se com a vontade, que é uma entidade abstrata; tampouco é uma carência ou paixão. “É o que chamamos a existência e, por isso, não queremos dizer uma substância estável que repousa em si mesma, mas um desequilíbrio perpétuo, uma total arrancada a partir de si” (Ibid, p. 177). Assim, o projeto toma formas diversas para cada pessoa particular, atirando-a num campo de possibilidades, das quais ela realiza algumas e exclui outras.

O campo dos possíveis pressupõe escolhas, porém nem sempre as pessoas realizam reflexões críticas acerca de suas escolhas. “O homem [ser humano] escolhe, na maioria das vezes, alienadamente, e é desta forma que o projeto por vezes, toma um rumo onde o próprio sujeito o ignore” (Maheirie, 1994, p. 119). Porém, mesmo de forma alienada, o sujeito segue fazendo história.

Dado que o sujeito se movimenta tendo por base as condições objetivas que se apresentam, o projeto também o define em seu momento atual, pois revela suas possibilidades e impossibilidades de ação e realização, tanto individuais como sociais. Não examinar esta perspectiva de futuro seria desconsiderar uma importante dimensão da constituição de um sujeito (Maheirie, 1994).

Considerando que o processo de constituição do sujeito é mediado pelos signos existentes numa dada sociedade, signos estes compartilhados principalmente através da linguagem, observam-se impressas em cada sujeito particular as dimensões históricas, econômicas e sociais que caracterizam os signos daquela cultura num dado momento. Ou seja, cada pessoa é em maior ou menor grau exemplo da sociedade na qual está inserida, pois nela se refletem as relações sociais que esta vivenciou e vivencia. Assim,

... o conhecimento do singular é a chave de toda a psicologia social; de modo que devemos conquistar para a psicologia o direito de considerar o singular, ou seja, o indivíduo, como um microcosmo, como um tipo, como um exemplo ou modelo da sociedade. (Vygotski, 1996, p. 368)

Desta forma, retomando o objetivo do presente estudo, procurando compreender os sentidos do trabalho para algumas mulheres que exercem suas funções na área de limpeza e conservação busco também a compreensão de alguns sentidos possíveis que se objetivam na realização deste tipo de trabalho em nossa sociedade, no nosso tempo, ou seja, sentidos estabelecidos por sujeitos historicamente situados. As mulheres entrevistadas representam, de alguma forma, todas aquelas que vivenciam as mesmas condições objetivas que elas. Assim,

desvendar manifestações subjetivas destes sujeitos específicos revela também aspectos de outros sujeitos.

Tendo estabelecido esta base, discorrerei nos próximos capítulos sobre as categorias **trabalho** e **gênero**, buscando tecer as correlações necessárias entre ambas e fundamentar a compreensão de meu problema de pesquisa.

CAPÍTULO 2

Trabalho como categoria de análise

Na perspectiva utilizada nesta pesquisa, o sujeito é encarado como produto e produtor social, integrado na divisão social do trabalho. Desta forma, o trabalho, mais que uma categoria teórica, é a atividade que define o indivíduo como ser humano social. Uma pessoa se afirma como sujeito num movimento realizado para dominar a realidade: ela modifica o mundo e modifica a si própria. “Estas premissas são os homens [seres humanos], não isolados nem fixos de uma qualquer forma imaginária, mas apreendidos no seu processo de desenvolvimento real em condições determinadas, desenvolvimento este que é visível empiricamente” (Marx & Engels, 1981, p. 26).

Principio este assunto fazendo uma pequena digressão para diferenciar trabalho e emprego. *Trabalho* no seu sentido genérico é anterior à existência de empregos, surgindo desde que o ser humano começou a transformar a natureza, fabricando ferramentas e utensílios. O primeiro ato humano foi o de produzir meios que possibilitassem a satisfação de suas necessidades de sobrevivência, isto é, foi um trabalho. Já *emprego* é uma das formas que o trabalho assume, característica do capitalismo. Este é mais recente na história da humanidade, aparecendo por volta da Primeira Revolução Industrial, que estabeleceu a relação de compra e venda da força de trabalho (Raitz, 2003).

O trabalho pode ser dividido em duas categorias: *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo*. O trabalho produtivo fabrica mercadorias, desta forma, gera *mais-valia*¹². Este é realizado para um capitalista (trabalho assalariado) e não reproduz somente o valor da força

¹² Mais-valia se origina de um excedente quantitativo do trabalho socialmente empregado na produção, ou seja, após remunerar a força de trabalho, descontados os gastos com insumos e equipamentos, o excedente conseguido pelo capitalista ao converter a produção em dinheiro denomina-se mais-valia (Marx, 1998).

de trabalho gasta na produção, produz também um *valor a mais*, que fica de posse do capitalista. Contudo, há outros tipos de trabalho que são trocados por rendimentos e não são considerados produtivos. O trabalho improdutivo em nada contribui para o excedente social, ou seja, não produz mais-valia. Serviços autônomos, de forma geral, não são considerados produtivos porque não contribuem para o produto social. Pessoas que trabalham por conta própria geralmente trocam seus serviços por outro produto – rendimentos de quem os está comprando – e, desta forma, não geram mais-valia (Singer, 1983)¹³.

Por exemplo, uma empregada doméstica trabalhando na casa de seus patrões realiza um trabalho não produtivo, pois troca os rendimentos dos patrões por serviços domésticos. Contudo, se esta mulher tornar-se assalariada numa empresa de prestação de serviços de limpeza e conservação, aí ela adentra no rol dos trabalhadores produtivos. O serviço prestado é basicamente o mesmo, mas o que ela receberá como remuneração na empresa em termos de horas de trabalho será necessariamente *inferior* ao número de horas que ela despendeu na realização do serviço. Seu trabalho gerou um valor a mais, que foi apropriado pela empresa. “Esta diferença vai fazer parte da mais-valia global da sociedade ou do excedente social” (Singer, 1983, p. 33).

Todo tipo de trabalho gera *valor* e este é um atributo do produto do trabalho humano, que Marx (1998) chamou de *mercadoria*¹⁴. Esta possui duas dimensões de valor: ela pode ser consumida para atender às necessidades humanas, sendo esta dimensão denominada *valor de uso*. Mas mercadorias também são compradas para serem revendidas, oferecendo ao seu

¹³ A divisão entre trabalho produtivo e improdutivo não é unanimidade entre os autores marxistas. Optei por considerá-la porque esta será útil na discussão empreendida no próximo capítulo acerca do trabalho doméstico.

¹⁴ Os textos marxianos remontam da segunda metade do século XIX. À época, intensificava-se o processo de industrialização e as pessoas começavam a se engajar com mais vigor na produção fabril. A classe trabalhadora discutida nestes textos era composta majoritariamente pelo *proletariado industrial*. Estes produziam *mercadorias*, ou seja, bens palpáveis. É certo que hoje em dia os trabalhadores não somente produzem mercadorias, há também que se considerar a execução de serviços como produto de trabalho humano. Contudo, Singer (1983) aponta para o fato de que em nossa sociedade generalizou-se a produção de mercadorias e, desta forma, serviços prestados têm seu valor determinado como o das mercadorias.

possuidor a possibilidade de, mediante venda e compra, obter outra mercadoria. Esta dimensão é designada *valor de troca*. O valor de troca é uma dimensão quantitativa que se exprime no preço. Este pressupõe o valor de uso, pois uma mercadoria só tem preço se atende às necessidades humanas. O valor atribuído a uma mercadoria resulta de seu valor de uso e de seu valor de troca (Singer, 1987).

Ora, a base de uma sociedade passa pelo trabalho humano e este gera valor – seja valor de uso ou de troca. Desta forma, “o trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou” (Marx, 1998, p. 214), ou seja, *o produto contém o trabalho nele empregado*.

O capitalismo dividiu as pessoas em duas categorias: aquelas que detêm os meios de produção e aquelas que não os detêm e necessitam vender sua força de trabalho ao capitalista. Quando o/a trabalhador/a adentra na oficina do capitalista, pertence a este o valor de uso da sua força de trabalho. “O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos [meios de produção] constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem” (Marx, 1998, p. 219). O processo de trabalho, desta forma, passa a ocorrer entre coisas que pertencem ao capitalista (força de trabalho e meios de produção) e o produto deste processo (mercadoria) também lhe pertence.

Evidentemente, os/as trabalhadores/as de hoje são bem diferentes do proletariado industrial descrito nos textos clássicos marxianos. Hoje existe uma *classe-que-vive-do-trabalho*, “... que compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção” (Antunes, 1999, p. 196).

Considero nesta dissertação o trabalho como uma categoria central de análise. Porém, cabe ressaltar que a concepção da centralidade do trabalho não é unânime. Há autores, tais como Habermas (1990), Offe (1989), Gorz (1982), entre outros, que sustentam a idéia do

descentramento da categoria trabalho e o fim de uma emancipação humana fundada no trabalho. Mesmo percebendo que houve nos últimos anos um redimensionamento ético e moral do trabalho, sustento nesta dissertação a proposta de que a intervenção humana pelo trabalho está longe de desaparecer, ao contrário, ela nunca foi tão importante. Como aponta Antunes (1999, p. 198) “... o papel de centralidade ainda se encontra claramente no que nós chamamos de caráter produtivo, o trabalho social e coletivo que cria valores de troca, que gera a mais-valia”.

Um dos maiores problemas atuais que o setor produtivo enfrenta é a drástica redução do número de postos, gerando alarmantes índices de desemprego. A crise dos empregos é o retrato da fase atual do capitalismo e atinge todos os países do mundo. Dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho) demonstram que o desemprego no mundo é o maior desde 1990, atingindo 186 milhões de pessoas¹⁵.

No Brasil, dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)¹⁶ demonstram que a taxa média de desemprego em 2003 foi de 12,3%. No ano de 2004, este índice começou a cair, porém pouco significativamente. A taxa de desocupação estimada pela PME do IBGE foi de 10,5% em outubro do mesmo ano, sendo esta sua segunda queda consecutiva anual. Contudo, a mesma pesquisa demonstra que o rendimento médio do brasileiro vem decaindo

¹⁵ Dados encontrados no *site* da International Labour Organization (ILO). Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/employment/index.htm>>. Acesso em 10. nov. 04.

¹⁶ Existem várias pesquisas para medir o comportamento do desemprego, salário e ocupação, realizadas por instituições diferentes, entre elas: Ministério do Trabalho, IBGE, Fundação Seade / Dieese (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) e Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Estas utilizam diferentes metodologias e, conseqüentemente, apresentam ligeira variação nos resultados obtidos. A PME (Pesquisa Mensal de Emprego), cujos dados são aqui apresentados, é realizada nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, coletando dados em 38 mil domicílios e apontando o comportamento do desemprego, condição de atividade da população acima de dez anos, rendimento médio, posição na ocupação e vagas formais. As diferenças entre as metodologias estão disponíveis no *site*: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u88216.shtml>>. Acesso em 30. ago. 04.

paulatinamente: em outubro de 2004 o rendimento médio real em todas as regiões pesquisadas caiu 1,2% em relação a setembro do mesmo ano¹⁷.

Ou seja, estes dados demonstram que o número de empregos formais no país vem crescendo lentamente, mas com salários cada vez mais baixos. Corroborando tal afirmativa, estudo realizado pelo Dieese, com base no Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho, aponta que no primeiro semestre de 2002, 68% dos trabalhadores ganhavam até dois salários mínimos. No mesmo período de 2003, esse percentual subiu para 71,93%, enquanto que em 2004, chegou a 72,13%. As informações disponíveis indicam que o trabalhador demitido foi substituído por outro ganhando até 40% menos. Em suma, o achatamento salarial é um fenômeno verificado desde 1995, quando o Caged passou a divulgar dados para o período de janeiro a junho¹⁸.

O desemprego é um problema que assusta a todos os trabalhadores. Mattos (2003) analisa que um dos principais fomentos do desemprego é o próprio crescimento econômico, baseado na *revolução tecnológica*. Esta é poupadora de mão-de-obra em escala jamais vista, pois acelera os ganhos com a produtividade de tal forma que a própria expansão da economia acaba por eliminar diversos postos. Seu reflexo é o aumento do desemprego e a deterioração das condições de trabalho, seja pela redução na renda dos/as trabalhadores/as ou pela crescente precarização dos contratos de trabalho.

De fato, nunca houve tanto avanço tecnológico em tão curto espaço de tempo como o observado nas últimas décadas. A contemporaneidade trouxe em seu bojo a era das máquinas, do desenvolvimento acelerado, do incremento tecnológico incessante e voraz (Harvey, 1992). Porém, é prudente ressaltar que a revolução tecnológica não deve ser apontada como a única

¹⁷ Dados disponíveis no site: <http://vocesa.abril.com.br/informado/aberto/no_54906.shtml>. Acesso em 26. nov. 04.

¹⁸ Dados disponíveis no site: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u87321.shtml>>. Acesso em 05. out. 04.

causadora dos elevados níveis de desemprego atuais. O fenômeno do desemprego é multifacetado e, para a sua compreensão, deve-se estudar o impacto das políticas neoliberais, o fenômeno da globalização, as mudanças culturais, a nova geopolítica mundial, entre outros elementos. A tecnologia em si não é boa ou má, não causa desemprego ou precarização. Entretanto a forma como o capital se apropriou da tecnologia gerou um *apartheid* de excluídos nunca antes visto.

Esta modalidade de desemprego descrita acima é denominada *desemprego tecnológico*. Há outra forma, igualmente perversa: o *desemprego estrutural*. Ao final dos anos 70, os países capitalistas começaram a apresentar sinais de uma grave “crise estrutural” (Antunes, 1999), que teve como uma de suas principais decorrências forte aumento dos índices de desemprego. Somado a este fato, as políticas econômicas adotadas no Brasil a partir da década de 90, com a abertura do mercado interno às importações, provocaram a perda ou a não criação de milhões de postos, que foram ocupados com a produção importada. Ou seja, o desemprego estrutural não é identificado como uma *falta eventual e involuntária* de trabalho, mas adquire caráter *permanente* (Coutinho, 2003)¹⁹.

O setor produtivo tem sofrido mudanças radicais. Até as décadas de 60 e 70, a rotina de trabalho variava pouco, o tempo e o lugar eram mais previsíveis e a noção de emprego era, em geral, duradoura. A organização dos trabalhadores em sindicatos mostrava-se mais atuante e combativa. Os salários pagos aos trabalhadores/as eram proporcionalmente mais altos e os empregos eram abundantes. Hoje, a idéia de trabalho remete a outros conceitos: trabalha-se

¹⁹ Há autores que têm uma visão diferenciada para encarar as mudanças atuais do mercado de trabalho. Para citar um deles, Giddens (2001) postula que o que mudou foi a *natureza do trabalho*, que se descolou da manufatura para o trabalho simbólico ou com o intelecto. Desta forma, o autor acredita que a crise está sendo superestimada. Autores com esta visão falham em não considerar que as pessoas que trabalhavam em postos manufatureiros, na grande maioria dos casos, não possuem escolarização ou qualificação para realizar trabalhos intelectuais. Estas pessoas foram efetivamente alijadas do mercado de trabalho. Além disso, a quantidade de postos de trabalho manufatureiros fechados não corresponde nem de longe à quantidade de postos de “trabalho simbólico ou intelectual” criados. Sim, a natureza do trabalho mudou, mas, além disso, não foram oferecidas a milhões de trabalhadores/as condições propícias para a sua inclusão nesta nova forma de organização do trabalho.

por projetos e resultados e, em muitos casos, a rotina e o local de trabalho variam diariamente. A noção de emprego já não assume mais o *status* duradouro de outrora. O poder dos sindicatos foi enfraquecido pelas políticas neoliberais e pela globalização da economia e as relações entre capital e trabalho tendem a ser diretas e individuais. Os salários pagos aos/às trabalhadores/as, bem como os empregos disponíveis, diminuíram.

Para melhorar seu desempenho econômico e competitivo, as empresas implantaram programas de reestruturação e reengenharia. Vários postos de trabalho se extinguíram, profissões deixaram de ser necessárias, outras surgiram. Os vínculos empregatícios se alteraram, principalmente em virtude da flexibilização, ou seja, da terceirização, da contratação de autônomos e temporários²⁰. As empresas passaram a exigir níveis de qualificação cada vez mais elevados na composição da sua força de trabalho, ocasionando um redimensionamento do conceito de trabalho em outras bases.

A qualificação da mão-de-obra passou a ser uma obsessão entre empregadores e trabalhadores. O discurso propagado pela política neoliberal coloca grande ênfase na qualificação e na “aquisição de competências” para que um profissional consiga uma boa colocação no setor produtivo. Neste discurso, manter-se atualizado virou exigência básica para sobrevivência no mercado: enquanto a modernização se acelera, cresce a necessidade de acompanhar seus avanços. Contudo, conforme alega Barbara (1999), o termo qualificação muitas vezes está mais a serviço da ideologia do que a serviço do próprio trabalho, pois este freqüentemente é usado para justificar a exclusão e o lugar que cada um ocupa na sociedade. As formas flexíveis de emprego acumulam desvantagens, inclusive no tocante à qualificação:

²⁰ Até o início dos anos 80, a principal forma de contratação utilizada pelas empresas era via CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), ou seja, a maioria dos trabalhadores possuía registro na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) e gozava de todos os direitos garantidos pela legislação. A flexibilização dos postos de trabalho alterou este quadro, através da contratação de empresas terceirizadas, isto é, empresas que disponibilizam trabalhadores para a prestação de determinados tipos de serviços em seus clientes, e da contratação de autônomos e temporários. Estes trabalhadores não possuem vínculo “celetista” com a empresa contratante.

estas são, em grande parte, inseguras, mal pagas e transferem para o empregado toda a responsabilidade em gerir e custear sua formação para melhorar sua qualificação e adquirir novas competências profissionais (Kovács, 2003).

De qualquer forma, é fato que o mercado atual passou a exigir um trabalhador capaz de operar máquinas altamente sofisticadas e caras, trabalhar em equipe, adaptar-se a mudanças bruscas nos processos de produção, ser capaz de exercer várias funções, entre outras demandas. Bittencourt (2002) aponta que isso requer conhecimentos que vão muito além das habilidades práticas: o/a trabalhador/a necessita de qualidades que são desenvolvidas através da educação formal, como as habilidades básicas de saber ler, escrever, comunicar-se, pensar, conhecer as operações matemáticas e estar interessado/a e motivado/a em aprender constantemente; além da capacitação técnica específica para a/as função/ões exercida/s.

De modo geral, o Brasil possui baixa qualificação de sua mão-de-obra. Pesquisa realizada pela OIT com 48 mil profissionais de mais de 90 países, analisando vários quesitos para compor um índice de segurança sócio-econômica (tais como estabilidade, proteção, oportunidades, educação, formação etc.), diagnosticou que o Brasil ocupa o 39º lugar no *ranking*. Quatro países escandinavos ocupam as melhores posições: Suécia, Finlândia, Noruega, Dinamarca. Estes são seguidos por cinco países europeus: Holanda, Bélgica, França, Luxemburgo, Alemanha. Os Estados Unidos, a maior economia do mundo, aparecem em 25º. Nos quesitos educação e formação, estamos em 70º lugar, atrás de países sul-americanos como Argentina, Chile e Equador²¹.

Contudo, contrariando o discurso neoliberal propagado pela mídia, possuir boa escolarização formal e qualificação profissional não trazem garantias de inserção no setor produtivo. Pochmann & Amorin (2003) indicam para o paradoxo existente no surgimento de

²¹ Reportagem disponível no site: <http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0_AA864935-3586-225364.00.html>. Acesso em 18. nov. 04.

uma nova categoria, denominada pelos autores “neopobres”: são jovens, provenientes das camadas médias e altas, com bom nível de escolarização formal e qualificação profissional, mas que não encontram colocação no mercado de trabalho. A recessão vivida pelo setor produtivo nacional atinge todas as camadas de trabalhadores, desde aqueles sem qualquer escolarização até os que possuem curso superior, especialização, pós-graduação e cursos no exterior.

A grande ênfase dada à necessidade de buscar qualificação constante muitas vezes é usada como uma estratégia de culpabilização e exclusão, pois as pessoas que não conseguem adquirir as competências profissionais que o mercado de trabalho anseia são individualmente responsabilizadas por uma situação econômica adversa e injusta. Neste ponto de vista, o contexto social é desconsiderado.

Não existe, dentro da ideologia liberal, espaço para o social. Por isso o ser humano é definido como um indivíduo, isto é, alguém que é um, mas não tem nada a ver com os outros. O ser humano, pensado sempre fora da relação, é o único responsável pelo seu êxito ou pelo seu fracasso. (Guareschi, 2001, p. 154)

A sociedade contemporânea diminuiu a importância e a valorização das relações entre pessoas e supervalorizou a relação entre pessoas e coisas. Atualmente o/a trabalhador/a é descartado/a à medida que surgem novas tecnologias e/ou modernas técnicas de reorganização empresarial. “O trabalho deixa de ser um direito para se transformar num recurso destinado a assegurar níveis elevados de rentabilidade e o trabalhador deixa de ser um sujeito com direitos e passa a ser um custo a ser reduzido” (Kovács, 2003, p. 11). A primazia das mercadorias sobre as relações entre pessoas é um processo histórico, no qual todas as esferas da vida se vêm penetradas pela necessidade de gerar necessidades (Cruz, 1999). O principal objetivo

das empresas é tentar fazer com que o sujeito se torne parte da “engrenagem”²², independente de seus desejos e motivações.

É fato que o trabalho é a única alternativa de sobrevivência para a grande maioria das pessoas e submeter-se à dominação capitalista é, na maior parte das vezes, a melhor saída encontrada. “A realidade do desemprego estrutural determina, perversamente, que o trabalhador lute para tornar-se empregado. A venda de sua força de trabalho, sob a forma de mercadoria, é menos dramática que o desemprego ou subemprego” (Frigotto, 1992, p. 102).

Além de assegurar a sobrevivência, é importante lembrar que vivemos numa “sociedade do trabalho”, na qual seus indivíduos se reconhecem mutuamente pelas funções que executam. O trabalho nivela os homens: até mesmo presidentes, reis, primeiros-ministros concebem seus cargos como tarefas socialmente necessárias. No desemprego, “o que se nos depara, portanto, é a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, sem a única atividade que lhes resta. Certamente nada poderia ser pior” (Arendt, 1999, p. 13).

Forrester (1997, p. 16) alerta para o fato dos desempregados hoje serem tratados e julgados pelos mesmos critérios utilizados na época em que os empregos eram abundantes, assim, este acaba sendo responsabilizado pela atual falta de empregos, gerando grande sofrimento psíquico²³. “Para além da exploração dos homens [seres humanos] havia algo ainda pior: a ausência de qualquer exploração”.

²² O clássico filme de Charles Chaplin “Tempos Modernos”, de 1936, brinda-nos com uma excelente metáfora do trabalhador engolido pela engrenagem da máquina, realizando uma crítica à alienação no trabalho. É preocupante observar que nos dias de hoje milhões de pessoas adorariam ser o protagonista. Estas se encontram alijadas do mercado pela carência de oportunidades que este tem apresentado.

²³ No item 2.2 discutirei a dimensão subjetiva do trabalho.

2. 1. Precarização, desemprego e a dinâmica da inclusão/exclusão

Refletindo sobre o cenário descrito no item anterior, é oportuno trazer para discussão a *dinâmica da inclusão/exclusão*. Este fenômeno tem sido muito estudado ultimamente e todo conceito da “moda” gera uma série de debates sobre sua significação. Exclusão tornou-se um conceito polissêmico, muitas vezes ambíguo, pois permite desde discursos baseados na concepção de desigualdade como resultante de uma falha individual, culpabilizando os sujeitos, até aqueles fundados na concepção de injustiça e exploração social. Proponho-me neste trabalho a observar as diferentes qualidades e dimensões da dinâmica da inclusão/exclusão, “... *ressaltando a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento*” (Sawaia, 2001a, p. 08 – grifos meus).

Conforme aponta Dejours (2001), nem todos partilham da visão de que as vítimas do desemprego, da pobreza e da exclusão social são também vítimas de uma *injustiça*. “Em outras palavras, para muitos cidadãos, há aqui uma clivagem entre sofrimento e injustiça” (p. 19). O fenômeno da exclusão é estudado nesta monografia como sendo de *ordem social*, resultante do processo de urbanização acelerado, do colapso do sistema escolar, das desigualdades de renda e acesso aos serviços e da degradação do mercado de trabalho.

Concebida desta maneira, exclusão remete a processos e categorias que representam fraturas e rupturas no vínculo social, dado que a exclusão é incompatível com a democratização da sociedade. O “... conceito de pobreza se associa ao de exclusão, vinculando-se às desigualdades existentes e especialmente à *privação de poder de ação e representação* e, neste sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia” (Wanderley, 2001, p. 23 – grifos da autora).

Sawaia (2001b) concebe a dialética da inclusão/exclusão não como falha do sistema, mas como *produto* de seu funcionamento, inserindo-se nas estratégias históricas de

manutenção da ordem social perversa, no estabelecimento de formas de desigualdade, nos processos de mercantilização das coisas e das pessoas e na concentração de riquezas. Nesta forma de análise, o excluído é *parte integrante* da sociedade, repondo e sustentando a ordem social e sofrendo muito neste processo.

Enfim, o que queremos enfatizar ao optar pela expressão dialética da exclusão/inclusão é para marcar que ambas não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação. A dinâmica entre elas demonstra a capacidade de uma sociedade existir como um sistema. (Ibid, p. 108)

Assim sendo, entendendo a sociedade e os grupos humanos numa perspectiva dialética, é possível analisar quais os mecanismos de inclusão/exclusão que estão presentes no desemprego e na precarização do trabalho. Quando se reflete sobre o alarmante número de homens e mulheres que estão desempregados, subempregados ou precarizados no mundo, estes estão *privados de poder de ação*, no sentido defendido por uma sociedade democrática.

Multidões de pessoas foram dispensadas dos seus empregos, e as novas gerações nem chegam a conseguir um local de trabalho. As relações centrais que definem a nossa sociedade não são mais apenas a dominação e a exploração, como no modo de produção capitalista, pois são bem menos agora os que podem ser dominados ou explorados. As pessoas são simplesmente *excluídas* do trabalho, excluídas da produção. Evidentemente não estamos dizendo que o trabalho acabou. O que acabou, ou diminuiu substancialmente, é o tipo de trabalho, e de emprego, que era central até agora. (...) A isso se chama *exclusão*, e é neste contexto histórico fundamental que ela deve ser entendida. (Guareschi, 2001, p. 144 – grifos do autor)

Pochmann & Amorin (2003) coordenaram estudo de âmbito nacional, mapeando as cidades brasileiras a partir de indicadores e compondo um índice de exclusão social. O mapa da exclusão resultante deste estudo aponta que o Brasil apresenta *ilhas de inclusão em meio a um amplo mar de exclusão*.

Na verdade, neste início de novo milênio, o país continua a contar com um projeto de nação fragilizado pelas disparidades entre as áreas

que o compõem. Os "acampamentos" de inclusão das regiões Centro-Sul – que se destacam em relação à "selva" de exclusão destas mesmas regiões – , e das regiões Norte e Nordeste, mais do que um sinal de progresso, são a marca do esgaçamento do tecido social (Ibid, p. 26)

Vale ressaltar que este fenômeno tomou maior vulto nos últimos 20 anos, forjado junto à crise econômica mundial e ao processo de globalização da economia. Durante as décadas de 40 à 60/70, verificou-se grande perspectiva de ascensão social, conseqüentemente de inclusão. Foram os chamados “Anos Dourados”²⁴. A partir dos anos 80, as políticas neoliberais implantadas no país e no mundo, tais como as políticas de livre-mercado, as privatizações e a retirada do Estado do controle e regulação da economia e da manutenção do bem-estar social²⁵, mudaram o paradigma político-econômico vigente até então, colocando os indivíduos/empresas/Estados em constante concorrência uns com os outros. Como reflexo destas políticas, acrescidas pelo grande impacto do desenvolvimento tecnológico, observa-se o desemprego, a precarização do trabalho e a grave crise de valores pela qual passa a nossa sociedade.

Desenvolvemos nas últimas décadas incrível tolerância à injustiça social, motivando uma falta de mobilização coletiva. Houve grande propagação da ideologia "meritocritária" (Fonseca, 2000), impulsionada pelo neoliberalismo e fomentada em várias instâncias (família, escola, empresa), que passou a responsabilizar o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso profissional. Além disso, os estragos psicológicos e sociais da exclusão minaram a capacidade de reação de muitos.

Dejours (2001) levanta a hipótese de que não foi somente a taxa de desemprego que aumentou a partir dos anos 80, mas houve uma *transformação qualitativa* em toda a

²⁴ Anos Dourados refere-se ao período de aproximadamente 30 anos que se seguiu à II Grande Guerra, período este de grande crescimento econômico e perspectiva de ascensão para grande parte da população mundial.

²⁵ Alguns autores chamam esta forma da atuação do Estado de *Estado Mínimo*. O Estado, que até então era responsável pelo controle e regulação da economia e manutenção do bem-estar social (*welfare state*) nos países de capitalismo avançado, diminuiu sua intervenção em ambas as áreas, deixando a cargo do mercado o atendimento de muitas demandas, através da prestação de serviços privados à população.

sociedade, a ponto de ocorrer uma mudança significativa nas ações e reações sociais: atenuaram-se as reações de indignação, cólera e de mobilização coletiva para a ação em prol da solidariedade e da justiça e, ao mesmo tempo, desenvolveram-se ações de reserva, hesitação, perplexidade e resignação à injustiça.

A música alerta sobre os perigos de nossa franca indiferença ao sofrimento alheio:

A cidade apresenta suas armas
Meninos nos sinais, mendigos pelos cantos
E o espanto está nos olhos de quem vê
O grande monstro a se criar²⁶

A categoria sofrimento ético-político pode contribuir com a análise desta pesquisa. De acordo com Sawaia (2000), este sofrimento é causado por políticas econômicas e afetivas excludentes que tratam o sujeito como subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Este sofrimento não é referente a uma dor existencial, a qual todos estamos sujeitos, porém advém “... da tristeza de estar impedido de agir pela expansão do ser e de pôr nas idéias do outro as explicações das próprias afecções, muitas vezes, em nome da defesa narcísica do próprio ‘eu’” (Ibid, p. 27).

Indivíduos que sempre sofreram com a falta de amparo externo real e com a falta de recursos emocionais para agir acabam por adquirir nas relações cotidianas a certeza da impossibilidade de conquistar o objetivo desejado e desenvolvem a percepção de que pouco podem fazer para guiar suas vidas. Ocorre, então, a *crystalização da angústia*, que provoca um estado letárgico de apatia, anulando as emoções, e um estado de tristeza passiva, transformando o mundo numa realidade afetivamente neutra (Sartre, 1965; Sawaia, 1995a).

Assim, o sofrimento ético-político rompe o nexó entre o agir, o pensar e o sentir. Anulando o pensar (dado que pensar é sofrer) e suprimindo a emoção, o sujeito

²⁶ Trecho da música “Selvagem”, dos “Paralamas do Sucesso”. Autores: Herbert Vianna, Bi Ribeiro & João Barone (1986).

descontextualiza sua ação, passando a considerar a vida uma seqüência de ações que independem entre si. As condições que favorecem sua disseminação são a miséria, a exclusão e o medo; suas seqüelas são a passividade, o fatalismo, o alcoolismo e a vergonha (Sawaia, 1995b).

Este sofrimento causa a “... fixação do modo rígido de estado físico e mental que diminui a potência de agir em prol do bem comum, mesmo que motivado por necessidades do eu, gerando, por efeito perverso, ações contra as necessidades coletivas e, conseqüentemente, individuais” (Sawaia, 1995b, p. 50). O sofrimento ético-político corrói o sistema de resistência social, pois sua forma de expressão é o isolamento. Assim, deixa-se de reconhecer que a nossa integridade e bem-estar dependem também da integridade e bem-estar alheios. Insulados em suas casas, cada um cuida do que é seu, desconsiderando completamente o outro.

Sawaia (1995a, p.159) assinala que a única forma de romper com este sofrimento é ocorrer uma “... mudança na relação entre o ser e o mundo, é o estabelecimento do nexó psico/fisiológico/social superando a cisão entre o pensar/sentir/agir”. Ou seja, é necessário que haja a *superação da situação vivida* (Sartre, 1987), rumo a um projeto emancipatório coletivo. O oposto do sofrimento ético-político é a alegria e o prazer experimentados por aqueles que reivindicam cidadania e emancipação de si e do outro, e não apenas bens materiais circunscritos. “A felicidade ético-política é sentida quando se ultrapassa a prática do individualismo e do corporativismo para abrir-se à humanidade” (Sawaia, 2001b, p. 105).

Sawaia (2000) aponta que o sofrimento ético-político é uma categoria analítico-valorativa da dialética da exclusão/inclusão, servindo para orientar análises de dados de pesquisa e discutir práticas de inclusão perversa. Epistemologicamente, significa colocar no centro das discussões sobre a dialética da inclusão/exclusão a idéia de humanidade, tendo o

sujeito como temática, e buscar a compreensão da maneira como este se relaciona com o social (Sawaia, 2001b).

2.2. A dimensão subjetiva do trabalho

Partindo do pressuposto da determinação social do psiquismo humano, analiso a categoria trabalho como um dos principais elementos organizadores da sociabilidade. Os sentidos que este ocupa na vida dos sujeitos são múltiplos e individuais, variam entre as épocas e as culturas, porém este nunca é inócuo ao indivíduo (Diogo, 2000).

O trabalho não implica somente numa atividade técnica, também estão implícitas as reações subjetivas do trabalhador, sua capacidade de incorporar conhecimentos, suas formas de relacionamento e os motivos que o levam a trabalhar (Cruz, 1999). Assim, o trabalho transcende a atividade realizada: ele se transforma no ser daquele/a que o exerce e pode vir a determinar a qualidade das suas relações sociais.

Nas palavras de Mello (1988, p. 157),

observamos como não há nenhum momento em que o peso do trabalho não se faça sentir, tão profundamente se inscreve no corpo como memória carnal, na percepção do mundo como essência e não acidente. Qualquer propósito de considerar o trabalho como um instante isolado revela-se infactível.

Desta forma, faz-se importante analisar a articulação entre as dimensões subjetivas e objetivas do trabalho. Essa articulação pressupõe a reciprocidade e a interdependência entre as dimensões e a interação entre os aspectos psicológicos e estruturais fundantes de um determinado contexto social (Jacques, 1996).

Epistemologicamente, o vocábulo trabalho, do latim *tripalium*, tem uma associação controvertida: está relacionado a um instrumento de tortura utilizado para punir criminosos que, ao perderem a liberdade, eram submetidos a trabalhos forçados e, também, à nomenclatura de um instrumento agrícola, usado na cultura de cereais (Jacques, 1996; Bom Sucesso, 1998). Assim, observa-se que sofrimento e atividade produtiva mesclam-se nesta dupla significância.

Arendt (1999) também encontrou significados etimologicamente diferentes relacionados à atividade produtiva humana. A autora faz uma distinção entre *trabalho* e *labor*, baseada no fato de que todas as línguas Européias – antigas e modernas – possuem duas palavras diferentes para designar o que para nós, hoje, representa uma única atividade. Labor se refere às atividades humanas imediatas, voltadas à sobrevivência do indivíduo e da espécie²⁷. O resultado do esforço do trabalhador é consumido na mesma medida que é despendido. Este esforço corresponde à manutenção da vida, à obtenção dos meios de subsistência e ao consumo destes meios. Já o trabalho e seus produtos ocupam um patamar superior. Para a autora, trabalho é a atividade que confere certa permanência e durabilidade ao caráter efêmero do tempo humano. Aqui, o tema central não é a sobrevivência, mas a perpetuação da condição humana.

A autora ressalta que a característica comum ao processo biológico dos seres humanos e ao processo de crescimento e declínio do mundo é que ambos fazem parte do *movimento cíclico da natureza*, movimento este infinitamente repetitivo. Todas as atividades humanas provocadas pela necessidade de fazer frente a estes processos não têm começo ou fim. “Ao contrário do processo de *trabalhar*, que termina quando o objeto está acabado, pronto para ser

²⁷ Atividades que exigissem esforço eram vistas com desdém desde a antiguidade. Na Grécia antiga, atividades que não deixassem vestígios, monumentos ou obras dignas de serem lembradas eram desprezadas, sendo realizadas pelos escravos (inimigos vencidos em batalhas que eram levados para a casa do vencedor juntamente com outros despojos de guerra). É atribuída franca inferioridade à *vida ativa* em oposição à superioridade da *vida contemplativa* (Arendt, 1999).

acrescentado ao mundo das coisas, o processo do *labor* move-se sempre no mesmo círculo prescrito pelo processo biológico do organismo vivo” (Arendt, 1999, p. 109 – grifos meus). Esse círculo é sustentado pelo consumo, pois tudo o que o labor produz está destinado a alimentar o processo da vida humana.

De modo geral, destaca-se em nossa sociedade a relação imagética entre trabalho e sofrimento ou castigo. O que se observa cotidianamente é que as situações de trabalho poucas vezes oferecem às pessoas comuns chance de realização. Poucos são os profissionais que conseguem retirar satisfação de seu trabalho e usufruir deste como uma atividade criativa e realizadora. “O trabalho passa a ser, então, apenas uma tarefa enfadonha, executada meramente como ganha-pão, destituída completamente de uma significação intrínseca” (Ferraz, 1998, p. 169). Para a maioria dos/as trabalhadores/as, trabalho e lazer são atividades opostas²⁸.

Estudo realizado com homens e mulheres pertencentes às camadas populares aponta que há grande dificuldade de afirmação individual e realização através do trabalho. É uma questão de ordem moral: os elos de obrigação familiar devem prevalecer sobre projetos individuais. Contudo, o trabalho exhibe especial *valor positivo*, pois é através dele que as pessoas demonstram *honestidade e força de vontade*. Ao lado da negatividade contida na noção de ser “pobre”²⁹, a noção de ser trabalhador/a concede uma dimensão positiva, inscrita no significado moral atribuído ao trabalho (Sarti, 1996).

²⁸ É possível apontar que algumas categorias profissionais têm maior oportunidade de obter realização e prazer no trabalho. Observam-se relatos deste tipo em profissionais liberais, pessoas que ocupam cargos gerenciais e administrativos, docentes, artistas e outras categorias que têm maior chance de estabelecer uma *identificação* com a atividade realizada. Por exemplo, Maheirie (2001), pesquisando o sentido do trabalho para profissionais músicos, verificou não haver dicotomia entre prazer e trabalho neste tipo de atividade.

²⁹ No livro *A família como espelho: estudo sobre a moral dos pobres*, Sarti (1996) utiliza o termo “pobres” para se referir às pessoas pertencentes às camadas populares.

Ou seja, mesmo quando não é fonte de realização ou afirmação individual, quando é prioritariamente efetuado no intuito de garantir a sobrevivência pessoal e familiar, a importância do trabalho na vida das pessoas não pode ser subestimada.

Nos “Manuscritos de 1844”, Marx afirma que quando o trabalho é exterior ao/a trabalhador/a, ou seja, quando o sujeito não se realiza por meio de seu trabalho,

ele não se afirma, mas se nega; não se sente à vontade, mas infeliz; não desenvolve uma atividade livre, física e intelectualmente, mas mortifica seu corpo e destrói o seu espírito. Portanto, o trabalhador só se sente próximo de si mesmo quando está fora do trabalho e, no trabalho, ele se sente distante de si. (Marx, 1844, *apud* Lima, 1996, p. 33)

Uma das características centrais do trabalho humano apontada nos textos marxianos é que este é pensado e planejado por quem o executa³⁰. Porém, uma das principais transformações impetradas pelo capitalismo foi justamente isolar a concepção da execução do trabalho. O/a trabalhador/a perdeu a capacidade de gerenciar suas atividades e o ritmo de execução, cabendo-lhe tão somente realizá-las tais quais definidas pelos gerentes ou engenheiros. A maioria dos/as trabalhadores/as tão somente opera máquinas que ditam o ritmo do seu trabalho ou alimenta computadores com dados que já existem, ou seja, não têm controle sobre as atividades que realizam.

O capital busca retirar o máximo de eficácia do processo de produção, o menor custo relativo do trabalho e a máxima sujeição dos/as trabalhadores/as. Processos organizacionais são conduzidos visando alcançar esta finalidade. “Pessoas, papéis de trabalho, procedimentos técnicos, máquinas e equipamentos, valores, ideologia, cultura, regras, interesses, estruturas de poder e mecanismos de controle dão o corpo a esses processos” (Sato, 2002, pp. 42/43).

³⁰ Nas palavras de Marx (1998, pp. 211/212): “Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade.”

Discutindo o modo como o trabalho afeta a subjetividade dos/as trabalhadores/as, pesquisa realizada por Grisci (1999) aponta que os novos padrões tecnológicos e organizacionais proporcionam a experimentação de um tempo calcado na coexistência, na velocidade. Exige-se cada vez mais polivalência, flexibilidade e qualificação dos/as trabalhadores/as. A autora conclui que estes processos instituem novos regimes temporais que afetam sobremaneira a subjetividade.

O estudo das repercussões da organização do trabalho sobre o aparelho psíquico recebeu grandes contribuições com o trabalho de Christophe Dejours³¹. Este autor busca compreender como os/as trabalhadores/as conseguem manter certo equilíbrio psíquico apesar de estarem constantemente submetidos a condições de trabalho desestruturantes.

Dejours (1999) aponta que todo trabalho causa algum grau de conflito e sofrimento. Para bloqueá-lo, são criadas *estratégias defensivas*. O sofrimento é uma vivência, o que não significa dizer que a reflexão seja suficiente para tornar esta vivência totalmente consciente. As estratégias defensivas podem ser tanto individuais como do coletivo dos/as trabalhadores/as (estratégias coletivas de defesa). Se acontecer uma falha neste mecanismo compensatório ocorrerá sobrecarga no aparelho psíquico, podendo gerar descompensações ou mesmo doenças. Em suma, segundo esta teoria, “se o sofrimento não é sempre seguido de uma descompensação é porque o sujeito desenvolve defesas suficientemente eficazes contra este sofrimento” (Ibid, p. 18).

Descompensações e doenças relacionadas às situações de trabalho ocorrem com maior probabilidade quando não há livre adaptação do indivíduo ao trabalho e quando ele é

³¹ Christophe Dejours é psicanalista e desenvolve teorias ligadas à psicodinâmica do trabalho. Não discorrerei aqui sobre as diferenças entre a psicanálise e o materialismo histórico-dialético, muito menos buscarei realizar aproximações. Este autor tão somente foi trazido no sentido de enriquecer a análise relativa às dinâmicas subjetivas realizadas no ambiente de trabalho. Desta forma, limitar-me-ei em apontar estas contribuições. As estratégias de defesa apontadas por Dejours são aquelas classicamente descritas pela psicanálise.

desapropriado de todo o seu saber e criatividade. Trabalhos mecânicos, repetitivos, desumanizados em sua essência, cujo trabalhador não tem a menor possibilidade de exercer controle; trabalhos que não gerem nenhuma espécie retribuição e reconhecimento por parte do empregador e dos colegas; trabalhos com excessiva carga de pressão, nos quais a capacidade de controle por parte do empregado é sabotada pela urgência na realização da tarefa e pela supervisão extremamente acirrada; estas situações têm maior potencial de causar sofrimento, queixas e/ou problemas somáticos (Diogo, 2000).

Um dos elementos para se considerar um trabalho saudável é o estabelecimento de uma *dinâmica de reconhecimento* do valor do trabalho realizado. Para a psicodinâmica do trabalho, este reconhecimento gera uma vivência de satisfação no indivíduo, equilibrando a relação prazer/desprazer, evitando ou diminuindo a carga de sofrimento e mantendo a mobilização subjetiva do/a trabalhador/a pró-trabalho.

A dinâmica do reconhecimento deve ser estabelecida entre o/a trabalhador/a, a empresa (representada pelos superiores hierárquicos) e seus pares. Em relação à empresa, Merlo (2002) aponta que o/a trabalhador/a espera uma retribuição que não se resume ao salário ou a um prêmio por produtividade. Esta retribuição precisa ter um *caráter moral*, devendo tomar a forma de *reconhecimento*. Este precisa ser associado a um *juízo de utilidade*, o que significa dizer que o/a trabalhador/a deve receber o reconhecimento de seus superiores hierárquicos porque seu trabalho tem utilidade do ponto de vista econômico, científico, técnico etc. Em relação aos colegas de trabalho, a valorização da atividade do/a trabalhador/a recebe o nome de *juízo de beleza*. Este está baseado em critérios estéticos e econômicos (no sentido de economia do corpo), pois os colegas pertencem ao *métier* e saberão apropriadamente julgar a elegância e beleza do trabalho. Este juízo deve referir-se ao trabalho, não ao/a trabalhador/a.

O que se observa amiúde é que dificilmente uma dinâmica de reconhecimento é plenamente estabelecida, pois, além de se sujeitar à realização de atividades enfadonhas e repetitivas, a maioria dos trabalhadores não tem legitimado o esforço que empreendeu na realização do seu trabalho. Desta forma, as estratégias de defesa têm seu papel ampliado: “necessárias à proteção da saúde mental contra os efeitos deletérios do sofrimento, as estratégias defensivas podem também funcionar como uma armadilha que insensibiliza contra aquilo que faz sofrer” (Dejours, 2001, p. 36).

Muitas vezes as empresas se aproveitam do sofrimento dos/as trabalhadores/as como uma de suas “estratégias organizacionais”. Isso ocorre na disseminação do medo e da insegurança quanto à manutenção dos seus empregos; na sujeição dos/as trabalhadores/as a processos organizacionais que retiram deles/as sua criatividade e capacidade de expressão; no não reconhecimento de seu trabalho. O sofrimento gerado neste processo, de acordo com a teoria dejouriana, propicia estratégias defensivas que paralisam a ação do/a trabalhador/a contra o que o/a faz sofrer. Catalisar o sofrimento do/a trabalhador/a é uma ferramenta freqüentemente usada, pois as empresas bem sabem que o *sofrimento gera insensibilidade e amplia a capacidade de submissão*, gerando trabalhadores/as cordatos/as, não-questionadores/as, que buscam atender às exigências da empresa e que, conseqüentemente, podem ser mais e melhor explorados/as.

O próximo capítulo apresenta outra categoria que norteia a análise desta dissertação: os estudos de gênero. Busco fazer correlações entre ambas e descrever as várias especificidades que cercam o trabalho feminino, sempre embasada pelo referencial histórico-dialético.

CAPÍTULO 3

Gênero como categoria de análise

Na perspectiva teórica aqui utilizada, todas as atividades humanas são mediadas pela cultura, ou seja, em se tratando de seres humanos não existem fenômenos naturais. Desta forma, as *relações de gênero* também são aqui abordadas como construções sociais, que possuem base material e representam um processo da produção dos *lugares de poder* de homens e mulheres em determinada sociedade.

É possível perceber que gênero não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas também entre homens e homens e entre mulheres e mulheres.

Como gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero têm lugar. (Saffioti, 1992, p. 187)

Concordando com as proposições acima, Nogueira (2001) enfatiza que gênero não é um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às transações; desta forma, ele não existe nas pessoas, mas nas relações sociais. Fonseca (2000) inclusive alerta para o perigo de se pensar homens e mulheres em abstrato, sob a pena de se criarem ficções que apenas serviriam ao domínio e à exploração.

Assim, esta dissertação compreende gênero muito além do significado puramente gramatical, “... para tornar-se explicativo dos atributos específicos que cada cultura impõe ao masculino e ao feminino, a partir do lugar social e cultural construído hierarquicamente como uma relação de poder entre os sexos” (Oliveira, 1997, p. 02).

Em relação à noção de poder, Foucault (1999) lembra que não existe “O Poder” único e absoluto, mas sim *relações de poder*. Ou seja, não existem pessoas que detém plenamente o poder contra aquelas que não o detém, uma vez que este não pode ser apropriado apenas por alguns: o poder *circula* nas relações estabelecidas entre os sujeitos. Desta forma, ele não está somente concentrado nas esferas do Estado, pois o poder – e, conseqüentemente, a resistência a ele estabelecida – perpassa todo o tecido social.

A definição de gênero de Scott (1995, p. 86) tornou-se clássica:

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) gênero é uma forma primária de dar significação às relações de poder.

Esta autora articula a categoria gênero com classe social e raça/etnia. Sendo assim, desigualdades e jogos de poder estão localizados nestes três eixos. Esta multiderminação constitui sujeitos historicamente situados, subverte a lógica cartesiana, linear e dicotômica e torna gênero uma poderosa ferramenta de análise para compreender as complexas formas de relações humanas.

Os jogos de poder estão longe do equilíbrio: ainda hoje, muitas vezes o masculino representa o “positivo” e o “neutro”, enquanto o feminino aparece como o “negativo”. As mulheres são constantemente abordadas na história como sujeitos incompletos, seres relativos. “O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (Beauvoir, 1980, p. 10)³². De fato, observa-se que as relações estabelecidas entre os gêneros são, de modo geral, hierárquicas e desiguais, ocorrendo a dominância do masculino sobre o feminino. No mercado de trabalho, por exemplo, percebemos que as mulheres encontram maiores

³² Esta citação refere-se à introdução do livro de Simone de Beauvoir, cuja primeira edição data de 1949, mas, em muitos aspectos, permanece extremamente atual.

dificuldades de inserção e recebem menores salários. Além disso, suas possibilidades de trabalho geralmente são limitadas pelas suas responsabilidades domésticas e familiares.

Ancorada na tese da construção histórica e social das desigualdades e da hierarquia nas relações de gênero, busquei nesta pesquisa traçar paralelos possíveis entre as categorias trabalho e gênero. Pois, “se o capitalismo depende de uma estratégia de ‘dividir para reinar’, a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de gênero, de classe, de raças e das práticas sociais” (Souza-Lobo, 1991, p. 151). Iniciarei com uma breve descrição histórica, atendo-me principalmente à história das mulheres no mercado de trabalho nacional.

3. 1. A história das mulheres no setor produtivo nacional

Não é objetivo desta pesquisa realizar uma análise aprofundada sobre este tema, pois existem diversos trabalhos que tratam especificamente de destrinchar a participação das mulheres no mercado de trabalho³³. Busquei aqui trazer alguns elementos para enriquecer minha análise e evidenciar a historicidade das questões relativas às tramas de poder nas relações de gênero.

A primeira dificuldade encontrada para realizar esta empreitada, conforme observa Rago (1997), é que a documentação disponível para elaborar uma história das mulheres é quase toda de construção masculina, realizada por autoridades públicas, médicos higienistas,

³³ Sobre este assunto, consultar: DEL PRIORE, M. (org.) (1997). A história das mulheres no Brasil. 2ª edição, São Paulo: Contexto; DUBY, G. & PERROT, M. (1990). História das mulheres no Ocidente. Porto Alegre: Afrontamento, São Paulo: Bradil; ARIÉS, P. (1981). História social da criança e da família. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara; AUD, S. M. V. A. V. (1999). Mulher, cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres: Centro Universitário Newton Paiva; entre outras obras.

policiais ou por militantes anarquistas e comunistas. Desta forma, fica-se sem a percepção das próprias mulheres sobre a sua condição social, política e de trabalho. Sem rosto, sem corpo e sem voz, estas foram por muito tempo transformadas em figuras passivas, sem expressão política nem contorno pessoal.

O processo de industrialização brasileira inicia-se no sudeste do país em meados do século XIX. Segundo a autora, era significativo o número de mulheres e crianças trabalhando nas fábricas no final deste século, pois estas eram mão-de-obra barata e abundante. Na divisão do trabalho, as mulheres ficavam com as tarefas menos especializadas e mal remuneradas, enquanto os cargos de direção e concepção, como os de mestres, contramestres e assistentes, ficavam com os homens.

Porém, na medida em que avança a industrialização no século XX, as mulheres vão sendo progressivamente substituídas nas fábricas pela mão-de-obra masculina e direcionadas para os cuidados do lar. Enquanto estas representavam 76% da força de trabalho nas fábricas em 1872, em 1950 passaram a representar apenas 23% (Rago, 1997). As barreiras enfrentadas pelas mulheres no setor produtivo avolumaram-se, independente da camada social destas. O rápido crescimento da população industrial nos anos 30 acelerou ainda mais a queda percentual das mulheres empregadas nas atividades secundárias.

Nos anos 20 e 30, conforme orientação positivista, a “mãe cívica” passa a ser uma figura exaltada, redefinindo o lugar da mulher na sociedade. Seria sua principal responsabilidade preparar física, intelectual e moralmente os futuros cidadãos da pátria, contribuindo para o engrandecimento da nação. A autora alerta que a ideologia dominante era que “... o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães” (Rago, 1997, p. 585). O mundo público passa a ser considerado um espaço ameaçador

para a moralidade das mulheres e das crianças; desta forma, estas deveriam ficar restritas ao seu “espaço natural”: o lar.

A suposta “naturalidade” das concepções de gênero determinava caminhos muito diferentes para homens e mulheres: de um lado reforçavam-se as “qualidades eminentemente masculinas” necessárias a um bom trabalhador; por outro, reforçavam-se as “qualidades naturais” das mulheres, mais sensíveis e delicadas que os homens, que deveriam retornar ou permanecer restritas ao espaço doméstico. Pena (1981) aponta que alguns fatores reforçaram a diminuição das mulheres no mercado de trabalho, entre os quais a própria legislação trabalhista, que enfatizava o papel feminino na família e a organização “racional” dos processos de trabalho.

As mulheres que necessitavam trabalhar para garantir o sustento da família eram vistas com preconceito, pois não poderiam cumprir com rigor o seu papel dentro do lar. Rago (1997, p. 589) assinala que “as trabalhadoras pobres eram consideradas extremamente ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas, as quais, por sua vez, eram consideradas menos racionais que os homens”. As elites fabris que empregavam mão-de-obra feminina contrariavam os preceitos vigentes, mas estas se justificavam afirmando que estas mulheres precisavam trabalhar para sobreviver e ajudar suas famílias, ou seja, evocavam motivos humanitários para explorar a força de trabalho feminina.

Com o avanço do processo de industrialização, era necessário oferecer instrução aos trabalhadores que a indústria emergente demandava. O Estado passou a fomentar a criação de escolas especializadas ou centros de treinamentos. Ficou ainda mais evidente a intenção de excluir as mulheres do mercado de trabalho. Analisando o decreto lei nº 4.073, de janeiro de 1942, Pena (1981) comenta que era permitido às mulheres freqüentar estabelecimentos de

ensino, desde que não lhes prejudicasse a “frágil constituição física”. O decreto ainda esclarecia que as alunas deveriam ser encaminhadas aos cursos relacionados à educação doméstica. Desta forma,

o acesso aos cursos de treinamento profissional estava restrito para as mulheres, em razão de uma sanidade específica que lhes seria própria; quando aceitas como alunas, para certos tipos de cursos que não lhes ferissem a especificidade de seu corpo e sua susceptibilidade à doença, deveriam ainda receber ensinamento sobre o desempenho das tarefas domésticas (Pena, 1981, pp. 137/138).

Ou seja, historicamente as mulheres foram sendo excluídas do mercado de trabalho e dos processos de qualificação profissional. No próximo item, desenvolverei a idéia de que a falta de qualificação é um problema que repercute ainda hoje, pois algumas atividades que exigem maior capacitação e conhecimento técnico foram gradativamente (e a custa de muito esforço) abertas às mulheres, contudo estas ainda se encontram em número reduzido nestes setores justamente porque são poucas aquelas que têm a instrumentalização necessária. Isso decorre do fato do espaço público ter sido definido até bem pouco tempo como esfera essencialmente masculina e somente aceitar a participação das mulheres como coadjuvantes, na condição de auxiliares e assistentes, desempenhando funções consideradas menos importantes.

Até a década de 60, ainda predominava a ideologia que a mulher era “feita” para o casamento e para a maternidade. Contudo, mudanças políticas, culturais, sociais e econômicas alteraram este panorama e a mulher foi reabilitada à cena pública. Nas últimas décadas do século XX, observou-se expressivo aumento da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho. Em 1973, o setor produtivo comportava cerca de 11 milhões de mulheres, 30,9% da PEA (População Economicamente Ativa). Esse número triplicou até 1999, quando as

mulheres passaram a 33 milhões de pessoas presentes no mercado de trabalho, 41,4% da PEA (Dados do IBGE/PNAD, in: Dieese, 2001)³⁴.

Hoje é fato que “... embora a ideologia da maternidade e da domesticidade [ainda] se mantenha proeminente na sociedade contemporânea, condições materiais de ordens diversas impulsionaram as mulheres para a esfera da produção” (Siqueira, 2002, p. 19). Apoiadas em indicadores demográficos, pesquisas na área de trabalho e gênero demonstram que o cenário brasileiro convive atualmente com

... a acentuação das desigualdades salariais entre os sexos, a segregação ocupacional das mulheres, a discriminação no plano dos direitos sociais, a generalização da dupla jornada de trabalho, principalmente nos setores populares, mais a dupla discriminação que sofrem as mulheres negras trabalhadoras e o aumento de famílias chefiadas por mulheres (Siqueira, 2002, pp. 21/22).

Segundo Yannoulas (2002, p. 28), apesar das grandes mudanças ocorridas no setor produtivo e do aumento da participação das mulheres neste setor, não se registrou diminuição significativa das desigualdades entre homens e mulheres:

o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho está mais vinculado à expansão de atividades 'femininas' do que ao acesso a atividades 'masculinas'; as discriminações vertical e horizontal dos mercados de trabalho se reproduzem; a brecha salarial não foi reduzida (é maior quanto maior o nível de instrução); a taxa de desemprego feminina continua sendo superior à dos homens; e aumenta a presença de mulheres nas ocupações mais precárias.

Estas desigualdades se materializam nas estatísticas: o desemprego entre as mulheres brasileiras é cerca de 4 a 6 pontos percentuais superior ao apurado para os homens, em todas as regiões. A ocupação em postos de trabalhos vulneráveis³⁵ atinge cerca de metade das

³⁴ O número de mulheres trabalhadoras certamente é maior do que o medido nas estatísticas, pois ainda existem muitas ocultas em trabalhos domésticos; na "ajuda" a negócios familiares; nos cuidados às crianças, idosos e doentes; ou em outras atividades consideradas não-econômicas ou complementares (Dieese, 2001).

³⁵ Postos de trabalhos vulneráveis referem-se aos empregados domésticos, trabalhadores familiares sem remuneração, autônomos para o público e terceirizados, freqüentemente à margem da economia formal e sem acesso aos direitos garantidos pela legislação trabalhista (Dieese, 2001).

mulheres ocupadas nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador e situa-se em torno de 40% nas demais regiões (para os homens, esta proporção gira em torno de 30%, destacando-se Recife com 38,7%). As mulheres estão presentes em maior proporção nas ocupações não-qualificadas, em todas as regiões metropolitanas: enquanto os homens somam 8% dos trabalhadores não-qualificados, as mulheres totalizam 20%. As mulheres brasileiras ganham, em média, 65% do que recebem os homens em remuneração pelo seu trabalho, em qualquer que seja sua forma de inserção no mercado³⁶. Nem mesmo a escolaridade tem se mostrado como um fator capaz de assegurar igualdade de condições, pois considerando as variáveis sexo e escolaridade, verifica-se que as mulheres são pior remuneradas que os homens com o mesmo patamar de instrução (Dieese, 2001).

Analisando a implementação de políticas públicas voltadas para uma absorção mais equitativa da mão-de-obra no Brasil com relação às questões de gênero, Kon (2001) descreve que inexistem programas governamentais destinados ao fomento da diversificação de opções ocupacionais para as mulheres. Os textos institucionais introduziram princípios de igualdade entre os gêneros, porém estes não foram acompanhados por instrumentos efetivos de aplicação e de controle, ou seja, continuam a ter pouco efeito na prática. Os mecanismos de supervisão da implementação de instrumentos de proteção à mulher no mercado de trabalho são insuficientes ou ineficientes. Além disso, a participação feminina em sindicatos e em comitês governamentais que tratam desta questão tem sido baixa e desestimulada.

Segundo esta autora, o papel do Estado é relevante no sentido de promulgar normas e estabelecer mecanismos de controle, porém, a participação da mulher em condições igualitárias no mercado de trabalho não depende somente do reconhecimento da necessidade

³⁶ Uma análise dos rendimentos por hora revela que esta desigualdade salarial não está relacionada a possíveis diferenças na jornada de trabalho para ambos os sexos (Dieese, 2001).

de sua incorporação positiva, expressa em documentos oficiais. Depende, também, de uma mudança cultural, inclusive no sentido de exigir a implementação destes instrumentos.

Em suma, a história de dominação do feminino é antiga e, mesmo com todos os avanços e conquistas na esfera social, política, econômica e cultural, as mulheres ainda estão numa posição díspar e inferior em relação aos homens. A desigualdade social brasileira se constrói sobre vários alicerces e um deles é, certamente, a discriminação das mulheres no mercado de trabalho.

3. 2. A articulação entre as categorias gênero e trabalho

Nas últimas décadas, o tema das *relações sociais sexuadas* e da *divisão sexual do trabalho*³⁷ passou a ser muito discutido, questionando categorias e métodos que aprendemos a considerar “neutros”. As relações sociais sexuadas são descritas por Hirata (2002, p. 276) como “... relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas”. Portanto, faz-se necessário que pesquisas na área do trabalho repensem o tema a partir da introdução do olhar das relações de gênero.

Fonseca (2000) concorda com esta proposição e afirma que articular gênero e trabalho possibilita uma redefinição do conceito ‘força de trabalho’. Isso implica reconhecer que o capital dialoga com os gêneros masculino e feminino de forma diferenciada, discriminando a mão-de-obra a ser utilizada nos postos de trabalho e sexualizando as ocupações.

³⁷ O GEDISST (*Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail*) é um dos principais grupos de pesquisa sobre a divisão social e sexual do trabalho. Foi fundado na França por Danièle Kergoat, na década de setenta. A partir dos estudos fomentados pelo grupo, as mulheres, antes invisíveis enquanto atores sociais, passaram a ter consideradas suas relações sociais sexuadas, causando fecundos efeitos de renovação teórica nas ciências sociais. Desta forma, a criação do GEDISST é um marco para os estudos de gênero (Hirata, 2002).

A força de trabalho masculina aparece como força livre, a força de trabalho feminina como sexuada. Ou seja, as condições de negociação da força de trabalho não são as mesmas, o que nos permite concluir pela sexualização da força de trabalho e, conseqüentemente, das relações e práticas de trabalho (Souza-Lobo, 1991, p. 152).

Yannoulas (2002) ressalta a importância de contextualizar historicamente a divisão sexual do trabalho, pois tarefas atribuídas a homens e mulheres variam de cultura para cultura e de uma época para outra. Uma característica fundamental nas relações de gênero é a sua mutabilidade no tempo e no espaço. Quando nos defrontamos com diferenças no exercício de uma profissão é importante observar quais fundamentos justificam uma ou outra divisão sexual do trabalho, pois estes exprimem as formulações culturais das relações de gênero.

Esta autora ainda ressalta que existem duas formas de divisão sexual do trabalho: a *horizontal*, que é relativa à concentração da mão-de-obra feminina em um determinado setor de atividade, em função de características atribuídas às mulheres (por exemplo, paciência, delicadeza, meticulosidade, agilidade etc); e a *vertical*, que é relativa às mulheres estarem sempre em desvantagem em relação aos homens em termos de salários, ascensão profissional e condições de trabalho. "O fenômeno da inserção diferencial de homens e mulheres nos mercados de trabalho denomina-se *segmentação ou segregação dos mercados de trabalho baseada em gênero*" (Yannoulas, 2002, p. 15 – grifos da autora).

O trabalho feminino possui algumas peculiaridades: a dupla jornada e a sobrecarga de tarefas; a descontinuidade da sua inserção no mercado de trabalho; a desvalorização cultural e a segregação ocupacional; a baixa qualificação; a grande presença feminina em postos de trabalho vulneráveis e o maior índice de desemprego. Estas características estão todas interligadas e, juntas, aguçam desigualdades e discriminações. É importante, pois, discorrer sobre cada uma delas.

Os padrões de socialização e a própria organização da sociedade separaram vida pública e privada e distribuíram de forma desigual as responsabilidades familiares e domésticas. Estas recaíram maciçamente sobre os ombros femininos. Desta forma, pesquisas que estudam as mulheres trabalhadoras devem levar em consideração que estas realizam grande quantidade de trabalho *não pago*, “... não só o chamado trabalho doméstico, mas também o trabalho de cuidar da família, que apresenta componentes emocionais importantes e consome muito tempo” (Brito, 2000, p. 201).

Observa-se que o crescimento da força de trabalho feminina no Brasil aponta para uma importante mudança no perfil desta população. Até os anos 70, as mulheres que disputavam colocações no mercado de trabalho eram majoritariamente jovens, solteiras e sem filhos. Hoje elas são mais velhas, casadas e com filhos (Yannoulas, 2002)³⁸. Este elemento potencializa a importância de considerar o trabalho doméstico ao estudar a inserção feminina no setor produtivo.

O trabalho doméstico tornou-se uma categoria reconhecida no pensamento marxista com o movimento feminista, depois que as militantes feministas marxistas se empenharam em estudar as bases materiais de opressão das mulheres sob o capitalismo. Este tema gerou acirrados debates sobre as características e propriedades do trabalho doméstico sob a égide do capitalismo, debates estes espinhosos e muitas vezes inconclusos. Um dos consensos nesta polêmica é o fato de que o trabalho doméstico é responsável pela produção de valores de uso para consumo dos próprios membros da família, produção esta que contribui para a reprodução da força de trabalho. Ao contrário do trabalho assalariado, o trabalho doméstico

³⁸ Antigamente as jovens que ingressavam no mercado de trabalho o abandonavam após o casamento e o nascimento dos filhos. A tendência predominante hoje em dia é que as trabalhadoras permaneçam ocupadas durante sua idade reprodutiva e após os quarenta anos, sendo esse dado um importante indicador da relevância pessoal e familiar da atividade profissional feminina (Dieese, 2001).

está sujeito a uma pequena margem de divisão, cooperação ou especialização (Bottomore, 1988).

Uma argumentação possível acerca da desvalorização deste tipo de trabalho é que este não gera mercadorias e não produz mais-valia; não é, portanto, uma atividade econômica. É um *trabalho improdutivo*, não contribuindo para o produto ou excedente social. Justamente por não pertencer ao círculo econômico, este tipo de trabalho teria seu valor depreciado (Singer, 1983). Contra esta argumentação, levanta-se que este tipo de trabalho deve ser distinguido não pelos seus produtos, mas pelas suas relações de produção, que não são as mesmas da produção de valor. Afinal, os produtos do trabalho doméstico não são produzidos para a venda e não estão sujeitos à operação da lei do valor e à força coercitiva da competição. Além disso, a força de trabalho só é capaz de se manter pelo próprio consumo de valores de uso, muitos dos quais são justamente produzidos pelo trabalho doméstico (Bottomore, 1988).

Em suma, como o trabalho doméstico não possui valor de troca, este geralmente não é encarado como “trabalho” pela ótica capitalista. Para citar um exemplo desta concepção, a metodologia utilizada pelo IBGE para compreensão do conceito de trabalho desconsidera o trabalho doméstico, que continua a ser classificado como “inatividade econômica” (Bruschini, 2000). Esta metodologia prioriza a análise das relações de produção “tipicamente capitalistas” em detrimento dos setores marginalmente integrados ao capital, caso dos serviços domésticos.

De qualquer forma, o debate sobre a aplicabilidade ou não dos conceitos marxistas para a análise do trabalho doméstico não esclarece a base material da divisão sexual deste tipo de trabalho, que é maciçamente destinado às mulheres.

As mulheres pertencentes às camadas populares são as que mais vivenciam o trabalho doméstico e muitas vezes vêm sua inserção no mercado de trabalho limitada em função destas atividades, pois não têm a quem delegar o cuidado com a casa e com os filhos.

Geralmente o número de creches da rede pública é insuficiente para atender toda demanda. Nestes casos, os filhos pequenos ficam sob o cuidado dos mais velhos, de vizinhas, avós ou outros parentes para que estas possam exercer uma ocupação remunerada. O acúmulo de trabalho gera sobrecarga, conhecida popularmente como “dupla jornada de trabalho feminina”.

Não são somente as mulheres de baixa renda que se ocupam do trabalho doméstico. Pesquisa realizada por Ludermir (2000, p. 656) conclui que, independente da camada social, a maioria das mulheres estudadas “... ao contrário dos homens, ao desempenhar uma atividade econômica, assumia também as responsabilidades de esposa, mãe e trabalhadora e empreendia dois trabalhos: o remunerado e o não-remunerado, geralmente não reconhecido dentro de casa”. Ou seja, são as mulheres que tradicionalmente cuidam da casa e da família, independente de seu *status* social.

O trabalho doméstico é geralmente econômica e culturalmente desvalorizado, não sendo muitas vezes reconhecido nem mesmo por quem o consome, ou seja, pela própria família. Este possui características bem significativas:

Nas relações e nas práticas sociais, é um trabalho: 1) subestimado – uma série de atividades indispensáveis para a manutenção da formação social e efetivamente realizadas pelas mulheres não aparecem como ‘trabalho’; 2) desvalorizado – às esferas domésticas, mesmo reconhecidas, é atribuída pouca importância; 3) isolado – é realizado, na maior parte do tempo, nas unidades domésticas; 4) invisível, dos pontos de vista psicológico, econômico, e ideológico, além de ser ‘consumido’ na mesma proporção e velocidade com que é realizado. (Preuss, 1997, p. 53)

Assim, por todas estas características – não ser remunerado nem reconhecido; gerar sobrecarga; ser subestimado, desvalorizado, isolado e invisível – e por ser “naturalmente” realizado por mulheres, o trabalho doméstico mais se assemelha a um “fardo” e contribui para acentuar desigualdades e discriminações em relação às mulheres.

Outro fator a ser considerado quando se estuda o trabalho feminino é que a atividade econômica das mulheres freqüentemente é descontínua, principalmente devido aos diferentes momentos de seu ciclo vital, dos quais o mais relevante é a maternidade. "Desta forma, os trabalhos em tempo parcial, ocasionais ou sazonais são mais freqüentes entre elas, respondendo à necessidade de harmonizar o desempenho doméstico e profissional" (Yannoulas, 2002, p. 16).

Muitas vezes as empresas encaram estas entradas e saídas do mercado como uma amostra de “descompromisso” das mulheres em relação ao trabalho. Cada vez mais, as empresas exigem dedicação, disponibilidade e compromisso – metaforizado no gesto de “vestir a camisa da empresa”. Mulheres que apresentam restrições de horários e/ou filhos pequenos têm maior dificuldade em conseguir uma colocação³⁹.

Também é necessário levar em consideração a desvalorização cultural do trabalho feminino. Há uma desqualificação material e simbólica das qualidades consideradas inerentes à “natureza” das mulheres (Fonseca, 2000; Hirata, 2002; Souza-Lobo, 1991). Desta forma, desconsidera-se todo o *treinamento informal* que as mulheres receberam desde o nascimento para desenvolver tais qualidades. Nas indústrias, por exemplo, as ocupações femininas quase sempre obedecem a um mesmo critério: tarefas repetitivas, que exigem atenção, paciência, destreza e minúcia. Estas características são consideradas “inatas” às mulheres, e, desta forma, não precisam ser recompensadas e são amplamente exploradas.

³⁹ Além disso, Hirata (2002) também indica que o emprego feminino possui características de instabilidade e rotatividade elevada. Diversos fatores geram estas características, entre os quais destaco o *discurso gerencial* relativo à proteção do emprego dos “chefes de família”. Assim, pesquisa realizada pela autora numa empresa paulista que empregava cerca de mil trabalhadores, utilizando 60% de mão-de-obra feminina, demonstrou que os operários casados e com filhos foram, sempre que possível, poupados nos momentos de crise. Quanto às mulheres, a autora não constatou nenhuma garantia de estabilidade relacionada ao estado civil e à maternidade.

Souza-Lobo (1991) defende a idéia de que a divisão sexual do trabalho *separa e articula* a produção e a reprodução⁴⁰, integrando os dois níveis do trabalho feminino, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais. Assim, na divisão sexual do trabalho, as mulheres são encaminhadas com frequência às atividades que reproduzem as tarefas domésticas e exploram habilidades consideradas “femininas”.

Na prática, observa-se que a segmentação ocupacional frequentemente concentra as mulheres nas áreas de serviços pessoais, domésticos (incluindo aí serviços de limpeza e conservação), administração pública, saúde, ensino, serviços comunitários, comunicações, comércio ou atividades agrícolas (Yannoulas, 2002; Dieese, 2001). Estas ocupações geralmente coincidem com aquelas que recebem os menores níveis salariais.

A distância salarial se explica pela discriminação da mão-de-obra feminina e não por características produtivas. As mulheres economicamente ativas ultrapassam os homens em anos de escolaridade e, mesmo assim, seguem recebendo menores salários. A especialização das mulheres em determinadas profissões consideradas “femininas” sugere ter havido um deslocamento na discriminação de *anos* de estudo para *tipos* de estudo, configurando uma “*barreira ou teto de cristal*”. Este termo refere-se à existência de mecanismos de *discriminação encoberta e autodiscriminação*, que limitam as possibilidades de formação profissional e promoção das mulheres no setor ocupacional (Yannoulas, 2002).

Todas estas peculiaridades do trabalho feminino deixam as mulheres em desvantagem na hora de procurar um emprego. Além destas, há que se considerar mais uma, decorrente das anteriores: a inserção de inovações tecnológicas e os programas de reestruturação e

⁴⁰ Reprodução social e cultural diz respeito a atividades domésticas não remuneradas, realizadas geralmente por mulheres, relacionadas à reprodução material e simbólica das pessoas, tais como: alimentação, cuidados com a saúde, educação, manutenção da casa (Yannoulas, 2002).

reengenharia implantados pelas empresas buscando melhorar a sua performance no mercado tiveram repercussão catalisada sobre o trabalho feminino.

Embora não existam muitos estudos que analisem o trabalho das mulheres diante da inserção de novas tecnologias⁴¹, os dados disponíveis demonstram que postos automatizados utilizam pouca mão-de-obra feminina (Hirata, 2002). Polivalência, qualificação, flexibilidade, integração de tarefas e trabalho em equipe não são atributos geralmente reconhecidos nas trabalhadoras. Estas são alocadas em postos não-qualificados, mecânicos e repetitivos, nas áreas de maior *trabalho intensivo* (Antunes, 1999). Conforme pesquisa empreendida por Neves (2001), as mulheres estão confinadas em empresas cujos produtos têm menor conteúdo tecnológico e em funções que recebem pouco ou nenhum treinamento. Ou seja, a divisão sexual do trabalho é definida muito mais pelo *conteúdo ideológico* do que pela *competência técnica*, podendo-se perceber claramente a dimensão histórico-cultural da noção de qualificação, expressando o modo como se dão as relações de gênero numa sociedade em que as mulheres ocupam, na maioria das vezes, posições subalternas e desvalorizadas.

A inserção de novas tecnologias e a implantação de programas de reestruturação e reengenharia tendem a suprimir com maior frequência a mão-de-obra não-qualificada, culminando na ampliação da exclusão das mulheres no mercado de trabalho. Por outro lado, a flexibilização dos mercados aumentou as desigualdades entre homens e mulheres quanto às condições de trabalho e emprego. Estas são algumas das razões que alicerçam a elevada taxa de desemprego observada entre as mulheres. Só para citar um dado recente: segundo o IBGE, a taxa de desocupação masculina em outubro de 2004 foi de 8,7%, com queda de 0,7 ponto percentual em relação a setembro do mesmo ano. Entre as mulheres, a taxa foi de 13,4%, não

⁴¹ Geralmente estes estudos concentram-se no setor secundário e tendem a generalizar seus resultados baseados unicamente em trabalhadores homens, não considerando as dimensões de gênero (Hirata, 2002).

apresentando variação em relação a setembro. A diferença observada entre homens e mulheres neste mês foi de 4,7 pontos percentuais⁴².

É um círculo vicioso: a inserção das mulheres no mercado de trabalho é muitas vezes limitada pelas suas responsabilidades domésticas e familiares; culturalmente o seu trabalho é menos valorizado que o masculino, incluindo aí menores salários; as mulheres foram historicamente alijadas dos processos de capacitação profissional e, hoje em dia, são mão-de-obra não-qualificada em sua maioria; desta forma, elas são encaminhadas a trabalhos que reproduzem as tarefas domésticas, trabalhos não-qualificados, em postos não-automatizados, que utilizam poucos componentes tecnológicos e não requerem treinamento; estes postos de trabalho são os primeiros a desaparecer quando surgem novas tecnologias ou mudanças nas estratégias organizacionais; estas transformações geram ampliação da rede de subcontratação, terceirizando vários postos e estabelecendo contratos flexíveis, mal pagos e provisórios; estes postos de trabalho vulneráveis são ocupados maciçamente por mão-de-obra feminina.

Em vista de tudo que foi exposto, não causa estranheza o dado de que a pobreza é incrivelmente feminilizada. As mulheres somam 70% do 1,3 bilhões de pessoas no mundo submetidas a situações de pobreza absoluta⁴³.

O fruto deste cenário é observar que as mulheres são mais vulneráveis aos processos de exclusão social. Diogo e Coutinho (2004) apontam que a nova ordem econômico-social vem perpetrando hierarquias, desigualdades e assimetrias historicamente construídas, sejam estas de classe social, raça ou gênero. Os mecanismos de inclusão/exclusão são sutis e geralmente ficam camuflados nos discursos que “naturalizam” os lugares ocupados e os trabalhos

⁴² Dados disponíveis no *site*: <http://vocesa.abril.com.br/informado/aberto/no_54906.shtml>. Acesso em 26. nov. 04.

⁴³ Dado disponível no *site*: <<http://www.ilo.org/public/english/employment/gems/about/index.htm>>. Acesso em 26. nov. 04. A OIT possui um setor que estuda a situação da mulher no mercado de trabalho e promove programas ligados aos estudos de gênero (Gender Promotion Programme/ GENPROM: Employment Sector).

realizados por homens e mulheres. Geralmente, nem as próprias mulheres têm consciência destes mecanismos, poucas são aquelas que se propõem a discutí-los e desafiá-los.

O problema social da subordinação, opressão, discriminação e exploração do feminino *não está na mulher*, pois, como já abordado, gênero não é um atributo individual, não está nas pessoas, mas sim nas relações sociais. O problema, então, está localizado nas *formas de organização social*. Enquanto estas não sofrerem modificações, pouco avançaremos em busca de uma situação social mais igualitária e socialmente equilibrada entre homens e mulheres.

Há de se procurar distinguir duas formas de constituição das diferenças entre os gêneros masculino e feminino: a diferença enquanto dominação e a diferença enquanto direito (Fonseca, 2000). Os estudos articulando as categorias trabalho e gênero têm a obrigação de contribuir lançando luzes sobre o tema e desnaturalizando as tramas nas quais as mulheres foram historicamente enredadas. Desta forma, apontando as relações de desigualdades e injustiças entre os gêneros, objetiva-se enfatizar a diferença enquanto direito. Direito este de poder de ação, de representação, de cidadania, visando a construção de uma sociedade mais justa e realmente democrática.

CAPÍTULO 4

Caminho percorrido

O método de uma pesquisa não se define por uma coleção de técnicas e instrumentos, mas pela lógica que orienta o processo de investigação, determinada pelos pressupostos teórico-epistemológicos que caracterizam um dado paradigma (Alves, 1991).

Para compreender os sentidos do trabalho para as mulheres que exercem suas atividades na área de limpeza e conservação foi realizada uma *pesquisa de campo* de metodologia *qualitativa*, na forma de *estudo de caso*. O procedimento realizado para a coleta de informações foi o de *entrevistas individuais abertas*, utilizando um roteiro orientador para as questões. A análise dos dados buscou compreender o indivíduo em seu contexto, situando suas ações em relação às condições objetivas que se apresentavam, a partir de um movimento progressivo-regressivo. “O método, portanto, deve ser necessariamente dialético, partindo das contradições, negações e superações que surgem na descrição da história do sujeito” (Maheirie, 1994, p. 126).

O método de investigação busca estabelecer uma coerência entre a pergunta, o caminho perseguido e a resposta obtida. Ao realizar um estudo de caso, pude aprofundar-me na realidade pesquisada, enfatizando as múltiplas dimensões do problema estudado, focalizando-o como um todo. Como ressalta Luna (1998), estudos de caso são um excelente desenho de pesquisa quando se pretende estudar uma realidade pouco explorada. E, como já discutido no capítulo 1, ao realizar este estudo sobre os sentidos do trabalho para algumas mulheres que exercem suas funções na área de limpeza e conservação descortino alguns sentidos possíveis que se objetivam na realização deste tipo de trabalho para outros sujeitos historicamente

situados, dado que o conhecimento do singular é a chave de toda psicologia social (Vygotski, 1996).

Ao buscar a compreensão dos sentidos que alguém atribui às suas vivências, é necessário se debruçar sobre o indivíduo, suas condições objetivas e sobre as múltiplas dimensões que participam da sua constituição. As entrevistas realizadas com os sujeitos que fizeram parte desta pesquisa objetivaram colher informações sobre estes aspectos. O primeiro passo para a condução da análise foi organizar o grande volume de dados gerados em cada uma das entrevistas, selecionando aqueles que diziam respeito ao tema-problema. Este processo implica num trabalho de redução, organização e interpretação, buscando identificar dimensões, categorias, tendências e relações (Alves, 1991).

A análise dos dados caracterizou-se por procurar captar nas falas ou em outras formas de objetivação dos sujeitos, delimitada pela abordagem teórico-metodológica aqui utilizada, o caráter multidimensional dos fenômenos e os diferentes sentidos das experiências vividas, buscando a compreensão entre o indivíduo e seu contexto (Biasoli-Alves, 1998). Num primeiro momento, dediquei-me à organização das informações obtidas no campo que diziam respeito às perguntas do roteiro para cada entrevista separadamente. Num segundo momento, cruzei as informações entre elas, observando possíveis relações, divergências e convergências. Por fim, defini algumas categorias de análise:

- A gênese da escolha desta profissão.
- O cotidiano do trabalho de limpeza e conservação: sentidos vivenciados.
- O cotidiano do trabalho doméstico.
- Como e o quê o sujeito projeta no seu futuro, no trabalho e fora dele.

Meu objetivo foi buscar a compreensão das histórias e das ações destas mulheres em relação a cada uma destas categorias, situando-as em relação às suas condições objetivas. A

objetividade é aqui pensada em relação à subjetividade. Nesta dialética, não há determinações a priori: há um movimento contínuo de vir-a-ser. O ato humano atravessa o meio social, conservando-lhe as determinações e transformando o mundo sobre a base de determinadas condições (Sartre, 1987). Como já discutido, as pessoas fazem a história, objetivando-se nela e nela se alienando, mesmo que elas não reconheçam o sentido dos seus atos no resultado total.

Se o homem [ser humano] é produto e produtor da sua história, o que temos a fazer é encontrar o seu movimento neste processo, temos de compreender a sua gênese e o que ele chegou a fazer daquilo que fizeram dele. Nesse sentido, a existência humana pode ser transparente à compreensão, que busca ser fiel ao caráter dialético da condição humana. (Maheirie, 1994, p. 133)

Busquei na análise encontrar o movimento das mulheres entrevistadas nos processos de escolha da profissão de limpeza e conservação, os sentidos atribuídos a este trabalho, bem como quais os projetos por elas engendrados. Passado, presente e futuro são dimensões temporais que incidem na constituição de um sujeito e que busquei considerar (Maheirie, 2001).

O método utilizado teve por objetivo contemplar a singularidade na intersecção com a coletividade, resgatando a particularidade no universal (Maheirie, 1994). Neste movimento, que é *progressivo-regressivo*, busquei destacar a objetivação das subjetividades. Este é um método heurístico, “não terá outro meio senão o ‘vaivém’: determinará progressivamente a biografia (por exemplo), aprofundando a época, e a época, aprofundando a biografia” (Sartre, 1987, pp. 170/171).

Em suma, o método realiza um movimento que vai da singularidade à universalidade, retornando a esta singularidade, numa perspectiva histórica, contemplando passado, presente e futuro (Maheirie, 1994) e buscando encontrar “... o movimento de enriquecimento totalizador que engendra cada momento a partir do momento anterior” (Sartre, 1987, p. 175).

Considerando que toda atividade humana é mediada, buscar o movimento progressivo-regressivo é buscar a compreensão das relações estabelecidas pelos sujeitos com seus pares, com as coisas, com os animais e com a natureza, com o passado, presente e futuro e com o seu próprio corpo. Não há ser humano sem relação e estas são o que há de mais concreto nos seres humanos (Maheirie, 1994).

Sendo a realidade concreta caracterizada pela interdependência ativa entre as diversas partes do real que não se somam, que não são dadas, mas que se constroem historicamente a partir de contradições intrínsecas, esse movimento (que caracteriza o método dialético) é, também, o movimento que vai da totalidade para a contradição e desta para a totalidade; do objeto para o sujeito e deste para o objeto. (Franco, 1988, p. 78)

Ainda considerando a noção de mediação, é imprescindível lembrar que, apesar de todo o rigor metodológico empregado numa pesquisa, não há possibilidade de um pesquisador propor neutralidade e isenção: ele sempre estará impregnado pela realidade a ser apreendida. “Esta vinculação não é, no meu entender, decorrente de unidades distintas que interagem em determinado momento, mas sim de mútua constituição, posto que aquilo que se investiga constitui de certo modo o olhar daquele que sobre ela se debruça” (Zanella, 2002, pp. 8/9).

O investigador é constituído pela sociedade e, ao mesmo tempo, é participante da sua construção. Em decorrência disso, não há como olhá-la de modo isento, procurando neutralidade e imparcialidade para decifrar seus recortes. O pesquisador e seu objeto “(...) se encontram situados, um em relação ao outro, de maneira que o pesquisador se define pelo seu objeto, assim como, o objeto se define pelo pesquisador” (Maheirie, 1994, p. 128). Pode-se apontar a partir destas questões que ao desvendar os sujeitos específicos desta pesquisa, mesmo situados de forma concreta no tempo e no espaço, está se desvelando também aspectos de outros sujeitos de forma genérica e, inclusive, aspectos do próprio pesquisador.

4.1. A escolha do contexto da pesquisa

Esta pesquisa teve como sujeitos trabalhadoras assalariadas do setor de limpeza e conservação da região metropolitana de Florianópolis. A Alfa⁴⁴ foi a empresa escolhida para a realização desta pesquisa. Esta empresa é especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação, serviços especiais (telefonia, recepção, secretariado, portaria etc.) e serviços de vigilância. Iniciei a fase de coleta de informações obtendo a autorização do diretor da empresa e realizando os trâmites junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da UFSC. Em seguida, operacionalizei as atividades diretamente com a supervisora responsável pelo trabalho em um dos clientes.

O cliente em questão é um dos maiores clientes da Alfa. À época da coleta de dados, o contrato envolvia 330 funcionários para prestação de serviços de limpeza e conservação. A Alfa iniciou o contrato com este cliente há oito anos⁴⁵. Os funcionários são selecionados no Departamento de Recursos Humanos da Alfa e encaminhados para o trabalho no cliente depois de concluído o processo de admissão, conforme a CLT.

Todos os funcionários da Alfa possuem registro na CTPS. Não há outra forma de contratação. O salário da categoria é decidido em convenção coletiva realizada anualmente entre o sindicato dos trabalhadores e o sindicato patronal. O salário base atual para 44 horas semanais é de R\$ 274,73, acrescido de 20% de adicional de insalubridade e 4% de adicional de assiduidade⁴⁶. Os descontos praticados são aqueles amparados legalmente (6% relativos ao vale-transporte e o percentual destinado ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social,

⁴⁴ O nome da empresa prestadora de serviços é fictício.

⁴⁵ Como é usual nas empresas deste setor, a Alfa absorveu muitos funcionários que já trabalhavam neste cliente à época do início do contrato. Desta forma, alguns dos sujeitos entrevistados disseram trabalhar há doze anos no mesmo cliente e setor, oito destes pela Alfa e o restante por outras empresas prestadoras de serviços.

⁴⁶ A atual convenção coletiva é retroativa à fevereiro de 2004. Em termos comparativos, o salário mínimo vigente é de R\$ 260,00.

que varia de acordo com os rendimentos). Pela lei, não é obrigatório ao empregador oferecer vale-alimentação, este benefício varia de acordo com as exigências contratuais. Para os funcionários que trabalham no cliente no qual realizei a pesquisa, atualmente não é oferecido vale-alimentação⁴⁷.

Neste cliente, os funcionários estão divididos em 56 setores, sendo que estes variam muito de tamanho: há setores pequenos, com somente 1 funcionário, e outros com até 20 funcionários. A maioria tem setor fixo, mas a Alfa também mantém um quadro de dez "volantes", isto é, funcionários sem setor fixo que são usados para cobrir faltas, férias e licenças. Quando não ocorre nenhuma destas circunstâncias, os volantes são encaminhados para auxiliar na limpeza de algum setor. A equipe de área externa e a equipe de vidro também não têm setor fixo. A equipe de área externa é responsável pela limpeza das áreas em torno dos prédios. A equipe de vidro é responsável pela limpeza de todos os vidros do cliente.

Para monitorar a prestação de serviços neste cliente, a empresa conta com um quadro de 13 encarregados. Em média, cada encarregado é responsável pelo trabalho de 30 a 32 funcionários. O número de setores sob a responsabilidade dos encarregados varia, pois os setores têm tamanhos diversos. Os encarregados não são de fácil localização, pois passam o dia circulando entre os setores. Gerenciando toda prestação de serviço neste cliente, a Alfa conta com uma supervisora. Esta responde hierarquicamente ao chefe do Departamento de Limpeza e ao Gerente Operacional, que ficam na matriz da empresa.

Quando um funcionário novo começa a trabalhar no cliente, a supervisora lhe apresenta as normas da empresa e o encarregado responsável pelo seu setor. Fica a cargo do encarregado explicar ao funcionário recém-contratado como ele deve realizar seu trabalho. A

⁴⁷ Observei no período que trabalhei em uma empresa deste ramo e também nas falas dos sujeitos entrevistados que há pouca variação no salário oferecido pelas empresas deste setor na Grande Florianópolis. A maioria oferece o salário base da categoria e os benefícios legalmente garantidos.

empresa não oferece um treinamento formal; já ofereceu, mas por razões internas, não oferece mais. Os encarregados passam nos setores uma vez por dia para verificar o andamento do serviço. Os funcionários são orientados a não passar dúvidas ou problemas ao cliente, devendo sempre procurar o encarregado para resolvê-los. Na prática, muitas vezes procuram diretamente a supervisora, pois esta, segundo os relatos colhidos, é uma pessoa atenciosa e disponível, além de ficar fixa na “sala da empresa” e ser de fácil localização. Os funcionários costumam chamar tanto os encarregados como a supervisora de “fiscais”.

A Alfa ocupa uma sala neste cliente. Esta tem quatro dependências: uma sala maior, duas menores, mais reservadas, e uma copa/cozinha. Este é um local de grande trânsito de funcionários. Eles vão buscar materiais de limpeza, EPI⁴⁸, vales-transporte, tirar dúvidas e resolver problemas com a supervisora ou mesmo tomar café na copa/cozinha. Os funcionários chamam este local de “sala da empresa”. Nas entrevistas e no contato com a supervisora, percebi que este lugar tem uma conotação afetiva, o “nosso canto” dentro do cliente, por isso é muito comum os funcionários “darem uma passadinha” na sala nos momentos de folga para conversar com colegas, fumar ou tomar café.

4.2. A escolha dos sujeitos da pesquisa

Em reunião com a supervisora da empresa no contexto escolhido, optamos por fazer uma entrevista por semana, no horário da tarde. Ao retirar uma pessoa de um setor para ser entrevistada, a supervisora não pode deixá-lo “descoberto”, ou seja, sem ninguém. Segundo seu relato, o volume de serviço tende a diminuir nos finais de tarde, sendo mais fácil operacionalizar a retirada de funcionários dos setores neste horário.

⁴⁸ EPI é a sigla de Equipamentos de Proteção Individual. Estes são definidos pela equipe de Segurança do Trabalho. Para executar tarefas de limpeza, usar luvas de borracha e sapato fechado é a norma básica.

Os filtros estabelecidos para o recrutamento dos sujeitos foram: ser mulher e trabalhar com limpeza e conservação na Alfa. O local marcado para o encontro foi a sala que a empresa ocupa no cliente. Combinei com a supervisora que eu seguiria direto para a “sala da empresa” e ela avaliaria de qual setor poderia dispensar uma funcionária para eu entrevistar. Ficou sob minha responsabilidade convidar os sujeitos para as entrevistas e explicar sobre o que era a pesquisa. Acreditei que isso diminuiria possíveis vieses no trabalho. Todas as mulheres abordadas aceitaram participar da entrevista prontamente.

Foram entrevistadas seis pessoas. As entrevistas trouxeram dados variados, mesclaram mulheres que trabalhavam nesta empresa de dois meses a doze anos, que atribuíam diversos sentidos ao trabalho realizado e com diferentes histórias de vida e projetos. Após realizar as seis entrevistas, avalei junto à minha orientadora que a riqueza dos dados colhidos possibilitar-me-ia realizar uma análise suficientemente aprofundada sobre os sentidos do trabalho para estas mulheres.

4.3. Coleta das informações: as entrevistas

A técnica utilizada nesta pesquisa para a coleta de informações foi a de entrevistas individuais abertas, utilizando um roteiro norteador. Neste procedimento,

as questões seguem uma formulação flexível e a seqüência e minuciosidade ficam por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que acontece naturalmente. As questões nesse caso são abertas e devem ‘evocar’ ou ‘suscitar’ uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas focalizados; freqüentemente elas dizem respeito a uma avaliação de crenças, sentimentos, valores, atitudes, razões e motivos acompanhados de fatos e comportamentos (Biasoli-Alves, 1998, p. 145).

Reservei uma sala no cliente para a realização das entrevistas. Esta sala era silenciosa e livre de interrupções. Nos encontros, meu primeiro passo foi ler em conjunto com a pessoa

entrevistada o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 1), conforme apresentado ao CEPESH, elucidando quaisquer dúvidas que surgissem. Foi solicitada autorização para proceder a gravação da entrevista em fita cassete. Cada entrevista durou, em média, uma hora e meia.

Elaborar um roteiro para as entrevistas (APÊNDICE 2) foi imprescindível para delimitá-las e permitir a obtenção do mesmo conjunto de dados para todos os sujeitos. Os seguintes temas foram abordados:

- **Dados de identificação e estrutura familiar** – idade; local de moradia; escolaridade e importância atribuída ao estudo; estado civil, número de filhos.
- **Percurso profissional** – quanto tempo trabalha na área de limpeza e conservação; como começou a trabalhar nesta área; qual/is outro/s serviço/s já realizou.
- **Divisão de tarefas domésticas** – quem é responsável pelas atividades domésticas e cuidado com os filhos, verificando se há e como é sentida a sobrecarga de trabalho.
- **Sentidos atribuídos ao trabalho** – como é sua relação com o trabalho; que valorização e importância lhe são atribuídas – pessoal e socialmente; que sentimentos e sentidos surgem na sua realização; como é sentida sua capacitação profissional para a realização deste trabalho.
- **Projeto profissional e atual cenário econômico e laboral** – qual seu projeto profissional e pessoal, quais seus sonhos e desejos; como é compreendido o atual cenário econômico e laboral e de que forma isso se objetiva no seu cotidiano.

4.4. Tratamento das informações

Como preparação para a análise dos dados, fez-se necessária a transcrição das fitas cassete das entrevistas, na seqüência em que elas ocorreram. Procedendo desta forma, foi possível incluir anotações que não estavam presentes diretamente na fala dos sujeitos, tais como: gestos, olhares, dissimulações, silêncios. Seguindo recomendação de Biasoli-Alves (1998), as fitas cassete foram transcritas literalmente; nada foi posto de lado *a priori*.

Com relação às falas dos sujeitos, estas foram reproduzidas literalmente, com seus erros, omissões, vícios de linguagem e pausas. O modo de conjugar a 2ª pessoa do singular, por exemplo, é característico nos moradores da ilha e imediações: ao invés de dizer tu viste ou tu fizeste, no linguajar popular fala-se tu *visse* ou tu *fizesse*. Algumas pessoas também conjugam a 2ª pessoa do singular como se fosse a 1ª pessoa: tu *fez* ou tu *viu*. Estas formas de falar foram mantidas intactas.

A análise está entremeada a trechos das entrevistas. Mais do que ilustrá-la, as falas destas mulheres a enriquecem e lhe trazem outra dimensão, afinal nada melhor do que ler as próprias entrevistadas narrando suas vivências e experiências, captar as emoções embutidas nas suas falas e conhecer seus modos peculiares de expressão. Quaisquer observações necessárias para elucidar as falas dos sujeitos, bem como comentários ou as perguntas por mim realizadas, foram colocadas entre colchetes. Omissões de nomes próprios ou de empresas também estão contidas entre colchetes.

CAPÍTULO 5

Análise dos dados

Conforme já apresentado no capítulo anterior, aqui encontram-se analisadas as seis entrevistas, divididas em quatro categorias. Porém, antes de iniciar a análise propriamente dita, é importante familiarizar o leitor com aspectos populacionais e sócio-econômicos da Grande Florianópolis, região na qual este trabalho foi desenvolvido, e com os sujeitos da pesquisa, oferecendo informações sobre suas idades; níveis de escolaridade; estados civis; número de filhos; local, tipo de moradia e com quem residem; e outras informações que contextualizem quem são e como vivem estas mulheres.

5.1. Uma breve descrição dos aspectos populacionais e sócio-econômicos da Grande Florianópolis

A Grande Florianópolis agrega cerca de 600 mil habitantes e tem como principais municípios: Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, São Pedro de Alcântara, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Antonio Carlos, Governador Celso Ramos, entre outros. Florianópolis é o centro administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina e agrega a maior parte das sedes dos órgãos públicos estaduais. Isso estimula diretamente setores intermediários da economia, como serviços bancários e atividades comerciais. Também é uma cidade com grande potencial e infra-estrutura voltada para o turismo, cujos empregos possuem características sazonais, sendo mais abundantes nos meses de verão. O setor industrial não se desenvolveu muito na cidade, ficando mais concentrado nos municípios limites à capital, como São José, Palhoça e Biguaçu. Estes vêm registrando nas últimas

décadas significativo aumento das atividades industriais, bem como elevado índice de incremento populacional e imobiliário⁴⁹.

Esta configuração econômico-espacial concentra a maior parte dos trabalhadores da região metropolitana no *setor terciário*⁵⁰, principalmente em atividades administrativas, comerciais e de prestação de serviços. A oferta de empregos na região não é abundante, porém, inversamente, é farta a oferta de mão-de-obra qualificada, o que permite às empresas aprimorarem seus processos seletivos. Como em outras regiões do país, a informalidade é alta, ocorrendo intensa mobilidade e instabilidade ocupacional. "Nestas circunstâncias, o acesso à educação formal pode possibilitar condições mais vantajosas e estáveis de assalariamento ou, ao contrário, pode reduzir as chances de obtenção de trabalho [e emprego], determinando situações de desemprego ou subemprego" (Lago, 1996, p. 09).

De modo geral, o mercado de trabalho no Estado de Santa Catarina não tem conseguido atender à demanda de vagas. Sttalivieri (2003) analisando a criação de postos formais de trabalho em Santa Catarina no período de 1986 a 1999, com base em levantamento de dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio), concluiu que estes postos foram criados em níveis inferiores ao aumento da PEA⁵¹. Quanto às características destes postos, os dados colhidos pelo autor indicam que os empregos nas duas últimas décadas passaram a exigir maior escolarização formal dos/as candidatos/as, ou seja, maior grau de instrução – no mínimo o ensino fundamental e estar cursando ou já terem concluído o ensino médio. Houve, pois, franca redução dos empregos formais para os trabalhadores menos qualificados, pouco escolarizados e analfabetos.

⁴⁹ Dados sobre a Grande Florianópolis disponíveis no *site* do Governo do Estado de Santa Catarina: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/turismo/contrastes/index.html>> Acesso em 23. dez. 04.

⁵⁰ Este setor tradicionalmente emprega parcelas mais instruídas da população, exigindo, no mínimo, ensino fundamental completo, mesmo para funções subalternas.

⁵¹ O Estado de Santa Catarina segue as mesmas tendências encontradas a nível nacional. Pessoas excluídas do mercado formal buscam, na maioria das vezes, alternativas de sobrevivência no mercado informal (Sttalivieri, 2003).

5.2. Um breve relato sobre os sujeitos e suas histórias

⇒ Mariana

Mariana⁵² é uma mulher vigorosa de cinqüenta e um anos. Ela é casada, mãe de três filhos: uma moça de vinte e três anos, casada, que mora no Centro de Florianópolis; e dois solteiros, um moço de vinte e uma menina de oito anos. A família possui residência própria, localizada no bairro do Pantanal, num terreno que pertence aos pais de Mariana. Neste, há quatro casas: numa moram sua mãe e cinco irmãos solteiros; noutras duas moram duas irmãs casadas com suas famílias; e, na quarta casa, moram ela, seu marido e seus dois filhos solteiros. Sua família de origem é da Ilha de Santa Catarina, natural do Centro de Florianópolis. Mariana mora próxima ao local de trabalho. Segundo seu relato, é possível ir a pé, andando cerca de meia hora. Nos dias de chuva ou sol intenso, ela prefere tomar uma condução, viajando cerca de quinze minutos.

Mariana cursou até a quinta série do ensino fundamental, parou de estudar aos treze anos para trabalhar e ajudar financeiramente na casa de seus pais. Começou como bordadeira, em uma indústria de bordados, ficando dezenove anos nesta empresa. Ao sair, trabalhou como cozinheira, trabalho este que gostava muito. Em determinado momento, ela ficou desempregada, viu-se em má situação financeira e aceitou uma vaga na área de limpeza e conservação. Trabalha neste cliente como prestadora de serviços há onze anos, oito destes pela Alfa.

O marido de Mariana trabalha com jardinagem, é autônomo. Seu filho de vinte anos concluiu o ensino médio e está procurando trabalho. Sua filha de oito anos estuda no período vespertino e no matutino fica com uma de suas tias, que mora no mesmo terreno. Mariana

⁵² A fim de ocultar as identidades dos sujeitos da pesquisa, os nomes usados são fictícios.

disse que já entrou com solicitação de contagem de tempo para aposentadoria, mas pretende retornar ao trabalho depois de aposentada, pois gosta muito do local e dos colegas, além de precisar deste rendimento para ajudar nas despesas familiares. Segundo seu relato, está fazendo um “trato” com a Alfa para ser readmitida depois de aposentada.

⇒ **Joana**

Joana tem quarenta e dois anos, é divorciada e mãe de cinco filhos: um rapaz de vinte e um anos, solteiro, que mora com a avó no bairro dos Ingleses; uma moça de vinte anos, casada, que mora no Centro de Florianópolis; um rapaz de quatorze anos, que foi criado e mora com uma tia no bairro dos Ingleses; um rapaz de dezesseis e uma menina de onze anos que moram com ela no bairro do Pantanal. Sua família de origem é da Ilha de Santa Catarina, do bairro dos Ingleses. Joana mora próxima ao local de trabalho, em casa alugada. Segundo seu relato, ela sempre vai a pé para o serviço, andando cerca de cinco minutos.

Joana estudou até o primeiro ano do ensino médio. Parou de estudar para trabalhar e ajudar financeiramente na casa de seus pais. Em 2003, investiu num Curso de Formação de Vigilantes, mas ainda não conseguiu arrumar emprego nesta área. Ela se sente discriminada por ser mulher, negra e com mais de quarenta anos e disse ter desistido de buscar vaga como vigilante.

Joana já realizou diversos tipos de trabalho: telefonista, recepcionista, secretária, chefe de copa, cozinheira e camareira. Possui dez anos de experiência na área de limpeza e conservação, já tendo passado por outras empresas prestadoras de serviços. Em uma delas, relatou que começou como servente de limpeza, foi promovida à líder e, em seguida, à encarregada de setor. Saiu desta empresa fazendo um “acordo financeiro” porque precisava de

dinheiro para custear um tratamento de saúde para um de seus filhos. Ela trabalha pela Alfa há dois anos e meio e não tem setor fixo, é “volante”.

Joana recebe uma pequena pensão de seu ex-marido. A pensão e o seu salário na Alfa são insuficientes para custear o aluguel e as despesas da casa. Assim, ela acumula dois serviços: trabalha numa lanchonete das 06:00 às 12:00 e na Alfa das 13:00 às 22:00 horas. Esta foi a única saída encontrada por ela para provir o sustento da família.

⇒ **Laura**

Laura tem trinta e cinco anos, é casada e mora com o marido e uma filha de sete anos no bairro de Campinas, município de São José. Ela pega dois ônibus para chegar ao trabalho, fazendo baldeação no Terminal de Ônibus Urbano do Centro de Florianópolis, demorando cerca de uma hora no trajeto. Sua família de origem é da Ilha de Santa Catarina, seus pais moram no bairro da Agrônômica.

Em 2003, Laura concluiu o supletivo do ensino médio. Ela havia deixado de estudar na primeira série do ensino médio, mas narrou arrependimento. Agora, deseja fazer curso pré-vestibular e tentar entrar na faculdade. Pretende cursar Serviço Social ou Biblioteconomia.

Laura já trabalhou como babá, empregada doméstica e atendente na padaria de um mini-mercado. Quando este estabelecimento faliu, ela ficou um ano e meio desempregada e, segundo seu relato, acabou por aceitar este trabalho de servente de limpeza. Ela está há doze anos trabalhando neste cliente, no mesmo setor. Neste período, já passou por três empresas prestadoras de serviços. Está na Alfa há oito anos.

Seu marido trabalha num órgão público. Sua filha de sete anos está na primeira série do ensino fundamental, no período vespertino. Laura disse que se preocupa em lhe dar uma boa educação e acompanha de perto o desenvolvimento escolar da menina.

⇒ **Rosa**

Rosa tem trinta e nove anos, é viúva, mora em casa própria no bairro da Agronômica com seus dois filhos, uma moça de dezesseis anos e um menino de dois anos. Ela utiliza uma condução de casa até o trabalho, gastando meia hora no trajeto.

Rosa relatou que não conseguiu creche para seu filho, embora esteja tentando vaga há dois anos. Ela e sua filha se revezam nos cuidados com o menino: ela trabalha pela Alfa das 14:00 às 20:00 horas, cuidando do menino no período matutino, e sua filha estuda das 7:00 às 12:00 horas, cuidando do irmão no período vespertino, enquanto a mãe trabalha. Esta foi a solução encontrada pela família para viabilizar o trabalho de Rosa. Ela narrou que recebe uma pensão, porém este dinheiro é insuficiente para fazer frente às despesas da família.

Rosa é do município de Herval do Oeste, próximo à Joaçaba, distante 462 km de Florianópolis. Veio para a Capital há onze anos, junto com uma família para a qual ela trabalhava como doméstica. Gostou da cidade e aqui estabeleceu moradia. Ela narrou que sempre trabalhou como doméstica, sendo esta sua primeira experiência com prestação de serviços em uma empresa. Está na Alfa há cinco meses e disse estar gostando do emprego.

Rosa estudou até a quarta série do ensino fundamental e desistiu para trabalhar e ajudar financeiramente sua família. Atualmente, não pretende fazer supletivo, pois acredita que não tem mais idade para isso.

⇒ **Lúcia**

Lúcia tem vinte e quatro anos. É casada e tem dois filhos, uma menina de oito e um menino de um ano. Para poder trabalhar, ela contratou os serviços de uma vizinha para cuidar de seus filhos. Ela mora em casa alugada no bairro do Saco dos Limões e costuma ir a pé para o serviço, andando cerca de meia hora. Ela narrou que só pega condução em dia de chuva, pois o percurso fica mais demorado, cerca de quarenta ou cinquenta minutos, pois é necessário tomar dois ônibus para cumprir o trajeto.

Sua família de origem é do Paraná. Ela veio para Florianópolis há 13 anos, com sua irmã. Gostou da cidade, conheceu seu marido, casou-se e fixou residência aqui. O marido de Lúcia é autônomo, trabalha com instalação de piscinas. Ela narrou que começou a trabalhar muito nova, com doze anos, ainda na época que residia no Paraná, sempre como doméstica ou faxineira, muitas vezes sem registro na CTPS. Esta é a sua primeira experiência em empresa. Ela está na Alfa há 2 meses e disse estar gostando tanto do trabalho como do ambiente e dos colegas.

Lúcia estudou até a terceira série do ensino fundamental e parou para trabalhar e ajudar financeiramente seus pais. Não pretende retomar os estudos, pois acha sobrecarga acumular trabalho remunerado, serviço doméstico e estudar.

⇒ **Ana**

Ana tem quarenta e nove anos, é separada do marido e mora com seus três filhos, todos homens: o mais velho tem dezesseis anos, o segundo tem doze e o caçula tem nove anos. A família mora em casa alugada no bairro do Saco dos Limões e ela demora vinte minutos no percurso de casa ao trabalho, utilizando somente uma condução. Sua família de origem é do sul da Ilha de Santa Catarina, dos bairros do Ribeirão da Ilha e do Pântano do Sul.

Ana trabalha com limpeza e conservação há onze anos, tendo prestado serviço sempre no mesmo cliente, no mesmo setor. Neste período, já passou por três empresas prestadoras de serviços. Está na Alfa há oito anos. Antes de atuar nesta área, trabalhou como vendedora numa loja de brinquedos, atendente numa lotérica e com recuperação de materiais em um laboratório.

Ela está cursando supletivo no período noturno. Parou de estudar na terceira série do ensino médio há vinte e nove anos atrás porque precisou trabalhar para ajudar seus pais. As aulas do supletivo envolvem quatro horas diárias, após o horário do trabalho. Depois de concluir o ensino médio, ela tem planos de prestar vestibular para o curso de Biblioteconomia.

5.3. Categorias analisadas

Buscando maior clareza e organização na análise dos dados, estes foram divididos em categorias. Esta divisão é simplesmente teórica, afinal as mulheres entrevistadas estão inteiras em cada fala, em cada ato, em cada gesto, em cada sentimento expresso e em cada emoção contida. Mesmo categorizando suas falas, cuidei em não perder de vista esta unicidade, em não fragmentar estas mulheres nem seus discursos.

Início a análise procurando compreender a gênese de suas escolhas da profissão de limpeza e conservação, ou seja, debruço-me sobre suas lembranças passadas. Em seguida, meu olhar volta-se para o presente, para o momento atual, e empenho-me em analisar os sentidos que emergem nas situações vivenciadas no trabalho remunerado realizado na Alfa, objetivo central de minha análise, e no trabalho doméstico realizado em suas próprias casas, verificando se há sobrecarga de tarefas e como esta é significada. Finalizo buscando a compreensão do quê elas projetam em seu futuro, no trabalho e fora dele, uma vez que não

levar em conta esta perspectiva de futuro, seria desconsiderar um aspecto muito importante da vivência destas mulheres.

⇒ **A gênese da escolha da profissão de limpeza e conservação**

É impossível resgatar com precisão todos os elementos que se entrelaçam na escolha da profissão de limpeza e conservação para as mulheres entrevistadas, pois a realidade é multideterminada, sendo impraticável abarcá-la por completo. Busquei nesta parte da análise compreender as situações objetivas que se encontravam na gênese destas escolhas e como estas foram vivenciadas e subjetivadas por estas mulheres.

Todas as entrevistadas tiveram trabalhos anteriores ao seu ingresso na Alfa, trabalhos de empregada doméstica, faxineira, cozinheira, auxiliar de produção, atendente, telefonista, recepcionista etc. O tempo de trabalho nesta empresa foi a característica mais variável entre elas. Mariana, Laura e Ana prestam serviços há mais de dez anos neste cliente, oito destes pela Alfa; Joana está há dois anos e meio; Rosa há cinco meses e Lúcia há dois meses.

Apesar da variabilidade do tempo de empresa, todas narraram larga experiência no ramo de limpeza e conservação, de dez a vinte anos. Lúcia e Rosa já haviam trabalhado como doméstica e faxineira (com e sem registro na CTPS) e Joana já havia passado por outras empresas prestadoras de serviços nesta área.

De modo geral, as mulheres entrevistadas situaram a escolha desta profissão associada a dois fatores: à *baixa escolaridade* apresentada por elas e à *necessidade econômica* em buscar emprego remunerado. Início analisando o fator escolaridade.

Todas estabeleceram uma ligação entre *escolha da profissão e escolaridade*. Cada qual a seu modo, elas narraram perceber a maior exigência das empresas por escolarização formal e qualificação profissional e acreditam que a escola seja fomentadora de maiores chances no mercado de trabalho. A vulnerabilidade econômica de suas famílias de origem foi a principal justificativa oferecida pelas entrevistadas por terem abandonado os bancos escolares: a maioria delas narrou que teve de trabalhar precocemente para ajudar economicamente em casa, razão apontada para a evasão escolar.

Lúcia, Rosa e Mariana não concluíram o ensino fundamental e não demonstraram perspectiva em voltar a estudar porque se acham “velhas” ou porque se sentem cansadas pelo acúmulo de tarefas diárias, não encontrando tempo e energia para outra atividade. Estas três entrevistadas narraram que a deficiência escolar as impossibilitou e impossibilita de conseguir um emprego considerado “melhor”. Elas avaliam que se tivessem estudado, teriam mais chances no mercado de trabalho. As palavras de Lúcia exemplificam este sentimento:

*Eu, ó, se eu tivesse estudo, podia trabalhar em outra coisa, né. Aí eu agora tenho só terceira série ... agora nem pretendo estudar mais. Agora velha, com dois filhos já [riso]. **[Você se acha velha pra estudar?]** Aí também é muita carga, né. Filho, casa, trabalho, estudo, aí não dá mais – Lúcia.*

A fala de Mariana vai ao encontro da de Lúcia, acrescentando que os bons empregos estão exigindo níveis cada vez maiores de escolarização formal. Ela narrou que alguns colegas de trabalho não realizam o serviço conforme as orientações da Alfa, pois desejam ser demitidos. Ela os aconselha a repensar esta atitude.

Pensando que lá fora eles vão pegar serviço melhor? Mas não pega não, gente. (...) Segundo grau hoje em dia não serve pra mais nada.(...) Tem que ter superior, mais um curso melhor. Vai chegar um tempo que não serve pra mais nada mesmo. Nem pra cobrador não vai servi – Mariana.

Em suas entrevistas, Mariana, Rosa e Lúcia descreveram que incentivam seus filhos a estudarem, pois assim eles terão maiores chances de conseguir um serviço menos pesado e cansativo que o exercido por elas. Nas palavras de Rosa:

Hoje em dia tudo com estudo é tudo melhor, né. Até pro trabalho, tu pega uma coisinha melhor, né. Que limpeza é um serviço pesado, cansativo. E às vezes as pessoas não dão nem valor pro teu serviço. (...) É o que eu digo pra minha filha de dezesseis anos, olha, minha filha, nunca pára de estudar – Rosa.

Conforme discutido nos capítulos teóricos, os sujeitos têm seu desenvolvimento real sustentado por determinadas condições materiais, ou seja, os recursos que estes dispuseram ou dispõem determinam, em grande parte, suas possibilidades e potencialidades. Esta é a materialidade da existência (Marx e Engels, 1981). Circunstâncias passadas impediram estas mulheres de estudar, privando-as de melhores chances no mercado de trabalho. Elas percebem a barreira que a baixa escolarização formal posiciona em suas vidas, contudo não se sentem suficientemente motivadas em voltar para os bancos escolares. Elas consideram que um bom nível de escolaridade é a porta de acesso para uma melhor condição de trabalho e de vida e tentam oferecer esta chance que lhes foi negada aos seus filhos, incentivando-os, para que ao menos eles possam transcender esta condição social e econômica, possam “vencer na vida”.

As três outras entrevistadas possuem ensino fundamental completo. Ana e Laura haviam parado de estudar no ensino médio e decidiram retomar os estudos. Laura matriculou-se no supletivo em 2002 e concluiu o ensino médio no final de 2003. Ela disse que via seus amigos “pegando serviços bons” e percebia que suas possibilidades continuavam restritas porque ela não tinha sequer completado o ensino médio.

Eu sempre pensei, assim, antes de estudar, em uma coisa melhor. Mas só que a falta de estudo, né, teve aquele bloqueio, né. Eu já procurei lugares melhor do que a limpeza, tá, mas só que tem que ter o segundo grau, né. Hoje em dia qualquer serviço exige o segundo grau, né – Laura.

É perceptível na fala de Laura a força de suas expectativas em relação a uma bem sucedida e completa carreira escolar. Ela acredita que completar o ensino médio é condição básica para “pegar serviços bons”. Ela narrou que pretende continuar estudando, matricular-se num curso pré-vestibular e tentar entrar na faculdade. Também deseja fazer um curso de informática, pois acredita que munida do diploma de ensino médio e com conhecimentos em informática, conseguirá uma melhor colocação no mercado de trabalho. Laura reproduz o discurso hegemônico em suas palavras: o de que a escolarização formal e a qualificação profissional propiciam melhores inserções no mercado de trabalho. Contudo, é importante ressaltar, conforme discutido no capítulo 2, que estas condições isoladas não são suficientes para garantir uma melhor posição no setor produtivo, pois este atravessa um momento recessivo e não é capaz de absorver satisfatoriamente toda a demanda por empregos.

O valor da educação formal transcende seu aspecto de “ferramenta” na busca de um emprego melhor. Para Laura, voltar a estudar abriu novos horizontes, descortinou outras perspectivas e visões de mundo, gerou uma pessoa capaz de ter ambições, fazer projetos e repensar suas possibilidades. Ao que parece, a mediação da escolarização estimulou nela o desejo de transformar seu contexto profissional e pessoal, através da ativação da percepção, da imaginação e da reflexão. Quando questionei se estudar era importante em sua vida, Laura respondeu:

Sim, não tem como, nossa. Tudo. A tua cabeça abre, você busca mais sabedoria, sei lá, a tua vida, assim, muda totalmente, não é? A tua vida parada não tem como tu ... a tua memória muda totalmente, né. Tu conhece tudo, tudo. São muitas matérias, então aquilo, tu muda, renova, outra pessoa. Outra pessoa mesmo. (...) E eu ainda tenho vontade de voltar ainda a estudar de tanto que eu gostei [riso] – Laura.

Mesmo sendo tão importante, Laura relatou que objetivamente foi muito cansativo estudar, trabalhar e cuidar da casa ao mesmo tempo. Ela contou que sua carga horária no supletivo era extensa, pois ela precisava completar as disciplinas relativas ao segundo e

terceiro ano do ensino médio. Ao voltar para casa ela ainda tinha que fazer o jantar, o serviço doméstico e estudar, indo dormir freqüentemente por volta da uma da manhã. Segundo seu relato, concluir o ensino médio exigiu muita perseverança para não desistir diante desta “tripla jornada de trabalho”. No esforço empreendido para concluir o ensino médio há um sentido de “sacrifício”, gerado pelo cansaço do acúmulo de tarefas.

Então aquilo tudo ali te estressava. Chegava uma hora que tu entrava em depressão, tu tinha vontade até de parar. Mas não, quando a pessoa é forte, tem que ir a luta. (...) Eu sou muito persistente, sabe, naquilo que eu quero. (...) Foi uma luta, uma batalha, né. Tudo o que a gente faz, a gente consegue com sacrifício, tudo o que a gente quer tem que conseguir com sacrifício. Nada é fácil, né, nada – Laura.

Como Laura, Ana narrou que não se conformava em ter interrompido sua escolarização antes de acabar o ensino médio. Ela está cursando supletivo neste ano e também apontou as dificuldades de conciliar os afazeres de casa, o trabalho remunerado e estudar. Ana também pretende prestar vestibular depois de concluir o ensino médio. A “batalha” diária e a necessidade de munir-se de muita força de vontade para enfrentá-la estão impressas em suas palavras:

Olha, precisa muita força de vontade. Porque, como já aconteceu de eu ter desistido, agora é, é mais um motivo pra que eu me empenhe, né. Motivo pra eu conseguir. Mas é uma batalha, né. (...) [Em casa] tá tudo sob controle, mas mesmo assim, às vezes a gente tá na aula, mas ainda fica pensando, né, como é que tá os filhos, como não tá. Só um adolescente, os outros dois são menores e aí já é uma preocupação. Mesmo sabendo que este de dezesseis anos é responsável, mas criança sempre tem uma surpresa a qualquer momento. Mas tudo bem, tô tranqüila. E é isso é o meu plano e é como eu digo, tem que ter força de vontade. E eu tenho bastante – Ana.

Ana relatou que considera a escolarização muito importante para sua “formação pessoal”, pelo conhecimento que ela está adquirindo nas aulas, pois estará mais “atualizada” e poderá auxiliar mais seus filhos nas tarefas escolares e dialogar com eles. Ela crê que as aulas lhe fornecerão as ferramentas que ela precisa para tornar-se melhor mãe e educadora.

O ser humano se caracteriza pela superação de uma situação, pelo que ele faz daquilo que fizeram dele (Sartre, 1987). A “tripla jornada de trabalho” narrada por estas duas entrevistadas (serviço doméstico, remunerado e estudo) foi descrita como “sacrifício” e “batalha”, contudo elas procuraram superá-la em suas ações, buscando alcançar o objetivo de concluir o ensino médio. Para Laura, este já foi alcançado; Ana ainda está enfrentando a sua “batalha” diária. Voltar a estudar, sem dúvida, foi uma conquista que está refletida na auto-imagem narrada por ambas de pessoas “batalhadoras” e “perseverantes”, que não desistem perante os obstáculos da vida.

Continuar estudando no ensino superior faz parte do *projeto* narrado por ambas. Sartre (1987) postula que projeto é a busca de superação de uma situação objetiva, numa relação dialética entre subjetividade e objetividade. Compreendê-lo lança luzes sobre as perspectivas de futuro e, também, sobre o momento atual enfrentado pelo sujeito, suas possibilidades, dificuldades enfrentadas e impossibilidades. Laura e Ana buscam, pela mediação do conhecimento, superar suas condições objetivas atuais e conquistar uma situação considerada “melhor”. Elas vivenciam as dificuldades cotidianas da “tripla jornada de trabalho”, mas perseveram em busca da realização de seus projetos.

Em seu discurso, Joana também narrou que a baixa escolaridade é um impedimento para ela crescer profissionalmente. Ela possui ensino médio incompleto, mas até o momento não se mobilizou para concluir este nível de formação através do supletivo. Porém, buscando novas chances no mercado de trabalho, ela decidiu investir em *qualificação profissional*: em 2002 ela matriculou-se em um Curso de Formação de Vigilantes⁵³. Sua intenção era, concluído o

⁵³ A profissão de vigilante em todo o Brasil é regulamentada e fiscalizada pelo Departamento de Polícia Federal (DPF). Para exercê-la, é necessário concluir o Curso de Formação de Vigilantes em uma escola autorizada e estar devidamente registrado no DPF de seu Estado. O curso é realizado em regime fechado, tem duração de 120 horas e custa, em média, R\$ 550,00 (valor referente a novembro de 2004).

curso, conseguir emprego nesta área. Além de ser mais bem remunerada, a profissão de vigilante possui melhor *status* que a de servente de limpeza⁵⁴.

Contudo, após obter o diploma de vigilante, Joana preencheu fichas cadastrais e entregou currículos em diversas empresas especializadas em serviços de vigilância e nunca foi chamada para entrevistas. Ela narrou que as pessoas consideram este campo de trabalho difícil para mulheres. Ela também disse sentir-se discriminada pela sua idade. Sua fala demonstra desânimo, pois ela crê que não conseguirá ter a chance de obter um trabalho nesta área, desta forma, disse se “conformar” em permanecer na área de limpeza e conservação.

Que no começo, quando eu fiz o meu curso de vigilante, eu fui numa empresa, fui noutra, fui noutra e todo mundo dizia ah, é difícil pra mulher, que não sei o quê, não sei o quê. Aí naquela empolgação, a gente já não fica mais. (...) Desisti, desisti [de buscar vaga de vigilante]. Não é, que eu não vou conseguir, né. Porque a idade, né. Pra mulher, passou dos quarenta ... dos quarenta! Passou dos trinta a mulher já é velha. Eles tratam a gente como velha! Acho que não é só mulher, o homem também é mesma coisa. Tem sempre essa discriminação, né – Joana.

As empresas geralmente escolhem os candidatos às vagas a partir de características consideradas “inerentes” a cada sexo. A profissão de vigilante é socialmente identificada com coragem, postura firme e força física, atributos estes geralmente não reconhecidos nas mulheres, que são associadas a tarefas que requeiram delicadeza, agilidade, paciência e perseverança. Esta é uma forma de *segmentação ou segregação horizontal dos mercados de trabalho baseada em gênero* (Yannoulas, 2002), que concentra as mulheres em algumas modalidades de emprego enquanto as afasta de outras⁵⁵.

⁵⁴ O salário base vigente em 2004 para vigilantes que trabalham 44 horas semanais é de R\$ 456,00, acrescidos de 20% de adicional de risco e 4% de adicional de assiduidade (salário mínimo atual: R\$ 260,00).

⁵⁵ Baseada na minha experiência de trabalho na área de recursos humanos em uma empresa prestadora de serviços neste ramo e na experiência de colegas que atuam e atuaram nesta área, arrisco afirmar que o mercado de trabalho oferece realmente poucas vagas para vigilante feminina. Infelizmente não foi possível obter uma confirmação estatística para esta informação. Em contato realizado dia 14 de novembro de 2004 com o Sindicato dos Vigilantes e com o Departamento da Polícia Federal de Santa Catarina, estes não dispunham de ferramentas para filtrar o número de vigilantes masculinos e femininos em seus registros. O único dado fornecido pelo DPF,

Além da discriminação baseada em gênero, Joana também aponta a idade como fator depreciativo. É fato que o mercado de trabalho discrimina pessoas com mais de quarenta anos. Dados do Dieese (2001) demonstram que depois desta idade, há redução na taxa de participação das mulheres, a exemplo do que acontece com os homens, muitos levados à inatividade pela aposentadoria. Esta discriminação é velada, dificilmente uma empresa assume publicamente preferir pessoas mais velhas, mas esta é prática constante em muitos setores da economia⁵⁶, principalmente em setores terciários, como comércio, prestação de serviços e atividades administrativas.

Em sua fala, Joana também narrou outro sentimento de discriminação: o racismo. Ela é negra e disse que várias vezes se sentiu discriminada. Joana contou como exemplo que soube de duas vagas para vigilante feminina numa empresa de prestação de serviços e foi pessoalmente entregar o currículo nas mãos do responsável pelas contratações, pois acreditou que um contato direto aumentaria suas chances de sucesso. Ele colocou duas mulheres brancas nestas vagas. Ela cogita ter sofrido discriminação racial.

Só a gente que é preta, assim, que a gente sente. Porque que não deu a vaga pra mim, preferiu dar pras outras menina? Então a gente já acha, assim, de certo era nêga, né, então preferiu dar pra duas brancas, não deu pruma nêga. Aí a cabeça da gente enche com uma montoeira de coisa – Joana.

É impossível saber de fato se ela foi discriminada pela cor da sua pele, mas dados estatísticos permitem-me afirmar que mulheres negras têm menores chances de conseguir uma colocação no mercado de trabalho. Pesquisa divulgada pelo Dieese (In: Folha de S. Paulo, Caderno Dinheiro, p. B4, 19/11/2003) afirma que as mulheres negras possuem maior taxa de

extraído do Sistema Nacional de Segurança e Vigilância Privada em 14/11/2004, foi relativo ao número total de vigilantes inscritos no Estado na presente data: 42.628 vigilantes.

⁵⁶ Não são todos os setores da economia que se valem de tal raciocínio. Aqueles que utilizam mão-de-obra com alto grau de qualificação, como por exemplo, a indústria de bens de capital, metalúrgica, petroquímica, eletrônica e outras de grande intensidade tecnológica, funcionários com mais de quarenta anos são muito valorizados, pois agregam conhecimento técnico que os mais novos demorariam anos para adquirir. Estas empresas empregam majoritariamente mão-de-obra masculina (Araújo Junior, 2003).

desemprego e, quando conseguem uma vaga, ocupam posições desvalorizadas e recebem piores salários. A discriminação racial se sobrepõe à discriminação de gênero e, juntas, constituem um cenário de aguda dificuldade em que vivem as mulheres negras brasileiras (Bento, 2000, *apud* Yannoulas, 2002).

Percebe-se no relato de Joana que ela demonstra sofrimento e indignação porque se sente injustiçada e discriminada: seu investimento emocional e financeiro em buscar qualificação profissional foi infrutífero por razões que ela não pôde controlar. Ela demonstrou grande decepção quando disse que teria que permanecer como servente de limpeza, dado que não vê perspectiva em conseguir vaga de vigilante feminina. Este ressentimento está em suas palavras:

Acho que a gente não tem muita, não tem muito campo pra gente trabalhar. A única coisa que dá pra gente trabalhar é na limpeza. Principalmente mulher, né, que eles dão muito pouca vaga pra gente. Na limpeza tem mais, né – Joana.

A literatura demonstra que a fala de Joana soma-se a um amplo coro de mulheres discriminadas: respaldada nas estatísticas, Yannoulas (2002) afirma que os avanços das mulheres em relação à escolaridade formal e à qualificação profissional não têm sido suficientes para modificar de forma substancial seu acesso a melhores condições no mercado de trabalho, pois elas continuam ganhando menores salários e tendo maiores restrições profissionais que os homens com o mesmo grau de instrução e qualificação. Além disso, é conveniente lembrar que o setor produtivo nacional encontra-se recessivo e sem capacidade de absorver toda demanda por empregos. Assim, participar de um curso de qualificação profissional deixou há algum tempo de ser uma garantia para a inserção na área escolhida.

Pode-se perceber no relato de Joana como se objetiva o sofrimento ético-político descrito por Sawaia (1995a; 1995b; 2000): a paralisia do ser humano frente à sua desvalorização na sociedade. Apesar de ter conseguido qualificação profissional, Joana

percebe-se mulher, negra, com mais de quarenta anos e crê que estas características a desvalorizam na busca de uma colocação na área em que ela se qualificou. Ela não pode modificar estas condições, estão além dela, então desiste de agir em prol de seus anseios e expectativas, conformando-se com sua atual inserção profissional. O sofrimento é a vivência que condensa os sentimentos de indignidade e desqualificação.

Concluindo a análise sobre o fator escolaridade ligado à gênese da escolha da profissão de limpeza e conservação, de formas diferentes todas as entrevistadas associaram instrução formal ou qualificação profissional à possibilidade de conseguir melhor colocação no mercado de trabalho⁵⁷ e, como elas não possuíam este diferencial, acabaram por ter que aceitar trabalhos na área que hoje ocupam.

As empresas estão caminhando para um novo padrão tecnológico, exigindo de seus funcionários capacitação para executar várias tarefas, realizar trabalhos em grupo, ler e compreender manuais ou relatórios e ter iniciativa para a resolução de problemas. Estas habilidades cognitivas e comportamentais são obtidas geralmente através da educação formal e na participação de cursos de formação, aperfeiçoamento, palestras, treinamentos etc. Em decorrência destes novos padrões, as empresas estão introduzindo critérios de seleção cada vez mais rigorosos, mesmo para os postos de trabalho subalternos, tornando o acesso à educação formal e à qualificação profissional fator explicativo do sucesso ou fracasso de indivíduos ou parcelas da população no processo de obtenção de empregos.

⁵⁷ Esta associação também foi encontrada por Bittencourt (2002). Entrevistando desempregados inscritos em cursos de qualificação profissional no SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), todos afirmaram que para conseguir um emprego nos dias atuais são necessários cursos de aperfeiçoamento profissional, além de um bom nível de educação formal. A autora aponta que o mercado demanda um modelo de *homem funcional*, com conhecimentos, habilidades e conduta condizente com uma determinada lógica social. Mesclam-se nesta demanda (e nos discursos das pessoas entrevistadas por esta autora) características relativas à formação técnica e à formação propedêutica.

Mesmo as empresas prestadoras de serviços na área de limpeza e conservação vêm mudando o perfil dos/as trabalhadores/as contratados/as para este tipo de função. Até bem pouco tempo atrás, estas vagas não requeriam nem mesmo alfabetização. Todavia, o mercado está cada vez mais exigente. As empresas contratantes passaram a ter necessidades específicas no setor de limpeza e estas vêm provocando mudanças substanciais no tipo de mão-de-obra requerida pelas empresas prestadoras de serviços. Por exemplo: num escritório, computadores, periféricos e aparelhos eletrônicos em geral são muito sensíveis e necessitam de um tipo específico de limpeza; persianas, divisórias e cadeiras estofadas também necessitam de manipulações especiais para não serem danificadas; além disso, existem diversos tipos de pisos e revestimentos, que devem ser limpos cada qual de uma forma diferente. Para atender toda esta diversidade, o volume de produtos, técnicas e maquinários de limpeza tornou-se muito complexo nos últimos anos e hoje é necessário ter um profissional que consiga dar conta desta complexidade.

Além das alterações no padrão tecnológico, a elevação na taxa de desemprego gerou um grande contingente de trabalhadores/as demandando empregos e as empresas podem dar-se ao luxo de requerer escolarização formal e qualificação acima do que seria necessário para o desempenho da função (Barbara, 1999). Geralmente este movimento não espelha uma exigência das atividades exercidas nos postos de trabalho, mas denota um mecanismo usado para elevar os “padrões” humanos da empresa.

Estes fatores vêm acarretando sutis mudanças no perfil ocupacional da área de limpeza e conservação. O mercado está mais retraído e seletivo e algumas pessoas que vinham até então trabalhando sazonalmente nesta área começam a ter dificuldade em conseguir novas colocações, principalmente pessoas com baixa escolaridade, analfabetas ou semi-analfabetas.

Em suma, na fala destas mulheres é possível perceber que elas atribuem à baixa escolaridade a impossibilidade de conseguir um emprego considerado “melhor”. Algumas buscaram concluir o ensino médio para fazer frente às exigências do mercado, almejando novas colocações futuras; outras não se sentem motivadas para voltar a estudar e deixam a esperança de transcendência desta situação nas mãos dos seus filhos. Uma delas até buscou qualificação profissional em outra área, mas narrou discriminação na hora de procurar outra colocação pelo fato de ser mulher, negra e com mais de quarenta anos. De qualquer forma, a gênese da escolha desta profissão está associada, nesta primeira parte da análise, a sentimentos de *privação e carência*.

Além da baixa escolaridade, outro fator associado à gênese da escolha desta profissão foi a *necessidade econômica*. Das seis mulheres entrevistadas, quatro narraram que *não* desejavam trabalhar com limpeza e conservação, mas aceitaram realizar serviços nesta área porque precisavam de dinheiro para auxiliar no seu sustento e de suas famílias.

Nas entrevistas concedidas, Rosa e Lúcia foram as únicas que narraram *desejo* em trabalhar nesta área. A história de ambas é coincidente: trabalhavam anteriormente como doméstica e faxineira e esta é primeira experiência que vivenciam numa empresa. A opinião delas sobre o trabalho anterior foi semelhante: era pesado, árduo e sem os mesmos direitos trabalhistas que elas encontram numa empresa. Desta forma, elas estão encarando seu emprego atual como uma conquista, um fato positivo.

Estas duas entrevistadas narraram considerar o trabalho como doméstica "muita exploração". Este foi descrito como interminável, cansativo, repetitivo e compreendendo maior quantidade de tarefas e afazeres do que os executados numa empresa. Além disso, o trabalho atual não é tão parecido com o serviço que elas executam em suas casas, desta forma

não é considerado tão "chato" e enfadonho. A fala de Rosa exemplifica o sentimento de ambas:

*[O trabalho em empresa] é bem diferente. Aqui não precisa lavar, não precisa cozinhar, né. Eu chego e sei que é aquilo ali e pronto. De doméstica tu nunca termina, é isso, é aquilo. **[Você dormia no emprego?]** Dormia. **[Tinha serviço o dia inteiro?]** O dia inteiro. Se ficasse até uma hora da manhã acordada tinha serviço. Tu não pára. Que daí tu arruma a janta, daí tu organiza a janta, tira a janta, aquilo tudo, e banho pras crianças, arruma a cama pra uma criança. Daí tudo era comigo. É muito cansativo – Rosa.*

Rosa ainda relatou que sempre trabalhou "fichada" (com registro na CTPS). Porém, quando ficou doente e faltou alguns dias, a patroa avisou-a que não iria lhe pagar os dias não trabalhados e que ela deveria procurar o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) para recebê-los. Na entrevista, ela ponderou que em uma empresa ela teria mais garantias, pois se ficasse doente e precisasse faltar, receberia quinze dias pela empresa antes de ter que procurar o INSS. Além disso, ela teria direito ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e seguro desemprego no caso de demissão, direitos estes não extensivos aos empregados domésticos. Em suas palavras:

Toda vida é melhor [o emprego numa empresa]. E tu tem mais direito, né. Tu pode ficar dez, doze anos numa casa que quando tu sai, tu não tem direito. Tem direito a férias, décimo terceiro e só. Fundo de garantia não pagam, né. Seguro desemprego elas não pagam – Rosa.

Mello (1988) estudou o trabalho de empregadas domésticas na periferia de São Paulo e encontrou em sua pesquisa as mesmas queixas narradas nas entrevistas de Rosa e Lúcia: que as tarefas nem sempre são compatíveis com a força física das trabalhadoras e que o serviço doméstico é repetitivo e cansativo. É certo que ele pode ser feito em casas diferentes, com exigências diferentes, mas é basicamente o mesmo. Além disso, é semelhante ao trabalho costumeiramente realizado em suas casas, o que o torna duplamente repetitivo.

O envolvimento das domésticas com seu trabalho é intenso, porém, nem sempre este é reconhecido. Mello (Ibid) aponta que a solidão e a diferença marcam suas experiências de vida e de trabalho, tanto que elas costumam dizer “o trabalho na casa dos outros”, ou melhor, onde não é o seu lugar e de onde estiveram excluídas desde o início. Em seu discurso, Rosa expressou esta marca de não-consideração:

Eu acho assim, tu cuida das crianças deles, né, tu educa, ajuda e eles nunca tão satisfeitos com o serviço da gente. Nunca, nunca. Que nem essa casa que eu fiquei seis anos, depois fiquei mais dois anos. Eu entrei o pequeninho dela ia fazer sete anos. Quando eu sai, eu fiquei seis anos, quando eu sai ele tava um moço. A gente se dedica muito e não vale ... às vezes pra gente, vale a pena. Pra ela acho que não, eu não sei. Que daí tu sai, a pessoa não te dá o mínimo de valor, né – Rosa.

A falta de uma “dinâmica de reconhecimento” (Dejours, 1999; 2001) do trabalho realizado esvazia-o de sentido. Rosa ansiava por ter seu *fazer* reconhecido e elogiado, porém, seus esforços e cuidados familiares não encontraram eco no olhar de sua patroa. Assim, ela considera que sua dedicação “não valeu a pena”, foi desperdiçada.

Estudando a relação entre patroas e empregadas domésticas, Preuss (1997) avalia que ambas são simultaneamente enredadas em jogos de conflitos de gênero e de classe, estabelecendo vínculos intrinsecamente ambivalentes. A patroa precisa dos serviços da empregada, mas não deseja ser substituída; a empregada precisa do emprego, mas se ressentida da sua condição e espera uma reparação por parte da patroa pelas diferenças sociais. Diante da síntese impossível para o impasse igualdade/desigualdade, patroas e empregadas vivem em constante tensão.

Enfim, ao ingressarem na Alfa, Rosa e Lúcia conquistaram um trabalho considerado "melhor", sendo este fato encarado como uma conquista por ambas. É pertinente assinalar que estas duas entrevistadas possuem pouco tempo de empresa, respectivamente 5 e 2 meses. Este fato poderia ajudar a compreender o sentido positivo enfatizado no discurso de ambas, pois

elas ainda não vivenciaram tão profundamente como as demais entrevistadas, que possuem mais experiência no setor, as dificuldades e desgastes deste tipo de trabalho.

Este sentimento positivo relacionado ao serviço de limpeza e conservação encontrado nas entrevistas de Rosa e Lúcia não esteve presente nas falas das demais entrevistadas: para as outras quatro mulheres a opção por este tipo de trabalho esteve vinculada à *necessidade*. Cada qual a sua maneira, o ingresso nesta área foi associado à *falta de oportunidades* em outras áreas ou à *urgência financeira* em conseguir emprego remunerado. Laura, Joana, Ana e Mariana narraram histórias semelhantes: precisavam trabalhar para ajudar no sustento da família e só conseguiram emprego na área de limpeza e conservação. As palavras de Laura são um bom exemplo deste tipo de vivência:

Aí, eu vou tentar [trabalhar com limpeza], quem tá parado, a gente não pode escolher. (...) Então naquela época eu não consegui um serviço melhor devido ao meu estudo, né. (...) Eu tava com planos, né, de pegar um serviço melhor, mas ficar parada também não dava – Laura.

Na fala de Laura é possível apreender que ela já ingressou na profissão de limpeza e conservação se sentindo “diminuída” e “inferiorizada”. Joana também narrou sentimentos semelhantes: ela disse que no início tinha “vergonha” de trabalhar com limpeza. Segundo seu relato, ela havia trabalhado de telefonista, recepcionista, secretária, chefe de copa, cozinheira e camareira; serviços estes considerados “bons”. Como ela não encontrou mais vaga nestas áreas, teve que aceitar emprego de limpeza e conservação.

É, vergonha. Eu tinha serviços bons, né. E como eu não achei mais oportunidade de trabalhar em serviços bons, aí eu tive que optar pra ser servente. E eu tinha vergonha. Eu tinha o quê, vinte e cinco, vinte e seis anos. Aí depois a gente se acostuma. A gente só tem vergonha um mês só, aí a gente se acostuma – Joana.

A “vergonha” narrada por Joana parece associar-se à sua percepção inicial de estar realizando um trabalho pouco prestigiado e socialmente desqualificado, sentido por ela como

degradante e humilhante. Contudo, ela se “acostumou” com o passar do tempo, pois, relata não sentir mais “vergonha”, não “ligar mais” para a realização deste tipo de serviço, sugerindo que ela foi capaz de ressignificar aquela primeira impressão.

Pesquisa realizada por Tamanini (1997) com empregadas domésticas – estudando a relação entre emprego doméstico e as representações sobre o processo saúde/doença, numa perspectiva de gênero – aponta para resultados semelhantes aos encontrados nesta dissertação referente à gênese da escolha da profissão de limpeza e conservação. A autora relata que sempre que as mulheres entrevistadas falavam da origem da sua opção profissional, faziam referência à situação de necessidade familiar e afirmavam que se tivessem tido oportunidade de estudar, teriam escolhido outra profissão.

Em suma, em relação à gênese da escolha desta profissão é possível perceber nos relatos colhidos que os fatores necessidade econômica e baixa escolaridade foram motivações narradas pelas entrevistadas para explicar seu ingresso nesta área. Estas estão vinculadas à carência, à falta, à privação. Somente duas narraram ter desejado trabalhar nesta área, afirmando que o trabalho em empresa tem mais direitos trabalhistas e é menos extenuante do que a profissão exercida anteriormente. As outras quatro, narraram que a escolha desta profissão foi uma “falta de opção” e chegaram a associar este trabalho à vergonha, a sentimentos depreciativos e inferiorizados do eu. Certamente isso vai repercutir no sentido atribuído e nos sentimentos associados a este trabalho. Abordarei a seguir este assunto, discutindo o cotidiano do trabalho de limpeza e conservação.

⇒ **O cotidiano do trabalho de limpeza e conservação: os sentidos vivenciados**

O trabalho não implica somente a atividade em si, uma vez que está permeado pelo corpo e pela subjetividade do/a trabalhador/a que o está executando. Ele participa ativamente da construção da psique humana, sendo capaz de confundir-se com o ser daquele/a que o exerce, podendo vir até mesmo a determinar a qualidade das suas relações sociais. Desta forma, não é possível fazer uma distinção do ponto de vista psicológico entre *trabalho* e *fora dele* (Dejours, 1999).

O trabalho adquire uma pluralidade de significados e sentidos, indo desde aqueles vinculados à sobrevivência pessoal e familiar, sentidos de realização pela execução de tarefas socialmente importantes, de valorização e desvalorização associadas à atividade, de busca por realização profissional e prazer de criação, entre tantos outros. Ao analisar como estas mulheres subjetivavam seus trabalhos, adentrei na esfera de seus cotidianos, repleto de vários destes sentidos. Sartre (1987) descreve que para apreender o sentido de uma conduta humana é preciso dispor de *compreensão*. Este conhecimento é o movimento dialético que explica o ato pela sua significação, a partir de determinadas condições. É preciso compreender quais são as condições objetivas que suscitam os sentidos, ou seja, compreender a vida real. “O movimento da compreensão é simultaneamente progressivo (em direção ao resultado objetivo) e regressivo (remonto em direção à condição original)” (Ibid, pp. 178/179).

Buscando uma compreensão sobre os sentidos do trabalho de limpeza e conservação para estas mulheres, iniciei perguntando quais eram suas impressões sobre o trabalho realizado na empresa. Laura, Mariana e Joana associaram o serviço com "costume". Laura, por exemplo, relatou que inicialmente estranhou muito o serviço, mas com o tempo passou a aceitá-lo melhor e se “acostumou”. Em suas palavras:

Bom, assim, tudo é costume, né. No início eu estranhei bastante. Tanto é que, quando eu comecei, nunca eu trabalhei na limpeza, nunca, nunca, nunca limpei banheiro público, né. Eu estranhei muito. (...) E eu não aceitava mesmo, no início eu não aceitava. Eu me sentia trabalhando, assim, de obrigação mesmo. Que eu precisava mesmo trabalhar naquilo ali, que era o único serviço, o dinheiro. E aquilo ali, o tempo foi me acostumando, dia a dia, anos e anos e anos. E até cinco anos, mais ou menos, eu não tava aceitando muito. Tanto é que agora, agora não tem como tu escapar, né. Agora já sei tudo, me acostumei – Laura.

A não aceitação inicial descrita por Laura pode ser vinculada, pela análise aqui realizada, ao sentimento de “vergonha” descrito por Joana, por realizar um serviço pouco prestigiado e socialmente desqualificado. Apesar de narrar que agora está “acostumada”, Laura também demonstrou incômodo na realização de um trabalho rotineiro, que, segundo ela, “não muda e não melhora”. Com o passar dos anos, ela narrou ter se “acomodado”, mas agora que concluiu o ensino médio, pretende buscar novas perspectivas profissionais.

A questão do costume parece estar associada à facilidade em aprender, em "pegar" o serviço. Nenhuma das entrevistadas narrou ter atualmente qualquer dificuldade em realizá-lo. As dificuldades iniciais de adaptação, como a citada na última fala de Laura, foram sendo sanadas gradativamente com a experiência. Este trabalho foi considerado de fácil realização e corriqueiro, parecido com o serviço doméstico que elas dominam desde pequenas, ensinado através de anos e anos de treinamento informal. Desta forma, é fácil "acostumar-se". As palavras de Mariana exemplificam este fato:

Olha, eu achava assim, ó, o meu sonho mesmo era trabalhar com cozinha, trabalhar na cozinha, eu adoro cozinhar, né. Mas também na hora que eu precisei, eu gostei, eu ado ... eu gostei muito, eu gostei. Peguei o serviço, que é dois toque, também que a gente pega o serviço, pronto. Você tá tão habituada com o serviço, que a gente tá acostumada com o pessoal, que o ambiente é tão bom, a gente se acostumou, pronto – Mariana.

De modo geral, as mulheres entrevistadas não receberam treinamento formal para realizar este trabalho, o serviço lhes foi ensinado pelo encarregado do setor ou pelos colegas.

Elas consideraram as informações recebidas suficientes para a boa realização das suas atividades. Contudo, todas disseram achar interessante participar dos treinamentos oferecidos pela empresa, pois esta seria uma forma de aprender novas técnicas, diminuir a incidência de erros e adquirir mais segurança.

Outro ponto interessante relacionado aos sentidos do trabalho: a maioria das entrevistadas associou gostar do serviço com gostar dos colegas e do ambiente de trabalho. Joana narrou que trabalhar em equipe é um momento muito prazeroso, transformando o trabalho quase numa atividade lúdica.

Quando a gente pega, assim, um mutirão que vai fazer uma faxina num prédio, que a gente pega uma montoeira de gente que pega junto, a gente limpa tudo, brinca, diz besteira. É bom, é bom, eu gosto. (...) Eu tenho bastante afinidade com bastante pessoal aqui, que eu acho que são meus, meus, meus parentes, né. Minhas irmãs, que eu acho, né. É pai, mãe, tudo aqui, eu tenho tudo isso, então eu fico contente com isso – Joana.

Mariana também descreve grande relação de amizade com os colegas:

O nosso pessoal é um pessoal muito bom pra trabalhar. Que a gente se sente bem, ali é nossa casa. (...) O pessoal da cozinha, a gente tamo ali, nós somos tudo irmandade ali. A gente chega, ali a nossa casa é ali, o nosso serviço, ali é tudo como irmã, né, somos tudo unidos. Então falta um a gente sente falta daquela pessoa, né. A gente é bem dado assim, né – Mariana.

É possível perceber nestas duas falas que os colegas de trabalho recebem status de familiares próximos (irmãos, irmãs, pai, mãe). São pessoas muito queridas, com as quais é bom conviver. Estas duas entrevistadas narraram sentir falta dos colegas durante as férias, indo freqüentemente ao local de trabalho para visitá-los, pois no isolamento doméstico não encontram a mediação destes contatos tão importantes.

Sawaia (1995a, p. 166) descreve a importância da vivência em comunidade⁵⁸. Para a autora, uma prática negadora do sofrimento ético-político é “... trabalhar a, na e com a comunidade, tornando-a um sistema relacional e um sentimento de pertencimento que se apresenta como forma de resistência contra a sociedade excludente, exploradora e competitiva”. O trabalho em comunidade atua no isolamento, na convivência e na comunicação, dando existência social e individual às pessoas, pois reconhecer o outro leva ao reconhecimento de si próprio.

Baseado nas concepções desta autora, suponho que estas mulheres elegeram seu grupo de trabalho como uma comunidade privilegiada: os colegas são seus pares, vivem cotidianamente situações muito semelhantes, tanto no trabalho como na esfera privada. São pessoas, portanto, que possuem empatia suficiente para reconhecer e compreender sua dor e sofrimento, compartilhar seus sonhos e desejos, trocar percepções sobre as coisas cotidianas e, assim, tornar-se “irmão, pai e mãe”. Eles dão outro sentido à realização do trabalho, tornando-o mais interessante e feliz. O lugar em que se convive diariamente com estas pessoas acaba tomando as cores de “meu lugar”, considerado tão íntimo quanto a própria casa. É possível ver esta relação nesta última fala de Mariana: “a nossa casa é ali”. Pela mediação dos colegas, o local de trabalho torna-se um ponto de segurança, afetividade, acolhimento e solidariedade.

Questionei as mulheres entrevistadas quanto à importância atribuída ao seu trabalho. Lúcia não o considerou importante. Em sua fala, relatou que qualquer um pode realizar este

⁵⁸ Segundo Sawaia (1999) comunidade é um conceito catalisador da idéia de solidariedade e reciprocidade. Uma *comunidade identitária* pode tornar-se uma defesa da individualidade, da pluralidade e do multiculturalismo contra a penetração massificadora da globalização se se fizer num movimento unificador das diferenças. Neste caso, ela equivaleria aos “bons encontros spinosanos” (p. 25) de corpos que se compõem. “Encontros onde os indivíduos tornam-se causa de seus afetos e senhores de suas percepções, sem abdicar da universalidade, sem se satisfazer com os afetos instituídos na exclusão do outro e sem pôr no outro o sentido da própria potência” (p. 25).

trabalho. Ela parece vincular qualificação à importância, ou seja, como este é um trabalho não-qualificado, não tem nenhuma importância. Em suas palavras:

Ah, porque se não tá bem como eu faço ... tem milhares que pode fazer. (...) Porque se não tá bom uma coisa eles pede de novo, porque tem muitos que quer. (...) Sempre tem um melhor que o outro, né. Então é por isso que eles nunca valorizam muito, assim, qualquer um – Lúcia.

Já Ana, Mariana e Rosa consideraram seu trabalho importante, contudo vincularam esta importância a elas o executarem da maneira correta, conforme as determinações da Alfa. Ou seja, elas consideraram seu trabalho importante à medida que elas não dão problemas para a empresa. As palavras de Mariana exemplificam este sentimento:

Na minha opinião eu não dou problema nenhum pra empresa. Eu chego e faço as regras certinho, como eles colocam. (...) Cuidar do meu serviço certinho, pra não deixar falha pra ninguém chamar atenção, principalmente os fiscais, a chefia, pra não incomodar, né. Que daí vai pra firma, o que é que acontece, tem advertência. É chato pra gente – Mariana.

É interessante notar que estas entrevistadas não perceberam a *importância intrínseca* ao seu trabalho. Seus corpos e subjetividades empregados na atividade não mereceram consideração, seu fazer ficou subsumido. Para elas, seu trabalho só é importante no *negativo*: por não trazer problemas.

O trabalho de cada indivíduo ou grupo é sempre *trabalho social*, no sentido que ele contribui para satisfazer as necessidades da sociedade. Toda sociedade tem necessidades diversas, desta forma é necessário que sejam realizados diferentes tipos de trabalho para satisfazê-las (Raitz, 2003). O valor social do trabalho realizado por Ana, Mariana e Rosa não foi por elas considerado, perdeu-se, desta forma, um importante sentido do trabalho.

Laura e Joana, cada uma a seu modo, foram as únicas que conseguiram perceber a importância embutida na realização de seu trabalho. De modo geral, estas duas mulheres

demonstraram durante suas entrevistas uma postura mais questionadora e crítica do que as demais. Laura apontou que o ambiente não pode ficar sujo e que seu serviço é importante para as pessoas que dele usufruem.

É importante porque a partir do momento que tu entras ali, tu sabes que tem que limpar, porque não pode deixar o ambiente sujo. Porque ali nós trabalhamos com alunos, né. Eles também têm que ter uma boa visão, assim, chegar e ver o ambiente sujo, o que que eles vão pensar, não tem funcionário ali? Então eu acho que é importante pra o funcionário que trabalha lá dentro, quanto para o aluno. (...) Que ninguém como eu disse pra ti, ninguém vive no meio da sujeira – Laura.

Em sua fala, Laura soube destacar o *valor social* embutido no seu trabalho, pois ele é usufruído pelos alunos e funcionários da instituição para a qual ela trabalha. Sendo assim, seu trabalho é *útil*, pois atende às necessidades humanas (Singer, 1987). Contudo, ela também ponderou que nem todos têm esta compreensão, pois alguns colegas de trabalho não se interessam em fazer um serviço bem feito.

Tem pessoas que tem interesse, tem pessoas que vão ali pra trabalhar, outras esperam um, é, um ... não sei se tu sabes diferenciar emprego e serviço. Alguns querem emprego, outros querem um serviço. Que emprego é tu esperar no final do mês aquele salário, né, e o serviço, o serviço é uma coisa assim importante, tu tem que deixar uma coisa limpa pra ser bem vista, entendeu? Pras pessoas, assim, admirar. Olha o setor dela é de se admirar. Então, eu acho assim, do meu ponto de vista, é o serviço – Laura.

Para Laura, "serviço" parece estar relacionado à atividade executada, ao ato de “servir”, ou seja, fazer um “bom serviço” significa contribuir socialmente através da boa realização de seu trabalho. Já "emprego" parece estar associado exclusivamente à remuneração, ao salário a que se faz jus pelo trabalho em determinada função. Quem só quer um “emprego”, de acordo com esta visão, não se compromete com a boa realização do trabalho e não contribui socialmente.

Joana considerou outros dois aspectos da importância de seu trabalho: o *econômico* e o *estratégico*. Em suas palavras:

Claro que é [importante]. Se não existisse a gente como é que a empresa ia ganhar dinheiro? Não tinha como ganhar. Que a gente que faz o serviço da empresa. A gente tem que fazer bem feito pra empresa dar o serviço pra gente e pra empresa continuar [no cliente]. Porque se a gente tapear eles tiram a gente daqui, né. Tanto a gente como a empresa. Eu acho que é importante o serviço da gente – Joana.

Quanto ao aspecto econômico, Joana percebe que seu trabalho e de seus colegas são instrumentos de geração de riquezas para a empresa. Ela foi assertiva em sua colocação, uma vez que a empresa precisa deles para que possa produzir mais-valia⁵⁹. O que ela e seus colegas recebem como remuneração em termos de horas de trabalho é *inferior* ao número de horas que eles objetivamente despenderam na realização deste. Seu trabalho gerou um valor a mais, que foi apropriado pela empresa. Sem o valor embutido no trabalho deles, conforme as palavras de Joana, “como é que a empresa ia ganhar dinheiro?”

Além disso, ela percebe que ela e seus colegas “fazem o serviço da empresa”, representando a Alfa perante o cliente. Eles precisam fazer um “serviço bem feito” para garantir a continuidade do contrato deste cliente com a empresa. Nesta perspectiva, o trabalho deles também adquire importância *estratégica* para os negócios da Alfa, pois, em última análise, depende deles a visibilidade da empresa no concorrido mercado de prestação de serviços.

Joana também apontou que realizar seu trabalho com dedicação é importante, pois ela acredita que as pessoas se sentem bem em ambientes limpos e perfumados. Como Laura, ela

⁵⁹ Conforme postulado por Marx (1998), o termo mais-valia refere-se originalmente ao setor industrial, pois este produz mercadorias. O setor de serviços possui características diversas: não produz mercadorias, desta forma, este não seria capaz de produzir mais-valia de acordo com a clássica definição marxiana. Contudo, o emprego desta expressão baseia-se no fato de que numa sociedade em que se generalizou a produção de mercadorias, serviços prestados têm seu valor determinado como o das mercadorias. A diferença de valor entre o que o capitalista do setor de serviços recebe e o que ele repassa ao trabalhador (salário) vai fazer parte da mais-valia global da sociedade ou do excedente social (Singer, 1983).

também percebeu a importância social de seu trabalho. Eventualmente ela recebe elogios dos funcionários do cliente, valorizando o seu serviço.

Eu adoro arrumar as coisas direitinho, passar pano, ficar cheirozinho a sala, passar óleo nas mesas, passar cera na sala, a pessoa vai lá e sente assim, sei lá, pôxa, ela fez com boa vontade aqui, deixou a sala bem cheirosa, limpinha. Eu gosto, eu acho que a gente fica ... aí aquela pessoa vai dizer, assim: 'Pô, a sala tá bem cheirosinha, Joana, tá de parabén'. Aí é bom, né – Joana.

Quero destacar a afetividade com que Joana falou de seu trabalho neste trecho. Ela sugere sentir-se realizada por poder propiciar às outras pessoas uma “sensação de bem estar” gerada pelo seu trabalho. Além do caráter social, do valor embutido em sua atividade, aqui é possível perceber também uma conotação afetiva que perpassa a singularidade dos sujeitos que usufruem do espaço no qual o trabalho foi exercido. Esta é uma das únicas falas que valorizam o trabalho de limpeza e conservação como instrumento capaz de propiciar “sensação de bem estar” e satisfação para quem dele usufrui. Este transcende o sentido de utilidade do qual fala Laura, dando uma conotação estética e afetiva ao trabalho.

Outro ponto que questionei estas mulheres foi quanto à valorização e desvalorização relacionadas ao serviço de limpeza e conservação e como estas se objetivavam. As opiniões se dividiram. Ana disse gostar de seu trabalho e sentir-se valorizada por ele, mas relatou que mereceria uma profissão “mais adequada e com mais recursos”.

*Vamos supor assim, eu gosto, eu me sinto [valorizada], porque é a profissão que eu faço e gosto dessa profissão. Poderia ser outra. Lógico, todo mundo quer achar uma profissão mais ... adequada, mais completa, com mais recursos ... aquela estável, né. **[O que é uma profissão adequada e com mais recursos? Que tipo de profissão é essa?]** As vantagens que a empresa oferece, né. Por exemplo, funcionário público ele tem a sua estabilidade, ele tem seus, seus reajustes, tem uma porção de vantagens que favorecem, né. O diretor de uma empresa, um ... um deputado, vamos supor assim, todas profissões que requer uma estabilidade, uma situação financeira melhor, né – Ana.*

Percebe-se em seu discurso que a valorização de uma profissão está diretamente relacionada à boa remuneração, à estabilidade e aos benefícios que ela oferece àquele que a executa. Ana valoriza carreiras que têm atributos que *não* estão presentes no trabalho de limpeza e conservação, cujos salários são baixos, não há estabilidade e os benefícios são somente aqueles assegurados pela legislação trabalhista. A valorização ou desvalorização de uma profissão é relativa a um contexto específico. Percebe-se na fala de Ana esta ambigüidade: ela se sente valorizada porque é o que faz e gosta desta profissão e, ao mesmo tempo, ela não se sente valorizada porque esta prescinde de vários atributos que ela considera importante para atribuir valor a uma profissão.

Lúcia e Rosa disseram que não se sentem valorizadas. Lúcia apontou que os colegas e as chefias não reparam no valor de seu trabalho, pois, em sua opinião, cada um está preocupado em executar o seu serviço e não vê importância no serviço dos outros. Parece que não foi estabelecido entre os pares um reconhecimento do trabalho executado, que a psicodinâmica do trabalho denomina *juízo de beleza* (Merlo, 2002), pois, segundo o relato de Lúcia, os colegas não prestam atenção no trabalho uns dos outros, ficando cada qual isolado na realização das próprias tarefas. Para Rosa, o salário recebido não a valoriza, pois não remunera a contento o cansaço e o sofrimento embutidos em seu trabalho⁶⁰. Em suas palavras:

Que limpeza é um serviço pesado, cansativo. E às vezes as pessoas não dão nem valor pro teu serviço – Rosa.

Ambas, Rosa e Lúcia, trabalharam anteriormente como doméstica e faxineira e se sentiram felizes com a mudança para uma empresa. Entretanto, Lúcia apontou que o serviço da doméstica geralmente é mais valorizado pelas patroas do que o trabalho em empresas, pois elas são as "únicas" naquele posto de trabalho. Em suas palavras:

⁶⁰ Discutirei o valor da remuneração do trabalho mais adiante.

[Porque o trabalho como doméstica era mais valorizado?] Porque se eu não fizesse, ninguém fazia, né ... era só eu. Então eles me valorizavam mais. Não tinha outra pessoa pra, pra dizer que aquela é melhor que aquela outra, entendeu? Eles me valorizava, de doméstica e faxineira é mais valorizado – Lúcia.

Rosa também creditou mais valor ao trabalho como doméstica, pois este, em sua opinião, é um serviço de “maior responsabilidade”, igualmente referindo-se a ser ela a única pessoa designada para a execução das tarefas⁶¹. Contudo, ela atribui grande peso à menor quantidade de direitos trabalhistas recebidos pelos empregados domésticos e conclui que isso os desvaloriza tanto quanto aqueles que trabalham com limpeza e conservação em empresas.

Laura comentou que freqüentemente se sente desvalorizada pelos funcionários da empresa para a qual presta serviço, pois alguns discriminam os terceirizados⁶². Ela disse que estes reclamam com os encarregados quando o serviço não está bom, mas, em contrapartida, não sabem elogiar quando o serviço é bem feito.

Não são todos que sabem [dar valor] com relação ao funcionário que trabalha lá, nós terceirizados. (...) Mas quando tá sujo eles [os funcionários do cliente] reclamam. Quando tá limpo ninguém sabe chegar ali e dar um elogio, entendeu? Eles não são de dar muito valor pra mim. Não é só pra mim, eu já vi colegas de trabalho, que eu ouço eles reclamarem, porque o funcionário [do cliente] não sabe dar valor pra eles. Eles só reclamam quando tá sujo, quando tá sujo – Laura.

A queixa de Laura evidencia a "invisibilidade" do serviço de limpeza. Este serviço só aparece no *negativo*: quando está mal feito ou quando ainda não foi realizado. Ou seja, o que

⁶¹ Pesquisa realizada por Tamanini (1997) indica que à medida que a empregada doméstica permanece muito tempo sozinha na casa e lhe são confiadas tarefas que fazem com que a casa “funcione”, ela se sente responsável e respeitada. Talvez esta seja a raiz do sentido de “maior responsabilidade” que Lúcia e Rosa atribuem ao trabalho doméstico em comparação com o trabalho em empresas.

⁶² Como já discutido na parte teórica, terceirização é a denominação dada à contratação de empresas para a prestação de determinados tipos de serviços. Atividades de limpeza e conservação, vigilância e serviços especializados (telefonistas, recepcionistas, copeiras etc.) têm grande potencial para terceirização, pois são consideradas “atividades de apoio”. É importante ressaltar que os terceirizados trabalham nas dependências do cliente, mas não pertencem ao seu quadro de funcionários. Isso causa alguns sentimentos de estranheza, que serão discutidos mais adiante. Dados do Dieese (1993) demonstram que os trabalhadores terceirizados geralmente têm condições de trabalho, médias salariais e benefícios sociais inferiores aos padrões oferecidos aos funcionários da empresa contratante; sendo que muitas vezes estes possuem jornadas de trabalho mais extensas e menor segurança relativa à estabilidade no emprego.

aparece é a sujeira, não a limpeza. A sujeira comporta materialidade, a limpeza não. Esta se integra tão perfeitamente no ambiente que, geralmente, não é nem notada. O reconhecimento deste tipo de trabalho se dá pela *falta* ou pelo *mal feito*, levando o sujeito a se tornar presente justamente na *ineficiência de seu fazer*.

Esta característica faz com que seja difícil estabelecer uma “dinâmica de reconhecimento” pelo bom desempenho do trabalho executado para esta categoria de profissionais. A falta de valorização e reconhecimento é fonte de insatisfação e sofrimento para o trabalhador. "Quando a qualidade do meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido" (Dejours, 2001, p. 34). Sem este reconhecimento, o trabalho fica, ao menos parcialmente, esvaziado de sentido. O não reconhecimento faz o sujeito sentir-se separado de seu produto, criando um abismo entre ele e seu contexto e desestruturando o Eu, de forma que se produzem características reflexivo-afetivas de desamparo e sofrimento ético-político (Sawaia, 1995a; 1995b; 2000).

O/a trabalhador/a dá o seu suor e reclama, em contrapartida, *respeito e reconhecimento*. Esta é a dimensão *positiva* do trabalho, inscrita no significado moral atribuído a este. Este valor moral compensa, de certa forma, as desigualdades sociais e legitima seu lugar de respeito *enquanto trabalhador* (Sarti, 1996). Porém, quando o respeito não é manifesto e o reconhecimento não ocorre, o sentido de ser trabalhador fica destituído, esvaziado, empobrecido.

De acordo com Laura, respeito e reconhecimento podem ser demonstrados de várias formas: elogiar é uma delas; outra é conservar a limpeza do local, pois ao esforçar-se para manter limpo determinado espaço, o sujeito implicitamente está reconhecendo a utilidade e a importância daquele trabalho. Em suas palavras:

Sim, eles demonstram é pelo elogio. Elogiando. (...) Até um sorriso passa aquela coisa é boa pra ti. (...) Então tu sabe que aquilo ali ela gostou, soube dar valor. Ou às vezes também quando ela mesmo vai ali e suja, ela mesmo corrige. Joga o papel no chão ela vai ali e bota na lixeira, então ela sabe ... mantém o local – Laura.

Mariana também se sente desvalorizada por ser terceirizada. Ela contou com emoção e riqueza de detalhes um fato ocorrido em seu ambiente de trabalho: uma aluna jogou o cigarro aceso ao lado do cinzeiro e o apagou com o pé. Ela e suas colegas estavam limpando a área quando isso aconteceu e se sentiram ofendidas com a atitude da moça, pois significaram esta ação como uma demonstração explícita de desvalorização do trabalho delas. Suas palavras demonstram a intensidade deste sentimento:

Assim, foi o dia que a gente soube que a pessoa não dava valor pra gente por causa dessa [segurou a logomarca da empresa estampada na camiseta], do uniforme, né. Ai, a gente ficou até revoltada. (...) A guria pôs, assim, a cinza no chão. Eu falei pra ela: 'Sabias que não pode fazer isso?' 'Ah, vocês tão aqui pra limpar'. 'Nós tamo aqui pra limpar, sim, mas não pra limpar o que você tá fazendo'. Naquele dia pra nós foi uma tristeza. Nós queria até bater nela de vassoura [risos]. (...) Como quem diz, olhou pra camisa, viu que nós era terceirizada, e queria dizer, né. [estralou a língua e levantou os ombros] (...) Nós não temos valor mesmo – Mariana.

Este relato emocionado sugere que Mariana sentiu-se duplamente ofendida com esta ocorrência: primeiro como *trabalhadora*, à medida que o empenho e o fazer dela e de suas colegas para manter limpo o ambiente foi completamente desconsiderado pela aluna; e, também, como *pessoa*, pois seu valor como ser humano ficou subsumido quando ela vestiu a camisa com o logotipo da empresa terceirizada de limpeza e conservação. Assim, ela se sentiu humilhada pelo tratamento que recebeu desta aluna, pessoal e profissionalmente.

Joana também se queixou de desvalorização pelo pessoal do cliente. Ela considera seu trabalho reconhecido e valorizado pelo pessoal da Alfa. Ela narrou que é boa funcionária e, em troca, obtém algumas "regalias" quando necessita, tais como eventualmente sair mais

cedo. Contudo, ela apontou que os funcionários da empresa cliente desvalorizam o pessoal da limpeza, tratando-os com "diferença".

Que algumas pessoas [funcionários do cliente] tratam a gente, assim, com diferença, achando que a gente é da limpeza, a gente é ... é uma coisa diferente, né. Isso aí eu me sinto desvalorizada. Porque eu acho que é assim, que a gente é um ser humano, então eu acho que tem que tratar a gente de igual pra igual, né. Não é só porque a gente é servente, que a gente limpa banheiro, limpa sala e eles não limpam, eles ficam lá no escritório, que eles não têm que valorizar a gente igual. Se a gente valoriza eles, eles têm que valorizar a gente igual. É isso que eu sinto – Joana.

Através destes relatos é possível perceber que a relação de alguns funcionários e alunos do cliente com o pessoal da limpeza é muitas vezes permeada por sentimentos de desvalorização, gerando ressentimentos, dor e sofrimento. Há uma dupla significância de desvalor: por fazer serviços de limpeza e conservação e por não pertencer ao quadro de funcionários do cliente, ou seja, por ser terceirizado. Esta é uma relação que se revela essencialmente assimétrica e excludente desde a sua origem, pois o terceirizado está fundamentalmente *excluído* da empresa – não recebe o mesmo salário, não tem direito aos mesmos benefícios, enfim, não goza do mesmo *status* dentro da organização. O tratamento narrado por estas mulheres denuncia que, na concepção de alguns funcionários e alunos do cliente, ser terceirizado e responsável pela limpeza é ser “inferior” e ser funcionário ou aluno é ser “superior”.

“O sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais” (Sawaia, 2001b, p. 102). Sofrer é estar submetido à fome, à opressão, à desvalorização, à falta de dignidade e é experimentado como “dor” por quem vivencia a situação social de ser tratado como inferior, sem valor ou inútil. É o indivíduo quem sofre, porém a gênese deste sofrimento está nas intersubjetividades e nos processos de mediação social, pois o indivíduo não é uma mônada responsável por sua situação e capaz de, sozinho, superá-la.

Coadunando com os dados encontrados nesta dissertação, Sawaia (Ibid) narra dados de pesquisas⁶³ que buscavam compreender o sofrimento ético-político em indivíduos “desqualificados socialmente”. Estes dados revelam que este tipo de sofrimento é um dos mais verbalizados pelos sujeitos pesquisados. “E o que é mais importante, na gênese deste sofrimento está a consciência do sentimento de desvalor, da deslegitimidade social e do desejo de ‘ser gente’, conforme expressão dos próprios entrevistados” (p. 109). Problematicar esta questão é superar a concepção de que a única preocupação das pessoas pertencentes às camadas populares é a luta pela sobrevivência.

Laura, Joana e Mariana enfatizaram em suas entrevistas indignação com o tratamento de desvalor recebido e clamaram por reconhecimento e respeito pelo seu trabalho. Elas empregaram seus corpos e subjetividades em suas atividades e agora anseiam por uma “dinâmica de reconhecimento” (Dejours, 1999; 2001). Além disso, também querem ser tratadas “de igual para igual”, ou seja, anseiam pela consideração da sua dignidade como seres humanos, questionando o olhar humilhante, degradante e inferiorizante a elas dirigido por quem se considera “superior”.

Arendt (1999) aponta que atividades que demandam esforço físico eram vistas com desdém desde a antiguidade, sendo que na Grécia antiga estas eram realizadas por escravos, não-cidadãos, pessoas que tinham seu valor estipulado como mercadoria. Os relatos colhidos nesta pesquisa sugerem que este desdém citado pela autora prevalece ainda hoje em algumas situações relacionadas ao pessoal da limpeza e conservação.

Pesquisa realizada por Costa (2002) também discute a desvalorização social da categoria dos profissionais de limpeza e conservação. O autor pesquisou a inserção de garis na cena pública em um campus universitário paulista, observando mecanismos sociais de reificação e

⁶³ Realizadas pelo NEXIN (Núcleo de Estudos da Inclusão/Exclusão da PUC/SP).

subalternização no trabalho destes, expressos na ausência de reconhecimento e valorização. Os garis eram tratados como “seres invisíveis”, não sendo reconhecidos como sujeitos. O autor denominou este não-reconhecimento de “invisibilidade pública”. Esta é sustentada por motivações psicossociais e antagonismos de classe mais ou menos conscientes. O olhar personalizante, de reconhecimento interpessoal, perde espaço para o olhar humilhante, objetivante e reificante. Este só visualiza o resultado de uma função, abstraíndo o sujeito que a executa. Pinto; Boeing & Maheirie (2004), em pesquisa realizada junto a varredores de rua da Prefeitura Municipal de Florianópolis, utilizando a fotografia como forma de registrar o sujeito em seu contexto, também constataram vivências semelhantes às expostas por Costa (2002).

Obter reconhecimento e respeito no trabalho é um valor para qualquer trabalhador. Algumas vezes, o pessoal da limpeza pode se ver tentado a realizar “favores” e “agrados” para “conquistar o carinho” dos funcionários do cliente. Um relato chamou-me especialmente a atenção: Mariana disse que o pessoal interno do seu departamento gosta muito dela, porém, ela revelou no decorrer da entrevista que faz uma série de "favores" para manter esta boa relação. Estes favores são atividades que não pertencem ao seu trabalho, mas que ela realiza para “agradar” as pessoas de seu setor. Em suas palavras:

Ai eu chego, o serviço da secretaria ... o café não é meu, mas eu ponho. Vai cair a minha mão se eu limpar uma cafeteirazinha? Os paninho da mesinha a gente passa, a gente limpa, lava aqueles paninho. Não é pra fazer, aquilo é da secretária, da secretária. Mas são tão querido pra gente, que a gente, é a maneira de agradar uma pessoa, né. (...) Contanto que a gente tem feito o nosso serviço, o que não era nosso a gente tem feito também, entendeu? Nós só incentiva que a pessoa gosta da gente – Mariana.

Mariana foi a única entrevistada a relatar a execução destes "favores". Curiosamente, também foi a única a relatar o recebimento de alguns "agrados" dos funcionários de seu departamento. A secretária lhe dá roupas usadas para a sua filha de oito anos e um professor

lhe dá papéis para ela vender para a reciclagem. Ela deixou claro que não é “mendiga”, salientando em sua fala que ela não pede nada para si, mas aceita estes “agrados” porque seu salário é pouco. Sua postura de oferecer "favores" talvez predisponha o pessoal de seu setor em retribuí-los de alguma forma. Creio que aqui se estabeleça uma lógica mediada pela troca, fazendo com que os atos de oferecer "favores" predisponham a sua retribuição.

Vários sentimentos permeiam nossa relação com o trabalho. Busquei nas entrevistas questionar como se objetivavam alguns destes sentimentos: felicidade, tristeza, raiva ou outros que estivessem relacionados direta ou indiretamente ao serviço de limpeza e conservação. Iniciei perguntando o que deixava estas mulheres felizes em seu trabalho.

Ana e Lúcia relataram que os elogios recebidos pela boa realização de seu trabalho as deixavam felizes. Lúcia inclusive ressaltou que o elogio lhe trazia a segurança de estar realizando o serviço da maneira correta, agradando o cliente. Laura, Mariana e Joana citaram as amizades cultivadas no ambiente de trabalho como motivo de felicidade. Já Rosa teve dificuldade em responder a esta pergunta. Primeiramente respondeu-a de forma indireta, dizendo que felicidade estava relacionada a ela ter trabalho para sustentar seus filhos e dar uma chance de vida melhor para eles. Eu insisti, perguntando se ela lembrava de algo que ela fazia ou vivia em seu trabalho que a deixava feliz. Ela pensou um pouco, mas não encontrou resposta.

Sarti (1996) destaca que a grande importância do trabalho para as pessoas de baixa renda está associada a este ser o instrumento que viabiliza a vida familiar. Os homens e as mulheres não trabalham para si; o sentido do trabalho está vinculado às suas atribuições familiares, segundo a lógica que caracteriza as relações na família. Rosa é viúva e o sustento de sua família depende somente dela. Apesar de não conseguir relatar uma felicidade intrínseca ao trabalho, observa-se em sua fala que este gera satisfação, pois através do seu

trabalho ela terá comida na mesa, verá seus filhos vestidos, enfim, cumprirá seu papel de provedora da família. Isso lhe dá o sentido necessário para sua identificação com a atividade.

É interessante notar que as mulheres que mencionaram algo feliz no trabalho falaram de situações que não estão diretamente relacionadas à objetivação, ou seja, à atividade mesma, pois foi na mediação dos colegas de trabalho e dos funcionários do cliente que praticam os elogios que residiram as situações narradas como prazerosas e felizes. Nenhuma das entrevistadas citou aspectos vinculados à execução do trabalho ou aos produtos deste como fonte de felicidade.

Quanto ao que as entristecia em relação ao trabalho, as respostas foram variadas. Ana disse que não gostava de faltar e mencionou a “importância da assiduidade”. Quando um funcionário da Alfa falta ao serviço, perde automaticamente o adicional de assiduidade daquele mês (equivalente a 4% do valor do salário). Não é possível saber ao certo se Ana fica triste pela falta em si ou pela perda deste adicional em seu salário, mas é fato que ela se ressentiu pelo que a falta implica, seja econômica ou afetivamente. De qualquer forma, percebemos aqui sua grande preocupação em ser uma boa funcionária, cumprindo o horário com precisão.

Já Mariana disse que ficava triste no dia do pagamento, pois seu salário é muito baixo. Ela fez até piada com o valor do contracheque:

Ah, o dia ... o dia que eu recebo o pagamento fico triste [risos]. [O dia que você recebe o pagamento? Porque?] Ah, é pouco, né. A gente tem tanta coisa pra pagar, né. Ai a gente fica pensando assim, né, depois chega, no mês que vem tem mais um pouquinho (...). A gente diz que recebe o contracheque, que é o contracheque, né. A gente diz que é o contracheque. (...) Paga um, paga outro. Não é fácil. Mas tá bom, vai. Pior a doença – Mariana.

Um dos principais – senão o principal – sentidos coletivamente compartilhados atribuído ao trabalho é este ser o meio que garante a sobrevivência individual e familiar. O

trabalho é a única forma de subsistência para a imensa maioria das pessoas. Numa sociedade capitalista, o salário remunera o investimento físico e emocional empregado no trabalho. Ao dizer que fica triste no dia do pagamento porque recebe um salário muito baixo, Mariana denuncia sua decepção com o resultado de seu esforço, pois este está sendo remunerado aquém das suas expectativas, desejos e necessidades concretas. Seu parco salário só consegue saldar as contas cotidianas.

A temática da remuneração oferecida pelo trabalho realizado esteve presente de diversas maneiras na fala de todas as entrevistadas, geralmente associada a sentimentos de tristeza, desvalorização e sobrecarga de trabalho.

Rosa relatou sentimentos ambivalentes: se por um lado ela fica feliz porque recebe um salário para prover o sustento de sua família, por outro, ela se sente desvalorizada pelo valor recebido. Ela salientou que não é só a Alfa que paga mal o pessoal da limpeza e conservação, mas todas as empresas do setor remuneram muito mal seus trabalhadores. Em geral, como já discutido no capítulo anterior, estas empresas têm pouca ou nenhuma variação quanto aos salários e benefícios oferecidos, pois pagam o salário base da categoria e oferecem somente os benefícios garantidos pela legislação. Nas palavras de Rosa:

Não sei, acho que se a gente fosse valorizada a gente tinha um salário maior, né. Que é muito pouco o que a gente ganha. A gente trabalha assim, é uma coisa sofrida, né, cansativo.(...) Acho que o pessoal da limpeza deveria ser mais valorizado. Não só pela Alfa como pelas outras firmas, né, também – Rosa.

O baixo salário da categoria levou Joana a acumular dois empregos: ela trabalha numa lanchonete no período matutino e na Alfa nos períodos vespertino e noturno. Esta extensa jornada de trabalho diária lhe garante dois salários, que se complementam no sustento de sua família. Há uma evidente sobrecarga de trabalho, fruto da baixa remuneração recebida em ambos isoladamente.

O nosso [salário] é bem baixo, o de servente. Mas aí a gente ... eu trabalho de manhã também como ajudante de cozinha na lanchonete, aí a gente junta um salário com o outro, dá quinhentos reais, tá bom
– Joana.

A teoria marxista postula que todo trabalho é social, pois contribui de alguma forma para satisfazer as necessidades da sociedade (Raitz, 2003; Singer, 1983). Assim, toda atividade econômica é coletiva, essencialmente social. Ela decorre da divisão do trabalho, na qual as pessoas desempenham funções diferenciadas e complementares (Marx & Engels, 1981). Pelo desempenho de suas funções, os profissionais recebem nas sociedades capitalistas uma quantia em pagamento pelo valor gerado pelo seu trabalho.

Este valor empregado na realização da atividade pode ser definido pela teoria do valor-trabalho. O valor é estabelecido baseado nas relações criadas entre as pessoas nas atividades econômicas e pode ser medido pelo tempo de trabalho social investido na atividade ou produto. Claro que esta atividade ou produto deve satisfazer necessidades humanas, deve ter importância social, senão não teria valor (Singer, 1983).

Ora, a teoria do valor-trabalho permite afirmar que na medida em que o valor do trabalho é fruto das relações sociais, trabalhos pouco qualificados e desvalorizados socialmente recebem menores remunerações, independente do tempo de trabalho social investido pelo trabalhador e da importância social do trabalho. Isso pode ser observado para a categoria dos profissionais de limpeza e conservação. No capitalismo, de forma geral, o valor pago pelo trabalho (salário) depende da oferta de mão-de-obra, da qualificação desta, do tipo de serviço executado e da organização sindical da categoria. Há abundante oferta de mão-de-obra para serventes de limpeza; geralmente esta é pouco qualificada; o serviço executado é socialmente desvalorizado; e os sindicatos, de modo geral, encontram-se enfraquecidos devido à retração econômica brasileira verificada nos últimos anos, fazendo com que as negociações se dêem mais pela manutenção dos empregos, do que propriamente por melhores

remunerações. Esta teia de fatores deprecia o valor do trabalho para esta categoria, tornando-o mal remunerado.

Voltando à fala de Mariana sobre o “contrachoque”, dois pensamentos a consolam em relação à baixa remuneração: o primeiro refere-se a ela ter emprego fixo, desta forma ela tem a perspectiva de receber outro salário no mês seguinte. Isso fica claro no trecho: “no mês que vem tem mais um pouquinho”. Mesmo sendo baixo, o salário mensal é certo e confiável, conferindo a ela alguma segurança financeira. Ela disse que o seu salário é o único “garantido” em sua casa, pois seu marido é autônomo e seus rendimentos são variáveis. Desta forma, seu salário assume uma importância estratégica nas despesas familiares.

Outra passagem interessante nesta fala é “pior a doença”, sugerindo que pior que o salário baixo é não ter saúde para trabalhar. Ficar doente denigre a imagem de trabalhador/a, pois significa interromper o trabalho e, conseqüentemente, ser irresponsável no cumprimento de seu papel social e familiar. Por esta razão, Dejours (1987) aponta que muitas vezes os/as trabalhadores/as demonstram grande vergonha em assumir alguma dor ou doença. Esta resistência assume um aspecto de “mecanismo de defesa” contra o sofrimento causado pelo significado socialmente atribuído a estar incapacitado para o trabalho.

As demais mulheres entrevistadas falaram de tristeza na realização do trabalho quando surgem intrigas, fofocas, confusões, alguém “falar mal” delas pelas costas, ou seja, situações causadas por alguém que quer causar alguma cizânia. Elas narraram que estes percalços são muito comuns e incomodam bastante. Esta fonte de tristeza também não está diretamente relacionada à atividade, mas está ligada às relações estabelecidas entre colegas de trabalho. As palavras de Laura exemplificam este sentimento:

Eu, deixa triste é as intrigas, não comigo, com colegas de trabalho, quando um não se dá bem com o outro, né. Aquele disque-disque. Então, um não fala com o outro. E eu acho assim, que o setor de

trabalho tem que ter união, né. Tem que ter união, tem que ter harmonia, um se dar com outro. E daí eu fico chateada por aquilo ali
– Laura.

As significações não são imutáveis, elas se transformam através das mediações que o sujeito vivência em sua existência (Maheirie, 1994). É interessante observar que os mesmos colegas que oferecem amizade e tornam o trabalho mais agradável e feliz também são fonte de tristeza, por causa das intrigas e fofocas. As relações humanas são ambivalentes: em alguns momentos são prazerosas; noutros, entristecedoras. A mesma plasticidade encontrada nas relações humanas, também pode ser observada nas significações atribuídas a estas relações.

Quanto ao que as deixava irritadas em seu serviço, as respostas também foram variadas. Ana apontou que não gostava de trabalhar em equipe, pois nem todos os colegas se empenham igualmente na realização das tarefas. Ela narrou que atividades em grupo são relativamente incomuns, sendo realizadas mais freqüentemente nos finais de semestre, durante os mutirões para limpeza dos prédios. Já Lúcia disse que a irritava interromper um serviço pela metade para atender a realização de um outro chamado. Ela prefere começar e concluir uma tarefa antes de passar para outra. Mariana disse que a irritava procurar alguma coisa e não encontrar, porque algum colega a mudou de lugar. As demais não encontraram nada que as irritasse em seu trabalho. Irritar-se com colegas que não dividem as tarefas de forma igualitária, ter seu trabalho interrompido ou objetos de uso comum mudados de lugar não são situações específicas do trabalho de limpeza e conservação. São, antes, vicissitudes de quem vive e trabalha em sociedade.

Outros sentimentos surgiram relacionados ao trabalho: Laura apontou sentir-se incomodada com a “desconfiança” e “ciúmes” demonstrados por alguns colegas em relação à sua amizade com uma secretária do departamento onde ela trabalha.

*E nos outros, a gente vê aquele olhar de desconfiança, de ciúmes.
Então aquilo ali não te deixa tão bem. Porque ... porque a nossa*

amizade é uma amizade assim de muito tempo, entendeu? E eu vejo assim, alguns, não são todos colegas de trabalho, te olha assim de outra forma. Acham assim que eu tenho aquele contato com essa colega por interesse, ou não sei, eu vejo isso, né. E não é nada daquilo – Laura.

Laura demonstrou indignação porque alguns colegas de trabalho crêem haver “interesse” na sua amizade com esta secretária. Por trás destes sentimentos, que ela denominou “desconfiança” e “ciúmes”, reside um preconceito social que estranha quando uma servente de limpeza é amiga de uma secretária, pois esta ocupa uma posição “superior” no imaginário destes, enquanto aquela ocupa status “inferior”. Este preconceito subalterniza e deprecia a servente, criando uma barreira psicossocial difícil de ser transposta. Avalio pelo discurso de Laura que os colegas de trabalho que assim pensam não enxergam a Laura amiga da Fulana, mas a servente de limpeza amiga da secretária. Ouvindo este discurso, imagino que estas pessoas possam estar pensando: “será que ela não sabe qual é o seu lugar?”, o qual não seria ao lado de uma pessoa hierarquicamente “superior”. Nesta ótica, não se atinge um olhar totalizador das perspectivas de uma pessoa e a função exercida, como uma destas perspectivas, se absolutiza no outro, agravada por uma noção valorativa, cristalizada em determinado lugar social.

Posso inferir por meio do discurso de Laura que os colegas que pensam e agem desta forma também demonstram sentimento de auto-depreciação na medida em que estes possuem o mesmo status dentro da organização. Demonstrando este preconceito, eles estão reafirmando também os seus lugares: subalternos, depreciados e sem possibilidade de estabelecer relações igualitárias com pessoas hierarquicamente “superiores”.

A relação dos sujeitos com as coisas, com a natureza e com o trabalho precisa ser resgatada, pois ele é esta relação. Assim, todo sujeito é o seu trabalho, ou seja, é a possibilidade de transformar o mundo, de criar, de se fazer subjetividade objetivada (Maheirie, 1994). Visando a compreensão dos sentidos do trabalho de limpeza e conservação

para as mulheres entrevistadas, questionei-as sobre as suas impressões sobre o trabalho realizado na empresa; sobre a importância a ele atribuída; sobre os sentidos de valorização e desvalorização vinculados ao trabalho; e sobre os sentimentos que emergiam da sua realização. De modo geral, percebe-se na fala das entrevistadas grande descontentamento com sua atividade laboral – seja pela baixa remuneração recebida em troca de seu trabalho, seja pelo não reconhecimento e desvalorização deste, seja pelos tratamentos degradantes e inferiorizantes muitas vezes a elas dirigidos, seja pela falta de perspectivas profissionais da categoria, seja pelas fofocas, intrigas, desconfiança e ciúmes presentes no ambiente de trabalho. Este foi associado à desvalorização, ao costume, ao cansaço e a ser “uma coisa sofrida”. Ser terceirizado também é fonte de desconfortos e de sentimentos excludentes e desvalorizantes. Foram apontados elementos positivos, como gostar dos colegas e receber elogios, porém estes não estão diretamente relacionadas à objetivação, ou seja, à atividade mesma.

Sarti (1997) alega que as trabalhadoras das camadas populares freqüentemente estão sujeitas a baixa qualificação, levando-as a ocupar serviços mal remunerados e socialmente desqualificados, tornando o trabalho uma atividade desinteressante e pouco gratificante. Soma-se a isso o cansaço causado pela sobrecarga de tarefas do trabalho remunerado e doméstico. Apesar de não ser o objetivo central da minha pesquisa, busquei compreender como se objetivava o trabalho doméstico, se ocorria sobrecarga causada pela dupla jornada de trabalho e como esta era sentida pelas mulheres entrevistadas. Esta foi uma ferramenta usada para ampliar minha análise sobre os sentidos do trabalho de limpeza e conservação, inclusive pela similaridade que ambas as atividades apresentam. Este é o tema que procurei abordar a seguir.

⇒ O cotidiano do trabalho doméstico

Buscando compreender como as mulheres entrevistadas vivenciavam seus trabalhos domésticos, indaguei-as sobre quem os realizava. Todas responderam que elas eram as principais encarregadas destes serviços. Em alguns casos há atores coadjuvantes, mas, em última análise, cabe a elas dirigir, decidir, limpar, lavar, cozinhar e gerenciar todos os fatores que afetam o bom andamento da vida familiar. Esta forma de inserção doméstica coaduna com a descrita pela literatura que aborda o assunto (Yannoulas, 2002; Siqueira, 2002; Dieese, 2001; Brito, 2000; Ludermir, 2000).

Rosa, Ana e Joana têm filhos adolescentes e narraram que o serviço doméstico é dividido com eles. Rosa, por exemplo, divide estes afazeres com sua filha de dezesseis anos. Como ela não conseguiu vaga na creche para seu filho de dois anos, a moça também divide com a mãe os cuidados do irmãozinho.

*É eu e a minha filha [quem faz o serviço de casa]. De manhã eu deixo a casa toda organizada, a roupa, tudo. À tarde ela recolhe, passa pra mim e cuida do irmão dela, dá lanche pro irmão à tarde, pros dois, né. À noite quando eu chego já tão os dois tomadinho banho. Mas o maior é comigo. (...) **[Tá ... Então você e ela acabam dividindo o serviço da casa?] É, a gente divide. Mas mais é pra mim porque ela estuda e não quero sobrecarregar muito ela, que ela tem bastante trabalho – Rosa.***

Mesmo relatando parceria com seus filhos, é possível perceber na fala destas mulheres que elas são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Elas realizam "o grosso", cuidam da comida, da roupa e da faxina. Seus filhos adolescentes são *coadjuvantes*, realizam algumas tarefas cotidianas, cuidam de suas coisas, mantêm a ordem da casa e cuidam dos mais novos.

As demais entrevistadas narraram inicialmente que eram as únicas responsáveis pelo serviço doméstico. Quando isso acontecia, eu investigava se elas recebiam "ajuda"⁶⁴ de alguém. Das mulheres casadas, Laura foi a única que narrou receber colaboração masculina: seu marido contribui na manutenção da ordem doméstica lavando a louça e fazendo as compras da casa.

Já as outras duas entrevistadas casadas, Mariana e Lúcia, disseram não receber nenhuma “ajuda” masculina. Nas palavras de Lúcia:

Só a minha filha [me ajuda], às vezes. Que eu procuro ensinar ela, né. Aí ela me ajuda, dobra roupa pra mim. [A de oito anos. O que ela faz?] Ela dobra roupa, às vezes ela enxuga a louça, assim pra aprender, né. [E o seu marido?] Não faz nada. Desse negócio ele não faz nada. Só trabalha fora. Só serve pra trabalhar fora, em casa ele não faz nada – Lúcia.

As mulheres são tradicionalmente responsáveis pela reprodução, ou seja, pelo cuidado com a casa e com os filhos; enquanto os homens permanecem vinculados à esfera produtiva, ao desenvolvimento de atividades que gerem o sustento da família. Mesmo quando a mulher tem trabalho remunerado e divide com o homem o sustento familiar, ela continua como a principal responsável pelas lides domésticas (Siqueira, 2002; Brito, 2000; Ludermir, 2000). Observa-se a subordinação da *reprodução* à *produção* e, conseqüentemente, a subordinação do feminino ao masculino. Condições diversas lançaram as mulheres para o mercado de trabalho, mas elas não deixaram de estar associadas à imagem de “rainha do lar”, acumulando o trabalho remunerado ao realizado em casa. “A dupla jornada de trabalho das mulheres mantém-se praticamente inalterada, uma vez que a despeito de seu trabalho extradoméstico, a

⁶⁴ A palavra ajuda foi escrita entre aspas, pois esta não é a palavra mais adequada para descrever as divisões de tarefas no seio familiar, contudo é a expressão comumente usada, inclusive pelas próprias mulheres entrevistadas. O uso da palavra ajuda denota que o serviço doméstico é “obrigação” da mulher. Desta forma, por considerá-lo um termo revestido por um significado de “naturalização” das funções femininas, optei por colocá-lo entre aspas todas as vezes que o citei em meu texto.

divisão sexual do trabalho na família vem sendo perpetuada, sem que haja redistribuição de responsabilidades neste âmbito” (Siqueira, 2002, p. 26).

Mariana também relatou não receber nenhuma “ajuda” masculina, nem de seu marido nem de seu filho. A única pessoa que a auxilia é sua filha de oito anos, que, como a filha de Lúcia, também está aprendendo as lides domésticas. Esta “ajuda” é voluntária e incentivada pela mãe, que busca sempre elogiá-la. Mariana narrou que seu filho não trabalha, costuma ficar em seu quarto estudando ou assistindo filmes. Segundo seu relato, sua contribuição é organizar suas coisas, eventualmente auxiliar a irmã com as tarefas escolares e não incomodá-la com problemas. Enquanto ele fica “quietinho no seu canto”, ela está feliz. Esta é a única “ajuda masculina” recebida.

Meu filho ainda organiza alguma coisa dele, mas louça, nem pensar. “Mãe, eu não lavo louça, não sou mulher pra lavar louça”. Ele é muito bom, eu rezo a Deus todo dia, que ele não me incomoda. Porque quanta mãe tá chorando, com a idade dele, maconha, essas coisa assim, o meu não se mete. O meu só quer ficar estudando, ficar vendo as fitinhas dele lá no quartinho dele, mas louça, nem pensar [riso] – Mariana.

É interessante destacar que este padrão do não-envolvimento masculino nas lides domésticas vem se perpetuando desde a família de origem de Mariana. Esta compreende nove irmãos: quatro homens, todos solteiros e residentes na casa da mãe; e cinco mulheres, uma solteira, que mora também na casa da mãe, e quatro casadas, sendo que Mariana e outras duas irmãs construíram suas casas no mesmo terreno de sua mãe. A mãe de Mariana tem setenta e nove anos, é viúva e sua saúde inspira cuidados. Ela não é capaz de cuidar sozinha da sua casa, desta forma, as *filhas mulheres* se unem para realizar o serviço doméstico na casa da mãe. Quanto aos irmãos solteiros, estes não colaboram.

A prática dos filhos construírem suas casas no mesmo terreno de seus pais gera, além do aspecto econômico, a manutenção de vínculos familiares estreitos com a família de origem

(do marido ou da esposa). Há grande sentimento de solidariedade e é comum a divisão de tarefas e do cuidado das crianças. Observa-se na fala de Mariana que ocorre ampla divisão dos afazeres domésticos com sua família de origem, porém, esta é restrita às *mulheres*, poupando os homens – tanto seus irmãos na casa de sua mãe, como seu filho e marido na sua casa. Este padrão de divisão sexual do trabalho em função do gênero vem sendo passado de geração em geração, sem questionamento. É "natural" que seja assim. Os homens são poupados do trabalho em casa, enquanto às mulheres este é ensinado desde a infância. A ideologia da maternidade e da domesticidade (Siqueira, 2002) mantém-se proeminente neste discurso.

As relações de gênero são construções sociais, que representam os lugares que homens e mulheres ocupam em determinada sociedade (Scott, 1995; Saffioti, 1992; Oliveira, 1997). Uma das falas de Mariana é um excelente exemplo destes "lugares":

Menina de dez, doze anos, pô. Pode tá em casa, fazendo crochê, fazendo tricô, aprendendo uma costura. Eu tô botando a minha agora. Se Deus quiser, esse ano ali no Pantanal vai abrir uma coisa e eu vou botar a minha filha. [A de oito anos?] Sim, a de oito anos. A família da minha sogra e a minha, nós fomos acostumados tudo assim. Eu não quero a minha filha na rua soltando pipa, não é ambiente pra mim como mãe, não é coisa boa pra minha filha – Mariana.

Estas aprendizagens são constituidoras dos sujeitos. Considerando que a vida determina a consciência (Marx & Engels, 1981), da mesma forma como Mariana foi ensinada, ela quer instruir sua filha a se comportar e agir. São os lugares de homens e mulheres que permeiam o imaginário familiar e se perpetuam nos modos de vida e nas "escolhas" realizadas, numa rede de sentidos social e culturalmente construída.

A palavra escolha foi colocada entre aspas no parágrafo acima, pois, com já descrito, o sujeito as realiza dentro do “campo dos possíveis”, tendo por base as condições materiais objetivas (Sartre, 1987). E, estruturado nestas condições, o sujeito também escolhe pautado

nas suas ideologias, costumes, conceitos e preconceitos herdados das gerações anteriores. A família, como principal instrumento de mediação da *práxis* humana, transmite os contornos básicos de nosso modo de pensar e agir e termina por pautar, de alguma forma, nossas escolhas: “a família é a expressão da sociedade e mais especificamente, da comunidade de onde provém o sujeito” (Maheirie, 1994, p. 137).

Apesar dos relatos colhidos evidenciarem uma “dupla jornada de trabalho”, gerando sobrecarga, as mulheres entrevistadas não questionaram a realização do serviço doméstico ser “obrigação feminina”. Elas inclusive procuram ensinar no dia-a-dia esta conduta para suas filhas mulheres, transmitindo conhecimentos *práticos* e, ao mesmo tempo, *ideológicos*, sobre os lugares familiares e sociais que as mulheres devem ocupar. Se houver “ajuda” masculina, esta é considerada bem vinda, mas a “responsabilidade” da realização do serviço doméstico está perpetuada nas mãos femininas.

Mesmo nas queixas referentes aos afazeres domésticos, é possível discriminar com precisão estes “lugares”. Rosa queixou-se do cansaço pelo acúmulo de tarefas diárias. Contudo, este cansaço advém de uma *fatalidade*, conseqüência do fato dela ser mulher.

Ah, é um trabalho cansativo, né. Tu faz, todo dia tem que fazer, todo ... Mas não tem outra opção, a gente que é mulher tem que se virar com a casa – Rosa.

Além do cansaço, Lúcia também se queixou da repetitividade deste tipo de trabalho, “todo dia a mesma coisa”, tornando-o, em suas palavras, "chato". Mariana reconhece tanto a sobrecarga de tarefas como a sua repetitividade, mas não se queixa. Ao contrário, sua fala ressalta quão "heroínas" são as mulheres:

Porque perde tempo ... olha cuidar da casa tudo certinho, tudo direitinho, se a pessoa ficar lá o dia todo, trabalhar, olha a gente tem serviço. (...) O serviço da casa da mulher é triste. A gente arruma a mesa, desarruma. Arruma a cama, desarruma. Banho, roupa do

*banho, não é fácil, né. (...) Essa parte toda a mulher é muito heroína.
Em matéria de pensando bem, a mulher é bem heroína – Mariana.*

Por trás deste "heroísmo" reside uma herança cultural e familiar de naturalização das funções femininas e submissão ao masculino. Em troca, é oferecida à mulher a figura heróica, que a dignifica. A mulher se sacrifica em prol da sua família e, como toda heroína, será recompensada no final. A responsabilidade assumida na exaustão das tarefas domésticas tem sentido moral: ser mãe e dona-de-casa significa desenvolver um padrão familiar baseado em valores como dedicação, doação e, também, heroísmo.

Conforme Sarti (1996, p. 75),

Neste entrelaçamento do trabalho com a família, aparece a mesma *positividade do trabalho* no discurso das mulheres, mas, neste caso, tendo como foco o trabalho doméstico que, muito além do sentido concreto de lavar, passar, cozinhar, limpar e arrumar, significa, junto com a maternidade, o *substrato fundamental da construção da identidade feminina*, definindo um jeito de ser mulher sempre enredado em intermináveis lides domésticas, neste mundo social fortemente recortado pela diferenciação de gênero (grifos meus).

Dado que todas as entrevistadas trabalhavam pela Alfa de segunda a sexta, era importante compreender em qual período as tarefas domésticas eram realizadas. Todas narraram utilizar alguns espaços livres durante a semana, mas a limpeza geral da casa é realizada nos finais de semana, quando sobra mais tempo. Desta forma, pouco espaço é reservado para o lazer, como ver televisão, fazer crochê ou passear com a família⁶⁵. A ausência de tempo para descansar o estresse do dia-a-dia citado pela maioria das mulheres entrevistadas potencializa o cansaço gerado pela dupla jornada de trabalho feminina.

O tempo torna-se escasso diante da infinidade de tarefas que estas mulheres assumem. Devido ao acúmulo de trabalho, a maioria das entrevistadas narrou a importância de organizar o tempo em função das tarefas domésticas, principalmente porque tão importante quanto

⁶⁵ Estas foram as formas de lazer citadas pelas entrevistadas.

lavar, passar e cozinhar é ter tempo para se dedicar à família: conversar com o marido ou companheiro e acompanhar o desenvolvimento escolar e pessoal dos filhos. As palavras de Ana são um bom exemplo desta necessidade de organização:

Como vou dizer, assim ... organização, me organizo. Aí tem dias que eu lavo mais roupa, tem dias que eu passo. Isso à noite, né. E ... procuro fazer também a janta a noite, pra deixar pronta pra eles. Às vezes acontece um imprevisto, então eu vou a meio dia e faço almoço rápido, né. Não tenho muito tempo. E geralmente de fim de semana que eu faço a limpeza mais completa. (...) E aí também tem, tem que ter tempo pra fazer essas tarefas e tem que ter tempo pra conversar com os filhos, eu sempre faço isso, acho uma coisa muito importante, dialogar, dar atenção, saber o dia a dia do colégio, como foi. Se tem tarefa ajudá-los também fazer a tarefa – Ana.

O prazer associado ao serviço doméstico somente apareceu nas falas de Joana e Laura. Estas duas entrevistadas narraram que acham importante ter seu espaço privado limpo e organizado, pois isso lhes traz sentimentos de dignidade e bem estar. Utilizo a fala de Laura como exemplo:

Bom, eu acho que o trabalho [doméstico] é importante. Tu é obrigada a limpar a tua casa, não tem como, né, deixar tua casa suja não dá. (...) Me sinto bem deixando a minha casa limpinha, ajeitadinha, né, sentido aquele cheiro de limpeza. (...) Acho que todo mundo se sente bem na sua casa, limpinha, cheirosa [risos] – Laura.

Possivelmente alguns sentimentos de dignidade e bem estar originaram-se nas diferenças forjadas entre os gêneros com relação à afeição pelas atividades domésticas, permeados por valores sociais e pela criação familiar. Desde pequenas, as meninas brincam de casinha, fazem comidinhas, lavam e passam roupa e cuidam de bonecas. Isso acaba por vezes desenvolvendo o “gosto” pelo serviço doméstico e mesmo aquelas que não desenvolveram este “gosto”, muitas vezes o realizam sem questionar, pois assim foram ensinadas e praticaram desde pequenas.

Em suma, as entrevistas realizadas demonstram que estas mulheres trabalham *por salário* e *sem ele*, evidenciando a dupla jornada a qual estão expostas pelo seu trabalho na Alfa e em

suas casas. O trabalho doméstico muitas vezes foi descrito como cansativo, repetitivo, enfadonho; noutras trouxe sentimentos de satisfação e dignidade, gerados pelos produtos obtidos na sua realização – casa limpa e cheirosa. Este foi concebido como “obrigação feminina”, sendo realizado pelas mulheres e ensinado às filhas pequenas, tendo pouca margem de divisão ou cooperação – o masculino participa, quando isso acontece, na condição de “ajudante”. Contudo, este não foi um ponto questionado ou debatido nas entrevistas, no máximo ocorreram algumas queixas relacionadas especificamente ao *tipo de serviço*. Ficou evidenciada a sobrecarga de tarefas, sentida no cansaço cotidiano pela infinidade de afazeres domésticos e na destinação de pouco tempo para o lazer e para a convivência familiar. Em virtude de tudo isso, foi denotado certo “heroísmo” à mulher, um quê nobre e generoso de devoção à família e à manutenção do *status quo*. Perpetuou-se nestes discursos a subordinação da reprodução à produção.

Estas trocas simbólicas propagam a "biologização do social" (Fonseca, 2000), naturalizam os atributos femininos e os desconsideram econômica e socialmente. "Depreciados, obscurecidos e mal remunerados os trabalhos de mulheres têm-se mantido, ao longo dos tempos, hierarquicamente inferiores aos dos homens" (Ibid, p. 108).

⇒ **Como e o quê o sujeito projeta no seu futuro, no trabalho e fora dele.**

Todo sujeito vive sob determinadas situações objetivas e é levado a escolher uma possibilidade em meio a todas que se apresentam no seu caminho, ou seja, escolhe dentro do “campo dos possíveis” (Sartre, 1987). Mesmo que esta escolha seja alienada, mesmo desta forma, o sujeito segue fazendo história, história esta que se estende para além dele, para o coletivo (Maheirie, 1994).

O projeto gestado por um indivíduo revela sua situação atual e, também, desvenda uma perspectiva de futuro (Maheirie, Ibid). Desta forma, perguntar a estas mulheres sobre seus projetos revela seus anseios e perspectivas e de que modo as condições objetivas se apresentam, possibilitando a efetivação de seus projetos ou, ao contrário, impossibilitando-os de realização.

Das seis mulheres entrevistadas, três têm planos de conquistar outro emprego no futuro. Para Laura e Ana, este plano está alicerçado no seu retorno aos bancos escolares. Laura concluiu o ensino médio em 2003 e planeja fazer curso de informática e pré-vestibular, com o objetivo de freqüentar um curso superior e conseguir um trabalho “melhor”. O adjetivo “melhor”, segundo seu relato, está relacionado a um trabalho interno numa empresa, por exemplo, um serviço administrativo no qual ela não tenha que ter contato direto com o público, e exclui o trabalho com limpeza e conservação. Em suas palavras:

Este ano mesmo a minha cabeça mudou totalmente, que tudo é uma seqüência na vida da gente, né. Você tem que partir do estudo também. Eu no momento, eu tô com planos mesmo de fazer o meu curso, né, pra fazer o vestibular, quem sabe um dia. Ou, se eu não conseguir, eu quero fazer informática. E a informática tá tão atualizada que aquilo ali é uma seqüência, tudo, né. Tu vai vendo a tua melhora do dia a dia, né – Laura.

Em suma, Laura busca um trabalho mais interessante, que lhe traga novas perspectivas e desafios, e melhor remunerado: busca realização profissional, valorização e reconhecimento. Suas possibilidades antes estavam obscurecidas pelo ensino médio incompleto, porém ela voltou a dar crédito a si mesma por mediação da escolarização. Ela crê que ter concluído o supletivo aumentou suas chances de “empregabilidade”, isto é, sua capacidade de ser admitida para “boas vagas” no mercado de trabalho.

Durante a entrevista, foi possível perceber a forte relação de cumplicidade e mútuo incentivo existente entre Laura e sua filha de sete anos. Em vários momentos ela disse que

queria ser um “exemplo” para a menina, queria que ela visse o quanto a mãe se esforçou e, assim, espera que ela também batalhe para "ser alguém na vida".

A gente tem que perseverar pra um dia, quem sabe, ter uma boa, né. (...) Tudo que eu faço é pensando nela. É ... eu quero estudar, continuar a estudar, pegar um serviço melhor, tudo pensando nela. Pra ela um dia fazer uma faculdade, né, e ser alguém na vida. Como a mãe dela desistiu tão cedo, mas eu quero passar coisas boas pra ela – Laura.

A menina incentivava a mãe nos momentos de cansaço:

Ela dava a maior força pra mim. Daí, com a força dela, aquilo me alimentava, me dava mais pra cima, né. Aí, daí ela assim: “mãe eu quero que tu estuda, porque ó, tá vendo mãe, tu tá estudando, vê se a mãe não sabe das coisa. A mãe me dá conselho bom, né” – Laura.

Paradoxalmente, o horário da escola de sua filha é o maior empecilho que ela enfrenta para prosseguir estudando. A menina estuda no período vespertino, das 13:00 às 17:00 horas. Seu marido a leva para a escola e vai trabalhar em seguida, sendo que seu turno é das 14:00 às 19:00 horas. Laura sai do trabalho às 16:00 horas e é sua responsabilidade ir buscá-la na escola. Ela narrou que está muito angustiada, pois ela não poderá ir buscar a filha se quiser matricular-se no curso pré-vestibular ou no curso de informática, pois os horários coincidem. Este fato atrapalha seus projetos, pois se ela não conseguir viabilizar algum modo da filha chegar a sua casa em segurança, não poderá seguir seus estudos. A possibilidade muitas vezes é impossibilitada pelas situações objetivas, pois as condições materiais da existência circunscrevem o campo das possibilidades “... e este campo, por sua vez, depende estreitamente da realidade social e histórica” (Sartre, 1987, p. 152).

Ana também narrou desejar uma nova profissão e querer fazer um curso superior, contudo, ela acredita que será mais difícil conseguir uma vaga por causa de sua idade. Mesmo assim, ela disse que vai prestar o vestibular, nem que seja "só por curiosidade". Em suas palavras:

Às vezes a gente fica imaginando ... pela minha idade, eu, no caso, às vezes comentam, pela minha idade, até eu não posso pensar numa profissão, numa coisa, assim, mais garantida, né. (...) E não digo que eu não tenho o sonho de conseguir alguma coisa. Tenho, esse é meu objetivo maior, né. Então por isso que eu enfrento essas batalhas toda, essa luta toda, né – Ana.

“O homem [ser humano] é uma subjetividade objetivada, que se faz em ação, em ato, pelas possibilidades e impossibilidades do futuro” (Maheirie, 1994, p. 120). O sujeito precisa compreender sua atual situação para que possa superá-la, objetivando-se de uma outra forma. Ana crê que sua idade irá dificultá-la na conquista do projeto de entrar na faculdade e conseguir um emprego considerado “melhor”, contudo ela demonstra perseverança na “batalha” cotidiana da “tripla jornada de trabalho”, pois quer *ao menos ter a chance de tentar* transcender sua atual situação.

Pela mediação da escolarização formal, Ana e Laura parecem ter reconhecido sua *potência de ação* (Espinosa, 1988, *apud* Sawaia, 2001b). Esta está relacionada ao direito que cada indivíduo tem de se afirmar e de se expandir, cujo desenvolvimento é a condição para se atingir a liberdade. A potência de ação rompe com situações em que se coloca nas mãos dos outros as rédeas da própria vida, dado que qualquer possibilidade de transcendência é imanente do próprio sujeito.

Lúcia também demonstrou anseios de mudar de profissão. Ela gostaria de dedicar-se ao ofício de costureira. Sua sogra é costureira e disse que iria lhe ensinar a profissão, mas Lúcia deixou claro que se ela falhar, pretende entrar numa escola de corte e costura. Quando eu lhe perguntei qual a diferença que ela supunha existir entre o trabalho de servente de limpeza e o ofício de costureira, sua resposta foi muito interessante:

Ah, seria diferente porque eu ia tá, assim, fazendo uma coisa que pode servir pra outra [pessoa], assim ... Não limpar uma coisa que dali a pouco já tá tudo sujo de novo [riso]. Costureira faz, né ... faz aquilo e não tem que fazer de novo, né. Só tem que fazer outras, né, outras.(...) A única diferença é essa. Porque trabalhar é a mesma

coisa, né. Cansa a mesma coisa também, que ficar sentada, né, costurando. Dói as pernas. Minha sogra disse que dói as costas tudo. Ela tem problema até de coluna. Muito tempo, né, sentada. Deve ser isso ... Mas eu ainda vou aprender [riso] – Lúcia.

É curioso o modo como Lúcia encara o trabalho da costureira: este termina ao final de uma roupa. Esta comporta *materialidade*, está representada na peça concluída, que é duradoura e pode ser vista, tocada e admirada por todos. O trabalho de limpeza e conservação tem características diferentes: é interminável, um espaço limpo ao ser usado começa a ser imediatamente degradado. Além disso, a limpeza não produz uma objetividade na forma de uma realidade física material, palpável, duradoura. Esta se destaca, como já dito, pelo negativo, pelo não feito; daí dificilmente ser reconhecida e admirada. Ter um trabalho que "tenha fim", ou seja, que se objetive numa materialidade de caráter duradouro e que seja admirado é a grande aspiração profissional de Lúcia.

É possível ressaltar nesta fala diferenciando o trabalho da servente de limpeza e da costureira grande semelhança com a distinção entre trabalho e labor proposta por Arendt (1999). O trabalho de limpeza assume todas as características que a autora descreve para o labor: é cíclico, repetitivo, consumido quase imediatamente após sua realização e é destinado exclusivamente para alimentar o processo da vida humana. O ofício da costureira, ao contrário, comporta materialidade e durabilidade (uma vez concluída a peça de roupa, esta se encontra pronta para ser acrescentada ao “mundo das coisas”), desta forma, é passível de admiração e se encontra num “patamar superior”. Para Arendt (Ibid) o trabalho possui fundamentalmente esta conotação perene e longeva, realiza uma obra digna de ser admirada e, além disso, assume uma conotação de “feito heróico”.

Mas a luta que o corpo humano trava diariamente para manter limpo o mundo e evitar-lhe o declínio tem pouca semelhança com feitos heróicos; a persistência que ela requer para que se reparem, dia a dia, os danos de ontem, não é a coragem, e o que torna o esforço tão doloroso não é o perigo, mas a *implacável repetição*. (p. 112, grifos meus)

É justamente esta implacável repetição referida pela autora que leva Lúcia a depreciar o trabalho da servente de limpeza em relação ao da costureira, apesar de ambos serem narrados como trabalhos cansativos e penosos. Isso pode ser visualizado em sua fala: *“Não limpar uma coisa que dali a pouco já tá tudo sujo de novo”*.

Rosa não consegue pensar no que fará em seu futuro. Ela não vê perspectivas devido a sua baixa escolaridade. Sem muito ânimo, ela disse que trocaria seu serviço por uma “coisa melhor”, ou seja, por um trabalho menos cansativo e mais valorizado. Enquanto este trabalho não “aparece”, ela pretende continuar onde está. Seu discurso sugere que ela não consegue pensar seu futuro, talvez porque o projeto tão duro e sofrido, do mesmo jeito que ela relata ser seu presente. Dado que pensar é sofrer e o agir torna-se infrutífero, ela segue lutando pela sobrevivência cotidiana de sua família. Para Rosa, o futuro aparece como impossibilidade. O projeto define o sujeito em seu momento atual, então esta impossibilidade revela as condições objetivas vividas, definindo-o “... negativamente pela possibilidade que lhe é impossível” (Maheirie, 1994, p. 120).

Já Mariana e Joana disseram que pretendem continuar trabalhando com limpeza e conservação, mas por motivos diferentes. Quando eu perguntei à Mariana que trabalho ela gostaria de exercer no futuro, ela inicialmente respondeu que seria o de cozinheira, porém em seguida mudou de idéia e disse que gostaria de ficar onde está, pois já está acostumada com o serviço e, além disso, tem grande afinidade com os colegas de trabalho. Ela narrou que já deu entrada na solicitação para contagem de tempo para a aposentadoria, mas seus planos são aposentar-se e continuar trabalhando. Ela já fez um “trato” com a supervisora para voltar para o “seu” setor depois de aposentada.

Porque é assim, o salário que a gente ganha aqui ajuda, claro. Sem esse salário a gente não fica. São duzentos e poucos reais. (...) A minha aposentadoria é quase isso aí. Então, como eu tenho a menina para dar o estudo, meu filho para ajudar, eu quero que meu filho, se

Deus quiser, se forme, então vai me ajudar bastante. Eu não quero ficar em casa, eu pedi pra [supervisora], eu vou pedir a aposentadoria, mas eu quero continuar trabalhando, depende de vocês – Mariana.

Além da questão econômica, ao longo da entrevista Mariana revela que ela também não quer ficar em casa depois de aposentada, pois não se apraz ao isolamento doméstico. A amizade com os colegas de trabalho faz com que seja mais prazeroso trabalhar que ficar em casa.

Já Joana gostaria de ter uma chance como vigilante, mas acredita que esta lhe será sempre negada. Seu futuro, como o de Rosa, também lhe aparece como impossibilidade, pois ela perdeu a confiança em si como sujeito potente. Quando questionada sobre qual trabalho gostaria de exercer, ela respondeu:

Ah, eu não sei. Que eles não vão dar chance pra gente, pra mim, com quarenta e dois anos, o que eu quero fazer. Então eu vou ter que ficar de servente, ou eles me dão uma vaguinha como encarregada, né – Joana.

Joana só consegue ver alguma perspectiva de ascensão profissional se for promovida à encarregada na Alfa ou se conseguir uma aprovação em um concurso público. Ela soube da previsão de concursos para 2005, com vagas para os níveis fundamental e médio. Ela disse que pretende voltar a estudar para ter maiores chances neste concurso, porém não demonstrou muita ênfase nisso.

Aí eu queria voltar [a estudar] agora este ano, não deu. Vamos ver se ano que vem eu volto estudar. (...) Acho que o estudo dá chance da gente ganhar um salário melhor. Porque agora vai ter concurso. Então eles tão pedindo nível de primeiro e segundo grau, né. Pra gente que tem estudo, vai melhorar um pouquinho, né. Se eu tivesse segundo grau, eu ia pegar um cargo melhor. Mas só que eu só tenho o primeiro ano, aí vou ter que pegar uma coisa menorzinha, né – Joana.

A decepção de Joana em ver seu investimento na área de vigilância fracassar pode ter abalado sua auto-estima e confiança em suas perspectivas futuras. Nos concursos públicos, as

variáveis idade, cor da pele e sexo não são utilizadas para critérios de classificação, desta forma, confiar num concurso delimita suas chances de fracasso ao seu desempenho na prova. Joana percebe que sua escolarização formal a coloca em posição desvantajosa, pois não tendo completado o ensino médio deverá que se contentar com uma “coisa menorzinha”. Os projetos de um sujeito estão calcados nas situações objetivas e os fracassos vivenciados por Joana a fizeram acreditar que o seu está impossibilitado de alguma forma, seja pela sua escolaridade, pela sua cor, pela sua idade ou pelo seu sexo. Isso a desanima em lutar com mais entusiasmo para superar sua situação objetiva.

É possível observar que das seis mulheres entrevistadas, três desejam mudar de profissão e fazem planos para isso; uma simplesmente não consegue fazer quaisquer planos futuros; e outra se desanima diante das muitas impossibilidades impostas ao seu projeto. Só uma entrevistada externou desejo em continuar trabalhando na área de limpeza e conservação, por estar “acostumada”, gostar dos colegas e do ambiente de trabalho e precisar do dinheiro. Para ela, há nesta profissão valores – direta ou indiretamente relacionados ao trabalho – que geram satisfação pessoal e a mobilizam a planejar continuar exercendo-a.

Suponho que o olhar depreciativo e reificante que a sociedade em geral lança sobre os profissionais da limpeza, acrescido da baixa remuneração recebida, que também é um fator de desvalorização, façam com que esta profissão seja muito pouco atrativa. Dado que todo sujeito se constitui dialeticamente, as significações sociais atribuídas à profissão de limpeza e conservação fazem com que surja um sentido de auto-desvalorização para o/a próprio/a trabalhador/a, proporcionando um sentimento de “desqualificação do eu” (Jacques, 1996).

Em relação às atuais mudanças ocorridas no cenário econômico e laboral, quando diretamente questionadas as mulheres entrevistadas não demonstraram perceber com clareza estas transformações. De modo geral, todas tiveram dificuldade em responder à pergunta: “na

sua opinião, na hora de contratar um novo funcionário, o que as empresas estão exigindo atualmente?”.

A expansão capitalista acirrou a busca por produtividade e lucratividade, impulsionou o avanço tecnológico e a concentração de capitais, causando grande impacto nas relações de trabalho, pois resultou na diminuição de postos e na mudança do perfil dos/as trabalhadores/as. Como reflexo desta situação, observa-se o aumento do desemprego e a deterioração das condições de trabalho (Singer, 1996; Pochmann, 2001). De modo geral, todos/as os/as trabalhadores/as foram afetados/as por estas mudanças. As empresas de prestação de serviços em limpeza e conservação, como descrito anteriormente, já começaram a efetuar sensíveis mudanças na composição da sua força de trabalho para atender às crescentes exigências do mercado, demandando profissionais cada vez mais escolarizados e qualificados. A oferta de mão-de-obra no setor é muito maior do que a oferta de vagas, dando a estas empresas a possibilidade de estabelecer critérios mais rigorosos para seleção.

Quando questionadas sobre as novas exigências das empresas, Ana e Laura não souberam responder e se justificaram dizendo que estão há muito tempo na mesma empresa, ficando desatualizadas perante as demandas do mercado. Lúcia, Joana e Mariana não perceberam nenhuma nova exigência. Mariana crê que as empresas cobram "bom comparecimento" e honestidade, coisas que já eram demandadas no tempo que ela iniciou este trabalho. Rosa disse que esta era a primeira vez que ela trabalhava numa empresa, desta forma, ela não tinha muito conhecimento sobre o mercado de trabalho. Em sua opinião, as empresas procuram alguém que esteja “disposto a trabalhar”, alguém esforçado. Ela considera mais fácil conseguir uma vaga como doméstica do que numa empresa, pois “ninguém quer trabalhar como doméstica”. Segundo Rosa, foi difícil para ela conseguir esta vaga na Alfa, estava “concorrida”, entretanto ela não soube explicar porque isso acontece.

Quando diretamente questionadas sobre as mudanças no mercado de trabalho, elas não souberam argumentar que os postos de trabalho diminuíram e a exigência, inversamente, aumentou. Esta não é uma reflexão que tenha sido forjada em suas experiências de vida. Como já citado, Marx & Engels (1981) afirmam que não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Estas mulheres estão cotidianamente enredadas em infundáveis lides – trabalho remunerado, doméstico, cuidados com filhos etc. – e a percepção e questionamento do que está acontecendo com o mercado de trabalho não está presente nestes contextos. “A atitude da vida cotidiana é absolutamente pragmática” (Heller, 1992, p. 32), ou seja, o pensamento se orienta para a realização das atividades do dia-a-dia e as idéias necessárias à cotidianidade raramente se elevam ao plano da teoria e das reflexões.

Porém, como já descrito, no decorrer das entrevistas ao menos uma transformação todas constataram: que as empresas estão exigindo um nível cada vez maior de escolarização formal. Esta é uma percepção objetiva vinculada à situação social vivenciada por elas, contudo, elas não conseguiram articular esta percepção isolada à visão mais ampla de transformação do mercado de trabalho. Isso revela um abismo entre o que elas vivenciam em seu cotidiano e as condições e possibilidades de transcendência do ser humano em seu sentido genérico (Heller, 1992).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei compreender nesta dissertação os sentidos do trabalho para mulheres que realizam serviços de limpeza e conservação em uma empresa prestadora de serviços na Grande Florianópolis. Para alcançar este objetivo, realizei uma pesquisa qualitativa, na forma de estudo de caso, entrevistando seis mulheres trabalhadoras desta área. Considerando que todo sujeito é, ao mesmo tempo, constituído e constituinte do contexto no qual está inserido e que este processo é mediado pelos signos presentes em determinada sociedade, observam-se impressas em cada um as dimensões históricas, econômicas e sociais que caracterizam os signos de uma cultura num dado momento. Assim, as mulheres entrevistadas representam, de alguma forma, todas as que vivem situações objetivas semelhantes. Analisando seus discursos, busquei a compreensão de alguns sentidos possíveis do trabalho para esta categoria profissional, dado que a especificidade de uma existência apresenta-se enquanto particularidade num campo que é universal.

A espinha dorsal desta dissertação foi a perspectiva histórico-dialética, entendendo o sujeito como social e historicamente determinado. Os fragmentos deste percurso teórico-metodológico foram sendo alinhavados pelas contribuições de diversos autores, incluindo alguns que estão fora desta abordagem, mas que somaram forças na compreensão do problema desta pesquisa. Os capítulos teóricos procuraram desenvolver a visão de sujeito na qual esta dissertação se ancorou, as categorias *trabalho* e *gênero* e a inter-relação entre ambas. Respalhada pela fundamentação teórica, a análise buscou compreender os sentidos do trabalho nas falas e nas ações das mulheres entrevistadas, conduzida pelo método progressivo-regressivo, baseado na teoria sartreana, abordando uma perspectiva *vertical*, contemplando a singularidade na intersecção com a coletividade, e *horizontal*, levando em

consideração as dimensões de passado, presente e futuro. A pesquisa de campo foi rica em informações, as mulheres entrevistadas demonstraram grande disponibilidade em responder às perguntas e se envolveram facilmente na tarefa de sujeitos de pesquisa.

Procurei colher informações sobre a gênese da escolha desta profissão; os sentidos do trabalho de limpeza e conservação; e o que estas mulheres projetam no seu futuro, no trabalho e fora dele. Busquei, assim, compreender suas histórias e ações – ou impossibilidades de ações – frente às condições objetivas que se apresentavam em seus passados, que se apresentam atualmente, e como elas as significaram e significam.

A primeira categoria analisada foi a gênese da escolha desta profissão, lançando luzes sobre as determinações passadas vividas e como estas foram significadas. Os fatores *necessidade* e *baixa escolaridade* foram as motivações narradas nas entrevistas para justificar o ingresso nesta área, determinações estas relacionadas à *privação*, à *carência*, à *falta*. A escolha desta profissão foi vinculada a uma “falta de opção” associada, em alguns discursos, à vergonha e a sentimentos depreciativos e inferiorizados do eu.

Algumas entrevistadas buscaram melhorar sua condição escolar ou qualificação profissional, almejando, sobretudo, conquistar “melhor” colocação no mercado de trabalho. Estas mulheres não demonstraram em seus discursos consciência de que boa escolarização formal e qualificação profissional não oferecem garantias de boas inserções no mercado de trabalho, reproduzindo o discurso hegemônico neoliberal. Contudo, é interessante notar que daquelas que voltaram a estudar, cursando supletivo, o retorno à escolarização formal parece ter significado mais que uma “ferramenta” na busca de um emprego melhor: estimulou a percepção, a imaginação, a reflexão e melhorou a capacidade de comunicação pela mediação do conhecimento. Ou seja, o retorno aos bancos escolares adquiriu um *sentido positivo* na vida destas mulheres independente delas alcançarem outro posto de trabalho considerado

“melhor”. Já a busca por qualificação através de curso profissionalizante não foi produtiva na tentativa de conseguir outra inserção ocupacional para a entrevistada que o realizou. Em sua fala, não se observou esta conotação positiva que o retorno à escolarização formal propiciou às outras entrevistadas; ao contrário, ela descreveu sentir-se muito decepcionada com o “fracasso” de seu investimento financeiro e emocional.

Os sentimentos que estão na gênese desta escolha repercutem nos sentidos atribuídos ao trabalho, pois este não implica somente a atividade, dado que está permeado pelo corpo e pela subjetividade do/a trabalhador/a que o executa. Nesta perspectiva, o trabalho participa ativamente da construção da psique humana, pois o sujeito se constitui pelo seu fazer, pela sua atividade e pela concepção que tem a respeito dela.

Dentre os sentidos atribuídos ao trabalho de limpeza e conservação, destaco o “costume”, observado nas narrativas de que este é um serviço de “fácil realização” e semelhante ao serviço doméstico, sendo bem conhecido pelas mulheres entrevistadas através de anos de treinamento informal. Outro a ser destacado é o de pertencimento a uma “comunidade”, pois frequentemente “gostar do trabalho” apareceu nos discursos associado a “gostar dos colegas”. Os colegas de trabalho vivem situações semelhantes – no ambiente trabalho e na esfera privada – e têm empatia para compreender o sofrimento de suas vivências, compartilhar sonhos e desejos e trocar percepções sobre as miudezas cotidianas. Pela mediação destes, o local de trabalho torna-se um ponto de segurança, afetividade, acolhimento e solidariedade.

Quanto à importância relacionada ao trabalho, poucas foram as que perceberam sua importância intrínseca, ou seja, compreenderam seu *valor social* – seja pelo aspecto *econômico* (gerar riquezas para a empresa contratante), pelo *estratégico* (representar esta perante o cliente) ou pelo aspecto *social* (ser um trabalho necessário para a manutenção da

limpeza e da ordem no cliente). A maioria das entrevistadas não o considerou importante por ser um serviço não-qualificado ou o concebeu como importante no “negativo”, ou seja, seu trabalho tem valor à medida que elas não trazem problemas para a empresa contratante, realizando suas atividades conforme as orientações recebidas. Neste discurso, os corpos e as subjetividades empregadas na realização do trabalho ficaram subsumidos ou anulados, restando somente a *função* exercida conforme foi prescrita.

Vários sentimentos de desvalorização emergiram nas entrevistas. Estes se referiram, principalmente, ao salário recebido pela categoria, ao não estabelecimento de uma dinâmica de reconhecimento pelo trabalho executado e às ações e palavras depreciativas provenientes dos funcionários e alunos do cliente. Em relação ao salário, este foi significado como baixo, não remunerando a contento o tempo de trabalho social investido na atividade e suscitando sentimentos de desvalor, tristeza e sobrecarga de trabalho – gerada pelo acúmulo de atividades para garantir a sobrevivência familiar. Em relação à dificuldade de reconhecimento, este tipo trabalho foi apontado como “invisível”, só aparecendo no “negativo”, isto é, quando foi mal feito ou ainda não foi realizado, levando estes profissionais a se destacarem justamente na ineficiência de seu fazer. Quanto à depreciação efetivada pelo pessoal do cliente, a terceirização demonstrou ser um estigma, sentida, ao mesmo tempo, como uma vivência excludente – pois o trabalhador terceirizado não goza do mesmo *status* que os funcionários da instituição – e depreciativa – pois aqueles que realizam serviços de limpeza e conservação são muitas vezes considerados “inferiores” na hierarquia organizacional. Algumas narrativas destacaram tratamentos com “diferença”, ou seja, inferiorizantes, e ações e palavras humilhantes dirigidas às serventes de limpeza, gerando muita insatisfação e sofrimento.

Já o sentimento de valorização surgiu timidamente nos discursos colhidos, geralmente relacionado a algum elogio recebido ou ao reconhecimento do trabalho por parte dos encarregados e da supervisora da própria empresa contratante.

Em relação aos sentimentos que permeiam a realização deste trabalho, algumas entrevistadas narraram sentir felicidade relacionada aos elogios recebidos, às amizades cultivadas no ambiente de trabalho e ao trabalho propiciar o sustento familiar. Já o sentimento de tristeza surgiu relacionado ao baixo salário e às intrigas e “fofocas” ocorridas entre colegas no ambiente de trabalho. É interessante destacar que os mesmos colegas que oferecem amizade e tornam o trabalho mais feliz, noutro contexto são fonte de tristeza, demonstrando que os sentidos não são imutáveis, mas se transformam através das mediações que o sujeito vivencia nos vários momentos de sua existência.

Em suma, os sentidos atribuídos ao trabalho de limpeza e conservação são múltiplos, principalmente em virtude da complexidade das identidades sempre em constituição, e se apresentam muitas vezes de forma ambivalente. No material analisado, o trabalho demonstrou ser importante e central na vida destas mulheres, principalmente por ser fonte de sustento familiar – algumas vezes a única – e por propiciar contatos sociais extradomésticos. Estas características denotam a *positividade* do sentido de “ser trabalhadora”. Contudo, algumas características das relações estabelecidas em função deste tipo de trabalho o tornam fonte de insatisfação, gerando sofrimento psíquico. Nos discursos colhidos destacaram-se, fundamentalmente, aspectos desvalorizantes vinculados à profissão de limpeza e conservação. Esta é sentida como não-reconhecida, mal remunerada, desqualificada e socialmente desprestigiada, para a qual são dirigidos olhares depreciativos, humilhantes e reificantes. Estes aspectos negativos são vivenciados na cotidianidade do trabalho, surgindo com grande intensidade e emotividade nos discursos das mulheres entrevistadas.

Dado que a literatura sobre o trabalho feminino demonstra que são principalmente as mulheres que realizam o serviço doméstico, busquei também compreender os sentidos deste trabalho no cotidiano das entrevistadas, embora este não fosse o objetivo central de minha pesquisa. Coadunando com as fontes bibliográficas utilizadas, todas responderam que elas eram as principais responsáveis por este serviço. As que residem com filhos adolescentes narraram certo grau de parceria na sua realização, mas o maior volume de serviços e as tarefas mais “pesadas”, como por exemplo, a limpeza geral da casa, era destinada a elas. Das casadas, somente uma narrou receber “ajuda” do marido, as outras realizam as atividades domésticas sozinhas, auxiliadas pelas filhas pequenas, às quais as lides são ensinadas desde a infância. Nos relatos colhidos, o masculino teve pouca participação na realização das atividades domésticas.

É possível destacar a subordinação da reprodução à produção e a dupla jornada de trabalho na qual estas mulheres estão enredadas. A reprodução, ou seja, o cuidado com a casa e com os filhos, perpetua-se socialmente como “responsabilidade feminina”, inclusive para aquelas mulheres que exercem atividades remuneradas, pois a despeito de todo avanço feminino nos campos econômico, político e social não houve redistribuição das tarefas no âmbito doméstico. O fato das mulheres entrevistadas ensinarem estes afazeres às suas filhas ilustra a reprodução dos lugares ocupados pelo masculino e feminino no seio familiar – e, conseqüentemente, na sociedade – perpetuando estes lugares através das gerações. Além de subordinar a reprodução à produção, a realização do serviço doméstico demanda muito tempo e acarreta acúmulo de trabalhos, gerando cansaço. A maioria das entrevistadas destacou a necessidade de organizar a grande quantidade de tarefas para não ocorrerem “falhas” e, além disso, reservar tempo para acompanhar o desenvolvimento dos filhos e para a convivência familiar. Elas narraram não sobrar muito espaço para o lazer, fato que potencializa o cansaço acumulado no dia-a-dia.

Assim, o trabalho doméstico adquiriu nos discursos colhidos os sentidos de “fatalidade” – consequência “natural” das relações de gênero vividas; repetitividade; ser cansativo, interminável e, sobretudo, “heróico”. Vê-lo com heroísmo descende de uma herança cultural que valoriza a dignidade da submissão e da abnegação daquela que o exerce. Esta ideologia suprime, com boa margem de êxito, questionamentos oriundos da divisão doméstica do trabalho. Sem pôr em dúvida sua legitimidade, esta ideologia é repassada às futuras gerações de filhas, perpetuando destinos sociais biologicizados, essencializados e legitimadores de desigualdades e injustiças entre os gêneros.

Quanto à dimensão de futuro, busquei compreender os *projetos* engendrados pelas mulheres entrevistadas, pois seu conhecimento revela, ao mesmo tempo, as possibilidades e impossibilidades futuras e presentes, dado que é no campo dos possíveis que as escolhas se realizam, ou seja, tendo por base as condições materiais objetivas. Algumas entrevistadas narraram planos de conquistar outra profissão futura, planos estes alicerçados na retomada da educação formal via supletivo ou na esperança de exercer uma atividade socialmente mais valorizada, cujo trabalho não seja tão repetitivo e cíclico como o atual. Algumas demonstraram impossibilidades relacionadas ao projeto, pela incapacidade de pensar o futuro. Se o agir torna-se infrutífero, pensar transforma-se em sofrer e passa a ser evitado: dado que não se vislumbra nenhuma esperança na realização do projeto, é melhor conformar-se em ficar na área de limpeza e conservação. Somente uma das entrevistadas narrou fazer parte de seu projeto continuar nesta área.

É possível perceber no material analisado que o trabalho de limpeza e conservação foi sentido como socialmente desprestigiado, mal remunerado e não-reconhecido. Isto torna o trabalho nesta profissão pouco recompensador e atrativo, fomentando projetos de mudança de área. Efetivar esta mudança depende do aparecimento de outra possibilidade de inserção

profissional, o que nem sempre é fácil, dada a atual retração do mercado de trabalho. Aquelas que não almejam mudar de área, muitas vezes é porque sentem seu projeto como “impossibilidade”, deixando de investir na sua realização.

Quanto à percepção sobre as mudanças atuais no mercado de trabalho, de modo geral as mulheres entrevistadas não demonstraram compreendê-las com clareza quando diretamente questionadas. Contudo, vários pontos de seus discursos denotam que elas percebem que as empresas estão exigindo níveis de escolaridade formal e qualificação profissional cada vez maiores. Elas não são capazes de articular esta percepção à reflexão sobre a atual situação econômica e laboral pela qual passa nossa sociedade, pois estas análises não foram forjadas em seus cotidianos.

Nas dimensões de passado, presente e futuro e na complexidade das inter-relações estabelecidas no ambiente doméstico, na família, na comunidade e na empresa que estas mulheres se constituem cotidianamente, tecem seus projetos e sonhos, discutem seu dia-a-dia, trabalham, queixam-se, riem, conversam, pensam, repensam, vivem. Nestas múltiplas relações e mediações vão se constituindo como sujeitos, buscando viver uma vida que valha a pena ser vivida. O recorte por mim realizado nesta pesquisa foi ínfimo, um instante de suas existências. Ao término desta dissertação, sinto que apesar de ter alcançado os objetivos inicialmente propostos, muito ainda há para ser aprofundado neste tema. O material de análise propiciou-me tecer relações entre a teoria e os discursos das mulheres entrevistadas em relação aos sentidos atribuídos aos trabalhos por elas realizados, mas seria de grande valia aprofundar outras análises, compará-las e divulgá-las, lançando luzes sobre atores por vezes tão invisíveis quanto o serviço que realizam.

Termino citando um trecho da fala de uma das mulheres, surpresa pelo convite para ser entrevistada – possivelmente pela primeira vez na vida – para uma pesquisa acadêmica.

Depois que eu lhe expliquei os objetivos da pesquisa, ela disse, num misto de encantamento e espanto: “Puxa, querida, até que enfim alguém resolveu olhar pra nós!”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A. J. (1991). O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. In: Cadernos de Pesquisa. n° 77, pp. 53-61.
- ANTUNES, R. (1999). Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.
- ARAÚJO JUNIOR, A. M. de (2003). A indústria de bens de capital no Estado de São Paulo: da gênese aos problemas atuais. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ARENDT, A. (1999). A condição humana. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BARBARA, M. M. (1999). Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. In: Psicologia, Ciência e Profissão. Ano 19, n° 1. pp. 30-49.
- BEAUVOIR, S. de. (1980). O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (1998). A pesquisa em psicologia – análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. In: ROMANELLI, G. & BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (orgs.) Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa. Ribeirão Preto: Legis Summa, pp. 135-157.
- BITTENCOURT, C. B. (2002). O significado da qualificação profissional entre desempregados. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC.
- BOM SUCESSO, E. de P. (1998). Trabalho e qualidade de vida. Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya.
- BOTTOMORE, T. (ed.) (1988). Dicionário do pensamento marxista. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRITO, J. C. de (2000). Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. In: Cadernos de Saúde Pública. Vol. 16, n° 1, pp. 195-204.
- BRUSCHINI, C. (2000). Novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, I. (org.) Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34.
- CIAMPA, A. da C. (1994). Identidade. In: LANE, S. T. M. & CODO, W. Psicologia social: o homem em movimento. 13ª edição. São Paulo: Brasiliense, pp. 58-75.
- COSTA, F. B. da. (2002). Garís: um estudo de psicologia sobre a invisibilidade pública. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

- COUTINHO, M. C. (2003). Perfil de trabalhadores desempregados da grande Florianópolis. In: Anais do X Congresso Brasileiro de Sociologia, UNICAMP, Campinas/SP. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/Xicongresso/gt16_ter02_09.shtml>. Acesso em: 21. nov. 03.
- CRUZ, R. M. (1999). Formação profissional e formação humana: os (des)caminhos da relação homem-trabalho na modernidade. In: AUED, B. W. (org.) Educação para o (des)emprego. Petrópolis: Vozes, pp. 175-190.
- DEJOURS, C. (1987). A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Oboré.
- DEJOURS, C. (1999). Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. São Paulo: Fundap; EAESP/FGV.
- DEJOURS, C. (2001). A banalização da injustiça social. 4ª edição. Rio de Janeiro: FGV.
- DIEESE (1993). Os trabalhadores frente à terceirização. In: Pesquisa Dieese. n° 7, maio, pp. 37-53.
- DIEESE (2001). A situação do trabalho no Brasil. São Paulo: Dieese.
- DIOGO, M. F. (2000). Trabalho e mentalização. Monografia (Especialização em Psicossomática). Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo.
- DIOGO, M. F. & COUTINHO, M. C. (2004). A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. Artigo encaminhado para publicação.
- FERRAZ, F. C. (1998). Mal estar no trabalho. In: VOLICH, R. M.; FERRAZ, F. C. & ARANTES, M. A. de A. C. (orgs.) Psicossoma II: psicossomática psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 163-181.
- FIGUEIRA, F. G. (1987). O trabalho como primeira necessidade humana. In: Cadernos do Arquivo de História Contemporânea. UFSCAR, n° 2, pp. 03-31.
- FONSECA, T. M. G. (2000). Gênero, subjetividade e trabalho. Petrópolis: Vozes.
- FORRESTER, V. (1997). O horror econômico. São Paulo: Ed. Unesp.
- FOUCAULT, M. (1999). Microfísica do poder. 14ª edição. Rio de Janeiro: Graal.
- FRANCO, M. L. P. B. (1988). Porque o conflito entre tendências metodológicas não é falso. In: Cadernos de Pesquisa. n° 66, pp. 75-80.
- FRIGOTTO, G. (1992). Trabalho, não-trabalho e desemprego: problemas na formação do sujeito. In: Revista Perspectiva. Ano 10, n° 18, pp. 95-106.
- GIDDENS, A. (2001). A terceira via e seus críticos. Rio de Janeiro: Record.
- GÓES, M. C. R. de (1993). Os modos de participação do outro nos processos de significação do sujeito. In: Revista Temas em Psicologia, n° 1, pp. 01-05.
- GORZ, A. (1982). Adeus ao proletariado. Rio de Janeiro: Forense.

- GRISCI, C. L. I. (1999). Trabalho, tempo e subjetividade: impactos da reestruturação produtiva e o papel da psicologia nas organizações. In: Psicologia, Ciência e Profissão. Ano 19, nº 1, pp. 02-13
- GUARESCHI, P. A. (2001). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. B. (org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, pp. 141-156.
- HABERMAS, J. (1990). Para reconstrução do materialismo histórico. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense.
- HARVEY, D. (1992). A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola.
- HELLER, A. (1992). O cotidiano e a história. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra.
- HIRATA, H. (2002). Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo.
- JACQUES, M. da G. C. (1996). Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In. Coletâneas da ANPEP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. Vol. 1, nº 11, pp. 21-35.
- KON, A. (2001). Trabalho e gênero no Brasil: as políticas públicas propostas. In: Anais do 7º Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Salvador/BA. 1 CD-ROM.
- KÓVACS, I. (2003). Reestruturação empresarial e emprego. In: NINEIT em debate - Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho da UFSC. nº 6, pp. 01-16.
- LAGO, M. C. de S. (1996). Modos de vida e identidade - sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC.
- LAGO, M. L. C. de S. (1999). Identidade: A fragmentação do conceito. In: SILVA, A. L. da; LAGO, M. L. C. de S. & RAMOS, T. R. O. (orgs.) Falas de gênero: teorias, análises e leituras. Florianópolis: Ed. Mulheres, pp. 119-129.
- LANE, S. T. M. (1995). A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In. LANE, S. T. M. & SAWAIA, B. B. (orgs.) Novas veredas da psicologia social. São Paulo: Brasiliense: EDUC, pp. 55-63.
- LIMA, M. E. A. (1996). A pesquisa em saúde mental e trabalho. In: Coletâneas da ANPEP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. Vol. 1, nº 11, pp. 21-35.
- LUDERMIR, A. B. (2000). Inserção produtiva, gênero e saúde mental. In: Cadernos de Saúde Pública. Vol. 16, nº 3, pp. 647-659.
- LUNA, S. V. de. (1998). Sobre critérios minimamente consensuais de fidedignidade e generalidade do conhecimento produzido. In: SOUZA, I; FREITAS, M. F. Q. & RODRIGUES, M. M. P. (orgs.) Psicologia: reflexões (in) pertinentes. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- MAHEIRIE, K. (1994). Agenor do mundo: um estudo psicossocial da identidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- MAHEIRIE, K. (2001). Sete mares numa ilha: a mediação do trabalho acústico na construção da identidade coletiva. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- MAHEIRIE, K. (2002). Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. In: Revista Interações. Vol. 7, nº 13, pp. 31-44.
- MAHEIRIE, K. (2003). Processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade, a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky. In: Psicologia em Estudo. Vol. 8, nº 2, pp. 147-153.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1981). A Ideologia Alemã. 4ª edição. Portugal: Presença; Brasil: Martins Fontes.
- MARX, K. (1998). O capital: crítica da economia política. Livro 1. 16ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MATTOS, F. (2003). Fim dos empregos? In: Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política, Florianópolis/SC. 1 CD-ROM.
- MELLO, S. L de (1988). Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo. São Paulo: Ática.
- MERLO, A. R. C. (2002). Psicodinâmica do Trabalho. In: JACQUES, M. da G. & CODO, W. (orgs.) Saúde mental e trabalho: leituras. Petrópolis: Vozes, pp. 130-142.
- NEVES, M. de A. (2001). Gênero, mercado de trabalho e qualificação. In: Anais do 7º Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Salvador/BA. 1 CD-ROM.
- NOGUEIRA, C. (2001). Feminismo e discursos do gênero na psicologia social. In: Psicologia & Sociedade. Vol. 13, nº 1, pp. 107-128.
- OFFE, C. (1989). Trabalho e sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OLIVEIRA, E. M. de (1997). Gênero, saúde e trabalho: um olhar transversal. In: OLIVEIRA, E. M. de & SCAVONE, L. (orgs.) Trabalho, saúde e gênero na era da globalização. Goiânia: AB, pp. 01-14.
- PENA, M. V. J. (1981). Mulheres trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PINO, A. L. B. (1993). Processos de significação e constituição do sujeito. In: Revista Temas em Psicologia. nº 1, pp. 17-23.
- PINTO, G. C.; BOEING, P. & MAHEIRIE, K. (2004). O Olhar fotográfico sobre o cotidiano de trabalho de varredores de rua. Artigo encaminhado para publicação.

POCHMANN, M. (2001). Globalização e emprego. In: ARBIX, G., ZIBOVICIUS, M. & ABRAMOVAY, R. (orgs.) Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Editora da UNESP; EDUSP, pp. 237-265.

POCHMANN, M. & AMORIN, R. (orgs.) (2003). Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez.

PREUSS, M. R. G. (1997). Patroas e empregadas: relações de proximidade e oposição. In: Coletâneas da ANPEP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. Vol. 1, nº 7, pp. 53-65.

RAGO, M. (1997). Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. (org.) A história das mulheres no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Contexto, pp. 578-606.

RAITZ, T. R. (2003). Jovens trabalho e educação: rede de significados dos processos identitários na Ilha de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

SAFFIOTI, H. I. B. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O. & BRUSCHINI, C. (orgs.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, pp. 183-215.

SARTI, C. A. (1996). A família como espelho: estudo sobre a moral dos pobres. Campinas/SP: Ed. Autores Associados.

SARTI, C. A. (1997). Os filhos dos trabalhadores: quem cuida das crianças? In: OLIVEIRA, E. M. de & SCAVONE, L. (orgs.) Trabalho, saúde e gênero na era da globalização. Goiânia: AB, pp. 51-60.

SARTRE, J. P. (1965). Esboço de uma teoria das emoções. Rio de Janeiro: Zahar.

SARTRE, J. P. (1987). Questão de método. 3ª edição (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural.

SATO, L. (2002). Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. In: JACQUES, M. da G. & CODO, W. (orgs.) Saúde mental e trabalho: leituras. Petrópolis: Vozes, pp. 31-49.

SAWAIA, B. B. (1995a). Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. T. M. & SAWAIA, B. B. (orgs.) Novas veredas da psicologia social. São Paulo: Brasiliense; EDUC, pp. 157-168.

SAWAIA, B. B. (1995b). Psicologia social: aspectos epistemológicos e éticos. In: LANE, S. T. M. & SAWAIA, B. B. (orgs.) Novas veredas da psicologia social. São Paulo: Brasiliense; EDUC, pp. 45-53.

SAWAIA, B. B. (1999). Comunidade como ética e estética da existência: uma reflexão mediada pelo conceito de identidade. In: Revista Psykhe. Vol. 8, nº 1, pp. 19-25.

SAWAIA, B. B. (2000). Porque investigo a afetividade? Texto apresentado para concurso de promoção na carreira para a categoria de Professor Titular do Departamento de Sociologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Manuscrito não publicado.

- SAWAIA, B. B. (2001a). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. B. (org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, pp. 07-13.
- SAWAIA, B. B. (2001b). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, pp. 97-118.
- SAWAIA, B. B. (2001c). Identidade: uma ideologia separatista? In: SAWAIA, B. B. (org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, pp. 119-127.
- SCOTT, J. (1995). Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: Revista educação e realidade. Vol. 16. n° 2, pp. 05-22.
- SINGER, P. (1983). Curso de introdução à economia política. 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- SINGER, P. (1987). O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna.
- SINGER, P. (1996). Desemprego e exclusão social. In: Revista São Paulo em Perspectiva. Fundação Seade. Vol. 10, n° 1, pp. 23-29.
- SIQUEIRA, M. J. T. (2002). Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. In: Revista psicologia, organização e trabalho. Vol. 2, n° 1, pp. 11-30.
- SOUSA SANTOS, B. de (1997). Um discurso sobre as ciências. 9ª edição. Porto/PT: Afrontamento.
- SOUSA SANTOS, B. de (2001). Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 8ª edição. São Paulo: Cortez.
- SOUZA-LOBO, E. (1991). A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense.
- STALLIVIERI, F. (2003). Uma análise empírica do mercado de trabalho formal em Santa Catarina de 1986 a 1999. In: Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política, Florianópolis/SC. 1 CD-ROM.
- TAMANINI, M. (1997). Saúde e doença na interação entre gênero e trabalho: um estudo das representações das empregadas domésticas. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC.
- VYGOTSKI, L. S. (1992). Pensamiento y palabra. In: Obras Escogidas II. Madrid: Visor Distribuciones, pp. 287-348.
- VYGOTSKI, L. S. (1994). A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes.
- VYGOTSKI, L. S. (1996). Teoria e método em psicologia. São Paulo: Martins Fontes.

WANDERLEY, M. B. (2001). Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. B. (org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, pp. 16-26.

YANNOULAS, S. C. (2002). Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA.

ZANELLA, A. V. (1995). A Ideologia Alemã: resgatando os pressupostos epistemológicos da Abordagem Histórico-Cultural. In: Revista Psico. Vol. 26, nº 1, pp. 187-194.

ZANELLA, A. V. (2002). Reflexões sobre pesquisa em psicologia, método(s) e 'alguma' ética. Trabalho apresentado na mesa redonda Pesquisa, Metodologia e Ética do IX Encontro Regional Sul da ABRAPSO. Manuscrito não publicado.

ZANELLA, A. V. (2003a). Sujeito e alteridade: reflexões a partir da Psicologia Histórico-Cultural. Artigo encaminhado para publicação.

ZANELLA, A. V. (2003b). Atividade e constituição do sujeito: considerações à luz da Psicologia Histórico-Cultural. Artigo encaminhado para publicação.

APÊNDICE 1



**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Linha de Pesquisa Práticas Sociais e Constituição do Sujeito**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Maria Fernanda Diogo, sou psicóloga e eu estou desenvolvendo uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Catarina, com orientação da Prof^a. Dr^a. Kátia Maheirie. Esta pesquisa tem como objetivo compreender os sentidos do trabalho para a mulher que exerce suas funções no setor de limpeza e conservação em empresa prestadora de serviços em Santa Catarina. Esta pesquisa é necessária porque não há muitos estudos sobre este assunto. Espero contribuir ampliando o conhecimento existente na área. Serão realizadas entrevistas individuais com mulheres que trabalham na área de limpeza e conservação. Estas entrevistas não trarão quaisquer custos, riscos ou desconfortos às participantes.

Estou à disposição para esclarecer todas as dúvidas que você tenha em relação a esta pesquisa. Você tem inteira liberdade de participar ou não e poderá desistir, em qualquer fase, sem sofrer penalidades ou represálias. Se você não quiser mais fazer parte desta pesquisa, poderá entrar em contato comigo pelo telefone (048) 235-2577. Posso garantir que as informações fornecidas nas entrevistas serão confidenciais e sigilosas, ninguém mais terá acesso à sua identidade. Peço também seu consentimento para gravar a entrevista em fita cassete.

Maria Fernanda Diogo – Mestranda

Prof^a. Dr^a. Kátia Maheirie – Orientadora

Eu,
recebi todas as informações necessárias sobre a minha participação na pesquisa DE BALDE E VASSOURA NA MÃO: os sentidos do trabalho para as mulheres que exercem suas funções no setor de limpeza e conservação em uma empresa prestadora de serviços em Santa Catarina e concordo em participar da mesma. Concordo também que a entrevista esta seja gravada em fita cassete.

Assinatura: _____ RG: _____

Florianópolis, _____ de _____ de 2004.

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA AS ENTREVISTAS

- **Dados de identificação e estrutura familiar**

Qual a sua idade? (Em que ano você nasceu?)

Onde você mora? (Em que local você mora?)

Quanto tempo você demora de casa até o local do seu trabalho? Como você realiza este percurso?

Quem mais mora na sua casa? Há parentes/amigos que moram na vizinhança?

Quantos filhos você tem? Qual a idade deles? Todos moram com você?

Quem cuida dos seus filhos pequenos para você ir trabalhar?

Se creche: qual o horário de funcionamento da creche? A creche fecha nas férias?

Até que ano você estudou? (Até que ano você frequentou a escola?)

Por que você parou de estudar?

Você acha que o estudo é importante para a sua vida? Por quê? Como?

- **Percurso profissional**

Há quanto tempo você trabalha com limpeza e conservação? (Desde que ano você trabalha com limpeza e conservação?)

Como você começou a trabalhar nesta área?

Você já fez algum outro tipo de trabalho? (Você já trabalhou noutra coisa?)

Você pensa/gostaria de trabalhar em outra coisa/área? Qual? Por quê?

- **Sentido pessoal e significações coletivas atribuídas ao trabalho**

O que você acha do seu trabalho na empresa? (Qual a sua opinião sobre o seu trabalho?)

Você acha o seu trabalho importante para a empresa? Por quê?

E os colegas e a chefia, em sua opinião eles acham o seu trabalho importante?

Você se sente valorizada pelo trabalho que você faz? Em que ocasiões?

Alguma vez você já se sentiu desvalorizada por realizar trabalho serviços de limpeza e conservação? Como? Por quê?

O que deixa você feliz no trabalho? O que deixa você triste no trabalho? O que deixa você irritada no trabalho? Quais outros sentimentos que você tem em relação ao seu trabalho?

Você sente alguma dificuldade na realização de seu trabalho? Qual/is? Como seria possível solucioná-la/as?

Você já teve algum treinamento para trabalhar com limpeza e conservação em empresas?
Você acha importante/útil ter treinamento?

- **Divisão de tarefas domésticas**

Na sua casa, quem cuida da arrumação da casa, da roupa, da comida e das crianças?

Se for ela própria: alguém “ajuda” você? Quem?

Se houver colaboração externa (marido/companheiro/parentes/filhos/vizinhos): como essa pessoa colabora com o serviço doméstico? Quando? Essa colaboração é suficiente?

Quando você faz o trabalho doméstico? (Em que período/horário você cuida da casa?)

O que você acha do trabalho doméstico? (Como você se sente em relação ao trabalho de arrumar a casa e cuidar das crianças?)

- **Atual cenário econômico e laboral**

Na hora de contratar um funcionário, o que você acha que as empresas estão exigindo atualmente? O que elas [as empresas] estão querendo agora é diferente do que queriam anteriormente?

Quando a entrevistada vê maior exigência nas empresas: Você acha que esta maior exigência pode dificultar para você arranjar um emprego no futuro? Como você se sente em relação a isso?